

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Artur Silva Lins

Imprensa, luta de classes e a lógica contrarrevolucionária preventiva: um estudo dos editoriais da *Folha da Manhã*, do *O Estado de S. Paulo* e do *O Globo* entre 1930 e 1947.

Rio de Janeiro

2018

Artur Silva Lins

Imprensa, luta de classes e a lógica contrarrevolucionária preventiva: um estudo dos editoriais da *Folha da Manhã*, do *O Estado de S. Paulo* e do *O Globo* entre 1930 e 1947.

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em História.

Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos

Orientador

Rio de Janeiro

2018

AUTORIZAÇÃO

Artur Silva Lins, DRE 113049080, autorizo o Instituto de História da UFRJ a divulgar total ou parcialmente o presente Trabalho de Conclusão do Curso através de meios eletrônicos e em consonância com a orientação geral do SiBI.

Rio de Janeiro, 12/12/2018.

A handwritten signature in black ink that reads "Artur Silva Lins". The signature is written in a cursive style with a clear, legible font.

assinatura

Agradecimentos

Ao meu querido amigo e historiador, Igor Valamiel, mais conhecido entre os íntimos como “Ulisses”: sem você não existiria tal tema. O guia metodológico de abordagem historiográfica da imprensa que você leu em voz alta num dia qualquer aqui em casa foi algo beirando o místico. Até aquele momento a ideia do trabalho era muito vaga, e surpreso com o que você lia, já tinha formulado em minha cabeça o nervo central de minhas hipóteses.

Pelo lado teórico, e também bastante pessoal, agradeço ao meu irmão e mestre Renato Ferraz pela sua sacada muito potente das ideias de Antonio Gramsci. Para quem conseguiu combinar muito bem Chico Science, Josué de Castro e o revolucionário italiano para abordar a crítica social das letras dos mangueboys de Recife, foi com muito prazer que pude ter aulas nas manhãs (e às vezes noite) sobre os conceitos mais refinados de Gramsci.

Por fim, me sinto feliz por ter tido um orientador como o Renato Lemos. Só fui conhecê-lo pessoalmente no meu último ano de curso, porém eu já conhecia seus textos sobre contrarrevolução e regimes políticos no Brasil, tema que me levou ao fascínio, algo não muito difícil para um trotskista como eu. Felizmente pude acompanhar uma ótima eletiva e abrir contato com o professor. O peso de suas ideias e da corrente historiográfica com a qual ele sugere e orienta são formidáveis para compreender a trajetória histórica da natureza violenta de nossa ordem social, econômica e política.

À minha irmã, Beatriz Lins, alguém com quem convivi a maioria de minha vida debaixo do mesmo teto, e que agora se encontra no norte do país trilhando seu caminho. Apesar da distância, os afetos continuam bastante fortes e poderosos, sendo ela ainda o meu maior porto seguro e eu tendo certeza que sou o dela também.

Ao meu pai, Maurício Barbosa Lins, que sempre me moralizou e acreditou que um dia o seu filho iria alçar vãos mais altos na vida profissional.

Por último, à minha mãe, mulher guerreira que sempre acreditou em vida no poder emancipatório da educação. Se não fossem as suas coleções do Atlas, senhora Carmelita, nem estaria para início de conversa fazendo o curso que hoje concluo.

RESUMO

LINS, Artur Silva. **Imprensa, luta de classes e a lógica contrarrevolucionária preventiva:** um estudo dos editoriais da *Folha da Manhã*, do *O Estado de S. Paulo* e do *O Globo* entre 1930 e 1947. Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Bacharel em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Estudo da atuação político-ideológica dos jornais *Folha da Manhã*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* durante os processos de reorganização e de crise do poder burguês no Brasil entre 1930 e 1947. Tanto na “Revolução de 30” quanto na redemocratização de 1946, em que soluções de força foram tomadas pelo bloco de poder contra o crescimento das lutas dos trabalhadores e de suas organizações políticas, os jornais analisados neste trabalho tenderam a apoiar tais medidas de repressão. O motivo para isso é a hipótese de que a imprensa, de natureza empresarial, também assimilava o repertório de estratégias das classes dominantes para conter e prevenir o movimento de massas. Portanto, durante os períodos de luta de classes e de reorganização do poder burguês, os jornais *Folha da Manhã*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, cada um à sua maneira, buscavam conservar o status quo e defender, na medida do possível frente às lutas sociais, os lucros empresariais e a autoridade do padrão autocrático de dominação do poder burguês brasileiro durante as décadas de 1930 e 1940.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA, LUTA DE CLASSES E ANTICOMUNISMO INSTITUCIONAL (1917-1929)	13
2.1	INDUSTRIALIZAÇÃO ACELERADA E GREVES OPERÁRIAS	14
2.2	MONTAGEM DO PODER BURGUEÊS CONTRARREVOLUCIONÁRIO E PREVENTIVO	15
3	CRISES, RESISTÊNCIA OPERÁRIA E SOLUÇÕES DE FORÇA (1930-1945)	17
3.1	DEPRESSÃO DE 1929, LUTA DE CLASSES E CRISE DE HEGEMONIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA	18
3.2	A IMPRENSA COMO PARTIDO POLÍTICO NA “REVOLUÇÃO DE 30”: ARTICULAÇÕES E OPOSIÇÕES	19
3.3	A IMPRENSA COMO PARTIDO POLÍTICO DURANTE A MONTAGEM DO PODER AUTORITÁRIO-CORPORATIVISTA DO ESTADO	21
3.4	O “CASO PAULISTA”, AGITAÇÕES OPERÁRIAS E CRISE DE HEGEMONIA DO PODER AUTORITÁRIO-CORPORATIVISTA: A IMPRENSA COMO PARTIDO POLÍTICO DOS LUCROS EMPRESARIAIS E DA AUTORIDADE DO ESTADO	25
4	GUERRA FRIA, TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA, LUTA DE CLASSES E SOLUÇÕES DE FORÇA (1945-1947)	44
4.1	PÓS-GUERRA E A IMPRENSA COMO PARTIDO POLÍTICO DO EXPANSIONISMO NORTE-AMERICANO NO BRASIL	45
4.2	ANISTIA POLÍTICA, MOVIMENTO QUEREMISTA E QUEDA DO ESTADO NOVO	48
4.3	GREVES E CRISE DE HEGEMONIA DO PODER AUTORITÁRIO-CORPORATIVISTA: A IMPRENSA COMO PARTIDO POLÍTICO DOS LUCROS EMPRESARIAIS E DA AUTORIDADE DO ESTADO	52
4.4	PROIBIÇÃO DE GREVES, INTERVENÇÕES SINDICAIS E CRIMINALIZAÇÃO DOS COMUNISTAS: A IMPRENSA COMO PARTIDO POLÍTICO DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA CONTRARREVOLUCIONÁRIA E PREVENTIVA	72
5	CONCLUSÃO	91
	REFERÊNCIAS	93

1 INTRODUÇÃO

O tema desta monografia é a atuação político-ideológica da *Folha da Manhã*, do *O Estado de S. Paulo* e do *O Globo* durante os movimentos grevistas que impactaram a política nacional e desafiaram as formas estruturais de dominação do Estado nos principais centros urbanos do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre os anos de 1930 e 1947.

Entendo ser relevante o tema escolhido, pois, a imprensa, como elemento do conglomerado midiático-industrial dos meios de comunicação, está presente no cotidiano disseminando seus pontos de vista sobre a compreensão da realidade imediata, tanto na forma de modelar os comportamentos quanto na formação das opiniões sobre determinado evento político ou fenômeno social. Nesse sentido, ela não pode ser compreendida historicamente apenas como um mero meio de comunicação ou de entretenimento. Segundo Raymond Williams, os fatos publicados e veiculados pela imprensa vinculam-se a um movimento muito mais amplo que engloba processos econômicos, movimentos sociais e conjunturas políticas (2011, p.74). Portanto, neste trabalho, os fatos documentados pela imprensa são compreendidos enquanto uma prática constante de modelação da realidade social a partir de seus próprios valores, passando a definir papéis sociais, posições políticas e interpretações histórico-conjunturais que influenciam profundamente a circulação de ideias. Ao seu complexo gráfico-editorial (como capas, notícias, anúncios comerciais, artigos de opinião, cadernos especiais, etc.) é atribuído um sentido de compartilhamento universal e generalizado por todos os grupos da sociedade (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.7), pois, como aponta Aloysio de Carvalho, a imprensa, ao agir como porta-voz da opinião pública geral, atua pautando debates para conquistar a opinião de setores diversos da população com a finalidade de institucionalizar concepções, valores e os interesses econômicos defendidos pelas elites dominantes (2012, p.19-21).

Nesse sentido, na análise da relação entre poder, imprensa e sociedade, o presente estudo parte das contribuições fundamentais de trabalhos referenciados no marxismo sobre a natureza do Estado no capitalismo e suas formas de dominação. Portanto, esta pesquisa tem a intenção de avançar na crítica sobre as interpretações exploradas por correntes historiográficas influenciadas pelas teorias recentes da História Cultural, em que na relação entre o Estado e a sociedade, em especial durante 1930 e 1964, os eficientes mecanismos de controle social são desprezados em detrimento da valorização desmedida de um suposto sucesso da política e

cultura popular trabalhista. Segundo esta perspectiva, a arquitetura estrutural de controle do Estado sobre os trabalhadores era bastante limitada e, em alguma medida, até ineficaz devido à própria “cultura de resistência” da classe trabalhadora de limitar a penetração das medidas de coerção (FERREIRA, 2017, p.88-103), já que o Estado reconhecia os interesses dos trabalhadores, havendo assim uma maior cumplicidade entre as classes sociais do que uma dominação autocrática das classes dominantes.

Entretanto, sem menosprezar a capacidade de ação e autonomia da classe trabalhadora, estudos mais recentes avançaram criticamente sobre essa gama de hipóteses revisionistas, valorizando a ação permanente de vigilância e repressão das forças policiais sobre as organizações civis, em especial as operárias, tanto em tempos de paz quanto em tempos de guerra, restringindo sistematicamente os direitos políticos dos trabalhadores, inclusive durante a “experiência democrática” entre 1946 e 1964. Enquanto, por outro lado, de acordo com as evidências encontradas nos estudos empíricos e estatísticos sobre as greves no período, os trabalhadores recorriam aos mais variados tipos de campanhas políticas para garantir seus direitos trabalhistas adquiridos pela letra da lei, porém negligenciados sistematicamente pelos patrões e pelos dispositivos jurídicos de fiscalização do Estado. Evidencia-se, entretanto, o que Marcelo Badaró Mattos assinala sobre seus estudos da sindicalização e das greves no Brasil durante a primeira metade do século XX (2004, p.266-267), que o elemento de barganha dos trabalhadores, isto é, a legislação trabalhista, como pilar de “sustentação de longos pactos políticos entre governantes e governados” não era de acesso tão fácil, nem mesmo era respeitado pela burguesia e garantido de forma ineficiente pelos dispositivos de conciliação de classes do Estado.

Portanto, nossas metas na investigação têm por objetivo demonstrar como a imprensa se integrou organicamente com o poder autocrático-burguês, em especial com as suas formas de dominação sobre os trabalhadores, diante dos desafios históricos expressos nos movimentos grevistas, organizacionais e ideológicos de pressão das classes trabalhadoras.

A primeira parte do trabalho pretende analisar o complexo gráfico-editorial dos jornais *Folha da Manhã*, *O Estado de S. Paulo* e do *O Globo* durante a montagem do sistema autoritário-corporativista a partir da década de 1930, num quadro internacional de depressão econômica, de acirramento da luta de classes e do avanço das ideias antiliberais e antidemocráticas. O enfoque principal, neste caso, é a atuação político-ideológica dos jornais na greve de massa do operariado paulista em maio de 1932, em que os trabalhadores exigiam

dos patrões o cumprimento da legislação trabalhista recém-decretada pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas e a abolição da política intervencionista da burocracia do Ministério do Trabalho sobre as suas entidades sindicais autônomas (ARAÚJO, 2001, p.46-48).

A segunda parte do trabalho pretende analisar os editoriais ao final da Segunda Guerra Mundial, conjuntura marcada pela forte política externa patrocinada pelos EUA de contenção ao comunismo e de expansão dos seus interesses econômicos e políticos (DREIFUS, 1986, p.45), enquanto no plano interno, iniciava-se um período marcado pelo avanço de movimentos sociais policlassistas exigindo a abertura democrática do regime do Estado Novo e pela eclosão de inúmeras greves ultrapassando os limites impostos pelos mecanismos corporativistas de controle social (COSTA, 1995, p.6-16). Aqui nosso enfoque principal é a atuação editorial dos jornais diante da greve dos funcionários da Light em dezembro de 1945 e das inúmeras paredes ocorridas entre janeiro e maio de 1946, protagonizadas pelos metalúrgicos, tecelões, bancários, portuários e rodoviários nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Diante deste cenário de agitação operária, os mecanismos corporativistas de contenção da luta de classes seriam devidamente conservados durante as sessões parlamentares da Assembleia Constituinte, que tinham por tarefa conduzir a transição democrática do regime político brasileiro (ALMINO, 1981, p.100-135), e aperfeiçoados a partir do governo democrático de Eurico Gaspar Dutra.

Como elementos-chave para compreender a organicidade da imprensa com as formas de dominação burguesa do Estado, mobilizaremos os pressupostos teóricos em torno do conceito gramsciano de “bloco histórico”, complementando-o com a noção do conceito de “contrarrevolução preventiva”.

Em suas notas sobre ciência política, Antonio Gramsci afirma que o desenvolvimento do Estado não é algo espontâneo e sim um produto estrutural que se afirma na ação prática da atividade política de grupos organizados da sociedade civil. No entanto, para que os interesses dos grupos sociais dominantes sejam assegurados e ampliados diante de determinados desafios históricos, a atuação político-ideológica de seus organismos privados (*partidos políticos*) operam na criação de sentidos que pretendem ser universais, a partir das bases materiais concretas de uma relação de forças desigual e em constante mudança de equilíbrio. Portanto, a estratégia político-ideológica das forças sociais dominantes consiste em criar e recriar um novo equilíbrio de forças existentes no bloco do poder, se baseando na força considerada a mais “progressista” e consensual entre as classes dominadas e que esta força

seja compatível com a reprodução das relações sociais capitalistas, sem que haja a necessidade da via da coerção militar no processo de construção da hegemonia do poder vigente. Nesse sentido, o conceito totalizante de “bloco histórico” do poder (2000, p.26-35), para Antonio Gramsci, se remete a uma unidade orgânica vinculando estrutura (sociedade civil e aparelho de produção econômica) e superestrutura (Estado e poder político), porém, um vínculo entre “contrários e distintos” em determinada conjuntura histórica.

Portanto, no Brasil, durante o período que ficou mais conhecido na historiografia e na sociologia como “a era do populismo”, compreendido entre 1930 e 1964, marcado pelas intensas lutas sociais dos trabalhadores, a hegemonia das classes dominantes se assentava e atribuía sentido a uma forma estrutural de dominação do Estado que atuava na prevenção da luta de classes e do crescimento político, ideológico e organizacional dos trabalhadores. Segundo Florestan Fernandes, a “revolução burguesa”, isto é, a consolidação da sociedade capitalista no Brasil, estruturada em uma relação dependente e subalterna aos interesses mais imediatos do imperialismo, se desenvolveu ao mesmo tempo em que havia concretamente as possibilidades socialistas de alternativa ao capitalismo. Nesse contexto, a construção do poder burguês se combinou com a tarefa de prevenir a revolução social (1976, p.294-297 *Apud* LEMOS, 2014a, p.4-5) e até simples demonstrações de manifestação política dos trabalhadores urbanos e/ou rurais, sendo tratadas como sérias ameaças ao padrão autocrático de dominação (*Ibidem*, 1976 *Apud* MATTOS, 2017).

Tomando a obra de Fernandes como referência, Renato Lemos aponta que a lógica da ação das classes dominantes em torno da noção da “contrarrevolução preventiva” (2014b, p.4) é um traço estrutural de longo prazo das formas de dominação no Brasil. Segundo o autor, pelo menos desde o século XIX, os processos de modernização capitalista, acompanhados evidentemente de pressões advindas das classes sociais subalternas, foram construídos e controlados por regimes caracterizados pela ação de um bloco de poder composto por coalizões conservadoras representativas de uma “elite dirigente liberta da dependência política do voto popular”, assumindo uma estratégia de prevenção dos conflitos baseado em negociações sob o manto de reformas desmobilizadoras e/ou sobre a forma de iniciativas estatais de longo prazo. Portanto, segundo Lemos, a lógica da contrarrevolução preventiva continua presente na ação das classes dominantes nos processos de transformação capitalista da sociedade brasileira, tanto na forma como os períodos ditatoriais foram estruturados, quanto na direção política nos períodos de transição e consolidação de regimes democráticos no século XX:

:

Essas considerações decorrem da hipótese de que a contrarrevolução preventiva é um traço estrutural das formações sociais capitalistas hipertardias, caracterizadas pela posição subalterna ao imperialismo no sistema capitalista mundial. Constrangidos por esse traço estrutural se têm organizado os regimes políticos burgueses – ditaduras fascistas, militares, bonapartistas, democracias de massas ou restritas, liberais ou autoritárias – por meio dos quais é exercida a dominação de classes. Neste sentido, a noção de contrarrevolução se dissocia do seu laço necessário com a de revolução – que lhe dá um sentido reativo –, recebendo o complemento “preventiva” para que fique indicada a sua inserção no repertório de estratégias com que a burguesia conta para tentar extinguir a ameaça revolucionária antes mesmo que ela germine. (*Op. cit.*, 2014b, p.5).

A partir do quando teórico exposto, tomamos como ponto de partida a compreensão dos jornais *Folha da Manhã*, do *O Estado de S. Paulo* e do *O Globo* como forças sociais ativas do capitalismo, articulando-se como um “partido político” dos interesses mais imediatos de setores específicos das classes dominantes nacionais e internacionais, geralmente seus maiores anunciantes e investidores. Através da atuação político-ideológica dos editoriais, os jornais assimilavam, reproduziam e construía a hegemonia de projetos, ideias e valores de frações específicas do empresariado durante os processos sociais de reorganização e/ou consolidação do bloco de poder burguês no Brasil em determinadas conjunturas históricas.

Nesse sentido, Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário Peixoto propõem, que na análise dos documentos editoriais, o pesquisador se indague sobre a intencionalidade do jornal no processo de reprodução da hegemonia dominante, questionando a forma como ele se coloca e atua em relação à correlação de forças em determinada conjuntura, buscando no discurso de opinião quem são os grupos identificados como forças de oposição ou como aliados (2007, p.8-9). Portanto, com os recursos dos próprios jornais, reconstruímos as principais greves abordadas neste trabalho selecionando as posições da patronal, das forças do Estado (representantes do governo e Polícia Política) e dos trabalhadores para identificar, na narrativa editorial, a posição e as forças sociais com quem os jornais *Folha da Manhã*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* se articulavam durante os movimentos grevistas.

Contudo, segundo o que Ângela Felippi e Patrícia Schuster assinalam sobre a atuação do jornal *Gazeta do Sul* nas greves da década de 1980 (2012, p.147-149), na análise específica da construção dos discursos, observa-se a inclinação dos jornais e de seu complexo gráfico-editorial em marginalizar a manifestação dos trabalhadores, atribuindo à luta de classes sentidos pejorativos e supostamente ameaçadores em torno da noção do “prejuízo” à economia e/ou da “transgressão” violenta da ordem social, recorrentemente acompanhando os discursos da patronal e das forças de repressão do Estado. Portanto, nossa hipótese é que no campo das lutas sociais da classe trabalhadora durante a montagem do poder autoritário-

corporativista e no seu aperfeiçoamento durante a transição democrática depois da queda do regime do Estado Novo, os editoriais se inseriam, cada um à sua maneira, para atuar de forma articulada com os interesses do empresariado e de acordo com as declarações dos dispositivos preventivos de controle social e policial do Estado (seus aliados), ao atribuir aos movimentos grevistas abordados (seus adversários) os sentidos simultâneos e intercalados do “prejuízo” e/ou da “transgressão” da ordem social.

Em relação ao sentido do prejuízo, nossa hipótese é a de que os editoriais tendem a construir um apelo às mudanças de comportamento dos trabalhadores para desmobilizarem suas greves, recorrendo ao discurso do liberalismo clássico baseado na concepção unilateral de que a prosperidade financeira do patrão era a única via possível de obter as reivindicações pleiteadas, apelando, nesse sentido, para as “negociações harmoniosas” previstas e garantidas, em tese, pela legislação corporativista, legitimando a hegemonia em crise dos órgãos jurídicos e trabalhistas de conciliação de classes, buscando, nesse movimento, defender os lucros do empresariado e fortalecer a autoridade desmobilizadora e antigreve do Estado.

Enquanto, por outro lado, quando os movimentos grevistas tendiam a se fortalecer, o discurso editorial da imprensa tendia a atribuí-los o sentido da transgressão. Em geral, disseminavam que a classe trabalhadora estava sendo manipulada por uma minoria de agitadores subversivos que se aproveitavam das situações de crise para provocar a luta de classes ou até mesmo a revolução social, impedindo dessa maneira as “negociações harmoniosas” entre os interesses do capital e do trabalho. Nesse caso, a atuação político-ideológica da imprensa tendia a reproduzir o discurso criminalizador da Polícia Política e da própria burguesia contra o movimento operário, acusando em sua configuração editorial supostos bodes-expiatórios (geralmente os comunistas e os piquetes operários) a serem neutralizados pelos dispositivos de repressão do Estado, legitimando as ações arbitrárias e violentas das forças policiais para dissolver as formas mais politicamente ativas da organização dos trabalhadores, que geralmente atuavam por fora do controle dos órgãos estatais.

Contudo, dependendo do sentido atribuído aos movimentos grevistas, os editoriais da *Folha da Manhã*, do *O Estado de S. Paulo* e do *O Globo* atuavam ideologicamente para defender na medida do possível os lucros empresariais e por outro lado, para conservar o traço estrutural do padrão autocrático-burguês de dominação contrarrevolucionária e preventiva do Estado.

2 MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA, LUTA DE CLASSES E ANTICOMUNISMO INSTITUCIONAL (1917-1929)

2.1 INDUSTRIALIZAÇÃO ACELERADA E GREVES OPERÁRIAS

Nas décadas iniciais do século XX, principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial, os centros urbanos do Brasil se industrializavam rapidamente, transformando em uma escala igualmente acelerada a economia, a sociedade e a cultura política do país. Além da preeminência da produção de tecidos, a industrialização doméstica se especializou na produção diversificada de bens de consumo não duráveis, tais como alimentos, sapatos, chapéus, fumo, cereais, etc. Já no final da década de 1920, a diversificação industrial se acentuava em escala reduzida, porém, evidenciando-se desta maneira um crescimento da produção de bens duráveis e de capital, ao passo que a dependência do país também aumentava em relação às potências europeias e norte-americanas, provedoras da tecnologia necessária para a industrialização do Brasil. No entanto, as condições de trabalho em todos estes ramos da indústria se caracterizavam pela precariedade, situação agravada pela resistência obstinada dos patrões em conceder benefícios que valorizassem minimamente a força de trabalho do proletariado (LOUREIRO, 2006, p.17-44).

Diante desse cenário, a classe operária tentava consolidar seus ensaios de associações sindicais. Entretanto, a partir de 1917, as tentativas de organizar associações operárias de massa passavam a ser bem sucedidas, pois nasciam no calor das greves gerais da conjuntura pós-Primeira Guerra Mundial, em que a maioria da população trabalhava em intensas jornadas de trabalho, recebiam salários baixíssimos e sofriam com o alto custo de vida, já que o conflito mundial consumia grande parte da produção nacional. Os movimentos grevistas entre 1917-20 evidenciaram um alto grau de organização e politização dos trabalhadores, pois, na luta de classes, eles exigiam melhores condições de trabalho, o cumprimento dos acordos burlados pela burguesia, o fim das perseguições aos operários combativos e a liberdade de associação política e sindical. Aliás, depois das greves operárias do período, mudava a forma tradicional de se fazer política no Brasil, forçando representantes das oligarquias regionais da Primeira República a defender, pelo menos em seus discursos, a superação da questão social vigente (STOTZ, 2001, p.135-139).

Para Marcelo Badaró Mattos, o sindicalismo foi uma resposta dos trabalhadores contra a dominação de uma minoria detentora da riqueza nacional, que garantia seus lucros através de uma superexploração do trabalho e impondo restrições democráticas à maioria da população da participação política. Portanto, a luta organizada pela existência e por dignidade em uma sociedade burguesa extremamente desigual é de grande importância para se

compreender as grandes transformações estruturais ocorridas no século XX no Brasil, pois, segundo o autor:

Da mesma forma, desde fins do século passado, as péssimas condições de vida e de trabalho, os baixíssimos salários e a violência de um mercado de trabalho caracterizado pela discriminação, tornaram as demandas econômicas prioritárias, na medida em que dizem respeito à sobrevivência e à dignidade. Mas demandas econômicas, quando articuladas em planos classistas mais amplos, adquirem inegável peso político. Não é de se estranhar, portanto, que o instrumento de representação de interesses coletivos mais próximos ao mundo do trabalho – o sindicato – tivesse aqui uma grande importância (2009, p.7-9).

2.2 MONTAGEM DO PODER BURGUÊS CONTRARREVOLUCIONÁRIO E PREVENTIVO

Entretanto, também no início do século XX, a partir da vitória operária e camponesa da Revolução Russa e com a chegada dos bolcheviques ao poder, desencadeou-se no mundo inteiro a apreensão burguesa com a possibilidade real de uma alternativa socialista ao sistema capitalista. O anticomunismo assim se internacionalizava ao passo em que crescia a pressão de setores das classes médias e trabalhadoras por reconhecimento e incorporação de seus interesses à ordem social e política no país. Portanto, segundo Renato Lemos, a pressão política dos trabalhadores e o anticomunismo das elites dirigentes foram elementos cruciais que desencadeou um processo de reestruturação das instituições do Estado para prevenir a luta de classes e a revolução social (2014a, p.4-9).

Nesse sentido, a primeira preocupação dos reacionários foi com a reestruturação das polícias, criando a Inspetoria de Investigação e Segurança Pública, órgão de vigilância e repressão do Estado contra o movimento operário que seria aperfeiçoado no decorrer das décadas do século XX. As primeiras ações do órgão foram expulsar do Brasil os considerados “estrangeiros perigosos”, alegando a prevenção de “qualquer manifestação ou modalidade de anarquismo violento” (COSTA; FREITAS, 2004, p.141-147), desculpa oficial para reprimir dirigentes sindicalistas combativos, que em sua maioria eram estrangeiros, os usando como bodes-expiatórios para intervir na totalidade das associações operárias. Cabe destacar que o bode-expiatório usado para reprimir o conjunto do movimento operário que um dia fora o “anarquista violento”, passaria a ser gradualmente a figura do “comunista infiltrado”, especialmente a partir do surgimento da Aliança Nacional Libertadora e da tentativa fracassada dos aliancistas em tomar o poder do Estado através de um levante militar em novembro de 1935. A simples presença de comunistas numa greve passaria a ser motivo de preocupação à estabilidade da ordem social e uma ameaça “subversiva” ao Estado.

Historicamente no Brasil, o fenômeno social da greve era tratado como delito, pois, desde o Código Penal de 1890, quem “causava e provocava a cessação do trabalho” para “impor” aos operários e aos patrões o aumento do salário poderia responder por meses de prisão. No entanto, apesar das mudanças legislativas que ocorreriam lentamente no Brasil, em que a questão social passaria a ser tratada, pelo menos nos discursos de apelo trabalhista, como “caso de política” e não mais como “caso de polícia”, a tradição repressiva em relação às greves continuou forte nas instituições policiais e na própria consciência de grande parte do empresariado brasileiro (MATTOS, 2004, p.256-258).

Acompanhando o aperfeiçoamento repressivo do Estado contra o movimento operário, a partir da metade da década de 1920, foram criadas inúmeras leis embrionárias de proteção ao trabalhador, como a Comissão de Legislação Social – órgão de caráter consultivo incorporado à Câmara dos Deputados para regular as relações entre capital e trabalho – as Leis das Férias e o Código do Menor de 1926. Entretanto, a burguesia industrial reagia à legislação trabalhista alegando a sua “impraticabilidade real”. Ela negava as condições desumanas de trabalho denunciadas pelas associações operárias e declaravam, em relação à Lei das Férias especificamente, que o ócio dos quinze dias estimulava os operários a usar suas horas de descanso nas ruas e isto em si representava uma “ameaça de perigo social” (LOUREIRO, 2006, p.43-46).

Por sua vez, a imprensa liberal-conservadora, e em especial os jornais de São Paulo, apoiava o avanço dos mecanismos estatais de controle social sobre o operariado e as primeiras leis que beneficiavam o trabalhador, defendendo nas suas páginas de notícias e de opinião uma concepção do Estado como um organismo a ser monopolizado pelas elites “racionais e ilustradas” da Nação, responsáveis em dirigir e orientar a “massa inculta” e “facilmente manipulada” de trabalhadores industriais (CARVALHO, 2012, p.21-29).

3 CRISES, RESISTÊNCIA OPERÁRIA E SOLUÇÕES DE FORÇA (1930-1945)

3.1 DEPRESSÃO DE 1929, LUTA DE CLASSES E CRISE DE HEGEMONIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A partir de 1927, porém se agravando com a Grande Depressão de 1929, as exportações do café e do algodão reduziram drasticamente, desencadeando efeitos recessivos em toda a cadeia produtiva, com fechamentos sistemáticos de diversos bancos e empresas, gerando retração do mercado consumidor e de crédito, produzindo demissões em massa de operários (LOUREIRO, 2006, p.90-91). Por outro lado, enfrentando a crise da indústria doméstica, eclodiam inúmeros movimentos grevistas de caráter profundamente político contra o regime da Primeira República e às condições de vida e trabalho vigentes para a maioria da população. Um dos produtos destes movimentos paredistas foi a criação da intersindical Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB) em 1929, reunindo comunistas e anarquistas na sua direção política (COSTA; FREITAS, 2004, pág.143-152). Contudo, a mobilização operária seria interrompida e profundamente reprimida pela “Revolução de 30” e pelos aparatos policiais do Estado que passariam a ser comandados pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas. Os sindicatos dirigidos pelos anarquistas e comunistas foram fechados, reinando um ambiente repressivo de intervenções sindicais no Brasil (STOTZ, 2001, p.142-143).

Em 1930, o cenário internacional estava bastante turbulento devido aos efeitos sociais negativos produzidos pela crise mundial do capitalismo. Na Espanha greves eclodiam em várias cidades do país¹ e crescia cada vez mais o movimento republicano contra a monarquia autoritária dos Bourbon, na França ocorriam greves gerais, e em alguns países da América do Sul, como na Argentina e no Peru, movimentos golpistas desencadeados por forças conservadoras buscavam neutralizar uma suposta “ameaça comunista” devido ao crescimento das greves operárias e pelo desenvolvimento expressivo de federações sindicais autônomas bastante atuantes². Enquanto isso, a maior ameaça do mundo capitalista daquela época, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), aparecia nos jornais como uma nação em que a crise mundial não havia impactado negativamente a sociedade russa, muito pelo contrário, as notícias informavam que o desemprego diminuía sistematicamente devido a intensa industrialização do país³.

¹ **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 out. 1930, capa da edição vespertina.

² **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 out. 1930, p. 7.

³ **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 out. 1930, capa da edição vespertina.

Diante desse mundo, com uma economia profundamente fragilizada pela falta de crédito internacional para financiar o desenvolvimento industrial do país, agravada com a crise do regime político da Primeira República e pelas lutas das organizações de massa da classe trabalhadora exigindo um novo pacto social, Florestan Fernandes considera o movimento iniciado na “Revolução de 30” como uma articulação “contrarrevolucionária autodefensiva e preventiva” das oligarquias rurais em decadência, de setores da indústria, das classes médias e das Forças Armadas que desencadeou uma alteração substancial na forma da dominação burguesa no Brasil. A insegurança exacerbada das classes dominantes diante do avanço organizativo dos trabalhadores era o grande motivo impulsionador do movimento golpista capitaneado pelo então presidente do Rio Grande do Sul, senhor Getúlio Vargas. Segundo o autor, naquele processo deveria ser garantida a continuidade do status quo oligárquico e o aprofundamento das condições políticas para estimular a modernização capitalista, sem ameaçar os privilégios e os interesses financeiros das indústrias nacionais e dos credores internacionais, restringindo a participação política dos trabalhadores e suas pretensões democráticas e integrativas. (1976, p.212-217).

3.2 A IMPRENSA COMO PARTIDO POLÍTICO NA “REVOLUÇÃO DE 30”: ARTICULAÇÕES E OPOSIÇÕES

Durante o movimento golpista de outubro de 1930, a *Folha da Manhã*, jornal representativo dos agricultores cafeeiros e comerciantes paulistas, apoiava o governo de Washington Luís e publicava no dia anterior à tomada do estado de São Paulo pelos exércitos insurgentes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e da Paraíba, que as tropas rebeldes estariam fracassando nas suas tentativas de invadir São Paulo e de derrotar as forças legalistas mineiras⁴. No dia em que o Rio de Janeiro fora tomado pelas tropas sediciosas, ao ter praticamente a totalidade dos agentes policiais e das Forças Armadas na capital apoiando o movimento que estava se configurando vitorioso, a *Folha da Manhã* não interrompia sua campanha de desinformação em apoio desesperado ao governo, e continuava publicando notícias de que as tropas rebeldes estariam fugindo e que as forças legalistas do Exército estavam sendo bem sucedidas em deter o avanço dos insurgentes⁵. Aliás, o jornal concordava com as afirmações das autoridades políticas argentinas sobre o momento pelo qual passava o país, pois, segundo o Governo Provisório argentino, a sua ação era produto da “união das

⁴ *Folha da Manhã*, São Paulo, 23 out. 1930, capa da edição.

⁵ *Folha da Manhã*, São Paulo, 24 out. 1930, capa da edição.

classes conservadoras para a defesa social”, ao passo que a “rebelião brasileira” representava uma “obra bolchevista contra os conservadores”⁶.

Enquanto a *Folha da Manhã* publicava que as tropas sediciosas fracassavam, o jornal carioca *O Globo*, que reconheceria em suas próprias páginas ter tido uma relação cordial com o presidente deposto⁷, só retratava em suas capas e colunas de notícias a vitória e o “apoio popular” ao movimento executado pela alta hierarquia das Forças Armadas no Rio de Janeiro. À medida que a Polícia, os quartéis gerais, a Marinha e demais grupos civis no Rio de Janeiro aderiam ao movimento dos golpistas, o jornal publicava palavras de ordem como esta:

As demonstrações populares, que se sucederam o dia inteiro, pela sua grandiosidade, foram bem a consagração do movimento pacificador das forças armadas da capital da República⁸.

Ao longo de suas notas, o jornal atuava como porta-voz oficial dos militares e da Junta Pacificadora que seria formada inicialmente, afirmando que nas ruas do Rio de Janeiro o “movimento pacificador” havia “empolgado a cidade inteira”.

Já o jornal *O Estado de S. Paulo*, órgão de comunicação que nasceu e continuava a ser um porta-voz dos interesses políticos da lavoura cafeeira e das principais associações comerciais paulistas, ao contrário da *Folha da Manhã*, apoiou o movimento insurgente, afirmando em um editorial no dia em que a capital federal já estava tomada pelos exércitos rebeldes, que naquele momento o Brasil respirava do “pesadelo que o sufocava”. O conservadorismo do jornal aplaudia a ação dos exércitos rebeldes por confiarem que naquele movimento havia forças políticas que protegeriam a propriedade privada, a ordem e a “paz social” desejada para os interesses das classes conservadoras, isto é, para os setores assustados das classes sociais dominantes brasileiras⁹. Aliás, nas páginas do jornal, circulavam comunicados da Associação Comercial de São Paulo concitando aos setores capitalistas da indústria, da lavoura, do comércio e dos bancos a apoiarem as medidas do Governo Provisório que se estabeleceria a partir daquele momento¹⁰.

A derrota das tropas legalistas nas fronteiras com o Paraná e a conseqüente ocupação do estado de São Paulo acabou entusiasmando uma enorme parcela da população paulistana e uma massa de populares tomou a iniciativa de sair às ruas para atacar empresas, associações

⁶ *Folha da Manhã*, São Paulo, 24 out. 1930, última capa da edição.

⁷ *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 out. 1930, p. 3.

⁸ *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 out. 1930, p. 3 da segunda edição.

⁹ *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 out. 1930, capa da edição.

¹⁰ Ao comércio, às indústrias e aos bancos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 out. 1930, p. 2.

civis, jornais, rádios e forças políticas que apoiavam e se beneficiaram com o governo deposto.

A *Folha da Manhã* se tornou um desses alvos da população enfurecida. A sede do jornal foi invadida pelos revoltosos, que queimaram a mobília e destruíram as máquinas em praça pública. Jornais como a *Folha da Noite*, *A Capital*, *Correio Paulistano* e *Piccolo* também passaram por situações semelhantes¹¹. O jornal só voltaria a circular dois meses depois da revolta popular e no dia em que retomava suas tiragens diárias, foi veiculado um editorial chamado “Duas palavras”, em que a *Folha da Manhã* repudiava frontalmente os manifestantes que destruíram suas dependências, os caracterizando como “criminosos” que se aproveitaram da situação peculiar para saquear e depredar as instalações da redação e das oficinas. No entanto, a direção do jornal deixava bem claro, que a partir daquele momento, principalmente em relação à transformação radical que aconteceria no país, se orientaria, em tese, por ser um “crítico sereno” e um “atento espectador” dos acontecimentos políticos, buscando o pragmatismo apartidário em detrimento de uma linha de ação editorial vinculada a um partido ou facção política específica¹².

3.3 A IMPRENSA COMO PARTIDO POLÍTICO DURANTE A MONTAGEM DO PODER AUTORITÁRIO-CORPORATIVISTA DO ESTADO

Para Michael Hall, a montagem da legislação trabalhista varguista e os seus aspectos de controle social estatal sobre o movimento operário foi de evidente inspiração fascista. Para o autor, o que caracteriza a semelhança entre o regime de Vargas e o fascismo italiano são seus elementos contrarrevolucionários, tais como as instituições nacionalistas, corporativistas e intervencionistas. Além disso, o discurso dos dois regimes possuíam muitas similaridades, pois se alimentavam do fortalecimento dos valores antiliberais e antidemocráticos da época, apelando para a “regeneração” da nação através de um Estado centralizado e autoritário que harmonizasse os interesses das classes sociais. Dessa forma, se combateria eficientemente a anarquia do mercado capitalista e o “desperdício” da luta de classes (2001, p.18-20). Em relação ao processo de reorganização da hegemonia do Estado, Ângela Maria Carneiro Araújo o categoriza a partir da noção em torno do conceito gramsciano de “revolução passiva”, compreendendo a reconfiguração estatal empreendida por Vargas como uma transformação de caráter estrutural feita pelo alto e sob a direção de forças conservadoras e autoritárias que

¹¹ **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 out. 1930, capa da edição das 19h.

¹² Duas palavras. **Folha da Manhã**, São Paulo, 25 out. 1930, capa da edição.

tinham como características centrais o fortalecimento e a centralização do Estado, tendo como base de sustentação política a incorporação das classes sociais emergentes da época: a burguesia industrial e a classe operária (2001, p.30-39). Porém, mesmo entre as classes dominantes, tinham-se divisões sobre os métodos do novo regime na questão trabalhista. No Rio de Janeiro, comerciantes e industriais continuavam a defender os princípios liberais e resistiam ao intervencionismo do governo, enquanto praticamente a totalidade dos setores burgueses de São Paulo, assim como alguns industriais fluminenses, aderiu imediatamente ao regime. Contudo, os industriais e a burguesia comercial não sofreram intervenções do governo nas suas associações preexistentes à Lei Sindical de 1931, enquanto em relação aos trabalhadores, o Estado buscava liquidar as suas formas autônomas de organização depois da promulgação do decreto-lei. (*Op. cit.*, p.38-39).

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, um dos principais órgãos de poder da nova reconfiguração do Estado e que seria vendido pelo ministro Lindolfo Collor como um “antídoto da luta de classes”¹³, recebeu o apoio entusiasmado do jornal *O Globo*, o silêncio pragmático da *Folha da Manhã* e a acomodação não tão apaixonada pelo *O Estado de S. Paulo*.

No dia em que o Ministério do Trabalho foi criado, eclodiam no Rio de Janeiro e em São Paulo greves operárias reivindicando aumentos de salários e a imediata resolução do impasse através de negociações diretas com seus patrões. Por sua vez, os interventores do Governo Provisório declaravam ao operariado que as greves não tinham razão de acontecer, alegando que havia baixado decreto normalizando as oito horas de trabalho e um aumento salarial. Além dessas ameaças, o governo se impunha aos trabalhadores alegando a força moral que tinha entre as Forças Armadas e na opinião pública para reprimi-los e retomar as atividades normais da indústria. Nesse sentido, o governo apelava ao conjunto dos grevistas que confiassem nos seus propósitos de assistência social, garantindo que os “revolucionários” não eram porta-vozes do capitalismo e nem das exigências consideradas “exageradas” dos operários¹⁴.

¹³ LEMOS, Renato. **Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964.** In Revista do NIEP-Marx. Rio de Janeiro, v.2, n° 2, 2014, p. 7.

¹⁴ Aviso do interventor do Governo Provisório aos operários em greve. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 nov. 1930, p. 2.

Em consonância com os interesses corporativistas do Governo Provisório e de um setor dos industriais que estavam apoiando as medidas que visavam à desmobilização política dos trabalhadores, o jornal *O Globo* publicava com destaque:

Não se resolvem os chamados problemas sociais, atendendo-se a todos os desejos das classes trabalhadoras, mas sim procurando conciliá-los, dentro da equidade e das condições do nosso progresso, com os interesses legítimos do capital!¹⁵.

O jornal carioca defendia em editorial que a nova pasta ministerial era da maior importância para a renovação econômica e social do Brasil. Com o ministério criado, o desenvolvimento material das classes empresariais iria prosperar, enquanto, por outro lado, em muito a solução do “problema operário” seria facilitado pelo Estado. Na visão do *O Globo*, a iniciativa em criar o órgão de conciliação entre capital e trabalho libertaria o país da “politicagem” que a “Revolução” estava proporcionando, evitando dessa maneira as inquietações sociais que já se esboçavam com os movimentos grevistas que irrompiam nas fábricas cariocas e paulistas¹⁶. *O Estado de S. Paulo* também apoiava as medidas do Governo Provisório e era bastante crítico aos opositores do novo regime. O jornal buscava a estabilidade da atmosfera política e social do país naquele momento, vendo problemas nas formações de blocos oposicionistas “mexeriqueiros” nos estados de São Paulo, Minas Gerais e na capital federal que criticavam o ministério composto pelo Governo Provisório¹⁷.

Contudo, de acordo com Ângela Maria Carneiro Araújo (2001, p.46-48), a experiência das organizações operárias de massa contra as primeiras leis corporativistas foi conflituosa e contraditória, pois, os trabalhadores e suas direções combinaram elementos de resistência, assimilação e apropriação do sistema para a defesa dos seus interesses de classe. Num primeiro período, entre 1930-32, houve significativa resistência do movimento operário com o objetivo de reorganizar e fortalecer as suas entidades autônomas, impedindo até aquele momento o êxito da sindicalização oficial nos setores mais organizados da classe operária. A Federação Operária de São Paulo (FOSP) era a intersindical que congregava o maior número de sindicatos das categorias mais importantes da capital e na direção da associação havia uma maioria de anarcossindicalistas. Por outro lado, havia a Federação Sindical Regional de São Paulo (FSRSP), que reunia principalmente os sindicatos do interior e era dirigida em sua maioria pelos comunistas. Essas duas intersindicais iriam protagonizar as greves operárias de maio de 1932 em São Paulo contra a intervenção política da burocracia do Ministério do

¹⁵ *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1930, p. 2.

¹⁶ A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1930, capa da edição vespertina.

¹⁷ Casos políticos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 nov. 1930, capa da edição.

Trabalho nas suas entidades de classe. Em relação às greves, os “revolucionários” aperfeiçoariam os métodos de repressão e vigilância do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Em 1932, a 4ª Delegacia Auxiliar fora criada e suas primeiras ações foram expedir massivos prontuários e mandados de prisão alegando motivos de “ordem política” em detrimento da ação de “comunistas” e de “grevistas” (COSTA E FREITAS, 2004, p.158).

Na questão econômica do país, a intenção das elites políticas vinculadas ao ramo industrial era consolidar o domínio do mercado doméstico em crise, buscando congelar a concorrência nacional e fortalecer a concentração da riqueza dos industriais localizados no eixo Centro-Sul, alegando a necessidade da restrição das importações de máquinas para ramos considerados em “superprodução”. Prontamente, o Governo Provisório elaborava estratégias para suspender e renegociar a dívida externa, controlando o Banco do Brasil para priorizar os compromissos financeiros com as potências estrangeiras e com as importações essenciais para o desenvolvimento da indústria de bens de capital, enquanto eram criados mecanismos impeditivos de crescimento exagerado dos cafezais (LOUREIRO, 2006, p.60-80).

Em 1932, o pior da depressão econômica havia passado, e o PIB industrial retomou uma tendência de crescimento que estava estagnada desde 1928. Setores da agricultura e da indústria doméstica apresentaram crescimentos evidentes, entretanto, como em toda boa sociedade capitalista, a recuperação econômica não implicou em quaisquer melhorias nas condições de trabalho nas fábricas, muito pelo contrário, a recuperação teve como base a negligência sistemática do empresariado em relação à maioria das leis que favoreciam o proletariado. O movimento operário, em seus picos de mobilização grevista na década de 1930, especialmente em maio de 1932 e durante o biênio 1934-35, reivindicavam a repartição dos ganhos lucrativos da patronal. De costume, os trabalhadores pleiteavam o aumento de seus salários irrisórios e a melhoria de suas condições de trabalho, porém, a partir do surgimento das primeiras leis trabalhistas garantindo direitos históricos reivindicados pela classe operária, ela passaria a denunciar a negligência ilegal da patronal e exigir o cumprimento da legislação que ainda não estava sendo posta em prática na maioria dos locais de trabalho no Brasil. (2006, p.150-153). Nesse sentido, em São Paulo, eclodiriam no início de maio de 1932 diversas greves de várias categorias de trabalhadores, culminando na metade do mês com o ápice do movimento grevista, em que a maioria dos operários cruzava os braços, paralisando poderosos ramos da indústria, principalmente o têxtil. No entanto, é preciso destacar que as agitações operárias emergiram durante uma profunda crise do Governo Provisório em torno da governabilidade do rebelde estado de São Paulo.

3.4 O “CASO PAULISTA”, AGITAÇÕES OPERÁRIAS E CRISE DE HEGEMONIA DO PODER AUTORITÁRIO-CORPORATIVISTA: A IMPRENSA COMO PARTIDO POLÍTICO DOS LUCROS EMPRESARIAIS E DA AUTORIDADE DO ESTADO

Desde o início de 1932, grande parte das classes médias, das associações comerciais, dos industriais e principalmente da oligarquia cafeeira ressentida por ter perdido o poder em outubro de 1930, intensificavam uma campanha de instabilidade institucional para derrubar o regime intervencionista do Governo Provisório, exigindo imediatamente a convocação de eleições constituintes para restabelecer as liberdades individuais e os principais privilégios perdidos das elites paulistas, principalmente a autonomia política e financeira do estado.

Os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha da Manhã*, por serem paulistas e porta-vozes da lavoura cafeeira e das associações comerciais, também defendiam a linha de ação política das classes que os financiavam e colaboravam diretamente. Aproveitando a maré de manifestações civis contra o Governo Provisório, o *Estado de S. Paulo* apelava para a necessidade de um regime constitucional eleito, ainda por dentro da ordem, com o objetivo de recolocar no poder as oligarquias derrotadas em 1930, pois, segundo o jornal, essa era a única forma possível de sair do impasse político causado pelo “caso paulista”. Argumentava que apenas com uma democracia representativa, com cargos eleitos, é que se poderiam realizar programas de “larga envergadura”, ao invés de medidas de caráter “transitório e precário”, características que segundo o jornal eram comuns de governos ditatoriais e igualmente transitórios, mesmo que em tal ditadura estivessem pessoas de “alta competência técnica”¹⁸.

Já a *Folha da Manhã* seguia por caminho parecido ao do *Estado de S. Paulo*, e interessante notar que mesmo depois de ter declarado que seguiria uma linha apartidária no cenário político brasileiro, nas páginas do jornal eram publicados diversos anúncios de associações civis e comerciais exigindo o pleito para a realização de uma nova Constituinte no país, para que nela fosse recuperada a autonomia política e financeira de São Paulo. Em editoriais, a *Folha da Manhã* criticava a postura passiva de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul frente à intervenção no estado, e defendia com muito ardor a liberdade de ação e iniciativa de São Paulo¹⁹. E mesmo depois da declaração de Getúlio Vargas fixando as datas do pleito constitucional que estaria previsto para 1933, o jornal recebia as notícias do Palácio do Catete

¹⁸ Notas e Informações. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 7 mai. 1932, p. 7.

¹⁹ A balcanização de São Paulo. **Folha da Manhã**, São Paulo, 7 mai. 1932, p. 6.

com reservas, pois afirmava que o Governo Provisório hesitava demais, era “insincero e dúbio em relação às eleições”²⁰, ao passo que criticava os jornais cariocas (“os jornais da corte”) por estarem apoiando o governo federal em detrimento dos paulistas. Por fim, o jornal concitava abertamente à população a ampliar as manifestações a favor da reconstitucionalização do país para pressionar a postura hesitante de Getúlio Vargas²¹.

O jornal *O Globo*, apesar das críticas dos paulistas, também apoiava a imediata convocação do pleito, porém, em vista da profunda crise política em São Paulo e na possibilidade de aumento das greves e manifestações populares, era enfático em felicitar a montagem autoritária do aparelho sindical e trabalhista do Estado brasileiro. Inclusive, em editorial, *O Globo* defendia que os apoiadores da Constituinte, apesar de sua inclinação “democrática”, teriam que “conservar os frutos da obra revolucionária de 1930”²². Em relação à legislação trabalhista que o Governo Provisório estava decretando, o jornal carioca alegava que era necessária e coerente com a posição internacional do Brasil em se comprometer com os “princípios pacíficos” que regiam o mundo do trabalho, e que a partir daquele momento os trabalhadores sairiam beneficiados pela “principal lei social dos novos tempos”²³.

Contudo, assim que as primeiras leis trabalhistas foram decretadas para conter a disposição de luta do operariado e integrá-lo ao Ministério do Trabalho, os trabalhadores da companhia inglesa de transportes ferroviários *São Paulo Railway* e setores dos operários do ramo industrial de calçados e de vidros entravam em greve. Eles reivindicavam aumento salarial, a readmissão de seus companheiros demitidos, o cumprimento da legislação trabalhista por parte das patronais e o reconhecimento oficial de suas entidades classistas sem nenhum tipo de intervenção ou controle imposto pela burocracia do Ministério do Trabalho. Ao longo dos primeiros cinco dias do mês de maio de 1932, os ferroviários conseguiram paralisar totalmente os serviços de tráfego, de despacho e de encomendas de mercadorias na maioria das estações da capital e do interior do estado, formando no decorrer da luta um comitê central que atraía e orientava o total das comissões de base e dos piquetes criados pelos trabalhadores²⁴. Na imprensa conservadora, e em especial na *Folha da Manhã* e no *Estado de S. Paulo*, os ferroviários denunciavam a intransigência da companhia inglesa em

²⁰ A primeira vitória da opinião. **Folha da Manhã**, São Paulo, 10 mai. 1932, p. 6.

²¹ **Folha da Manhã**. Idem.

²² Para quando o manifesto do chefe do Governo Provisório ao país? **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1932, capa da edição.

²³ **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 mai. 1932, p. 2.

²⁴ **Folha da Manhã**, São Paulo, 6 mai. 1932, p. 14.

negociar diretamente com eles. Enquanto isso, a reação da patronal foi a de costume: negar a validade jurídica da greve, desinformar os grevistas ao mentir que as estações estavam funcionando e acusava, como de praxe, uma suposta “minoría agitadora” como culpada pela paralisação do trabalho²⁵. Além disso, a empresa solicitava o auxílio de forças policiais para reprimir e neutralizar as paredes. Prontamente, a Polícia enviou para as principais estações da *São Paulo Railway* destacamentos guarnecidos com armas pesadas, como fuzis, para intimidar os trabalhadores a não entrarem ou continuarem em greve, alegando que estavam garantindo a integridade daqueles que “desejassem trabalhar”²⁶. Além dessas ameaças, o chefe do Gabinete de Informações da Polícia Política, senhor Bráulio de Mendonça Filho, afirmava à imprensa diariamente que o movimento grevista dos ferroviários, assim como o dos sapateiros e dos vidreiros, declinava sensivelmente, com vistas a desinformar os grevistas e causar confusões na coesão da classe. Porém, na realidade prática, nas fábricas paralisadas de vidros e de calçados, assim como nas estações de trens da *São Paulo Railway*, as forças policiais enfrentavam a resistência de piquetes radicalizados²⁷.

Por sua vez, a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) criminalizava o movimento grevista em comunicado divulgado na imprensa, afirmando que “elementos estranhos” estavam coagindo os trabalhadores a abandonarem o trabalho²⁸, seguindo a mesma cantilena da companhia inglesa para reprimir os operários e não conceder os benefícios reivindicados. Por outro lado, no mesmo comunicado, os industriais declaravam que não havia motivo da greve acontecer e não as reconheciam juridicamente, alegando que os trabalhadores brasileiros estavam amparados pela “mais avançada legislação social”. Portanto, terminavam por solicitar publicamente ao Governo Provisório e às forças policiais que tomassem providências para “proteger” a integridade dos operários que quisessem trabalhar (os fura-greve) e que estavam sendo “perturbados” por uma “minoría agitadora”²⁹.

Acompanhando os acontecimentos de São Paulo, *O Globo* criticava o Governo Provisório por ter demorado demais em assinar o decreto regulando as relações de trabalho no país, porém reforçando o caráter “pacífico” da nova legislação. Em consonância com a patronal, o jornal carioca argumentava que no Brasil, o novo projeto beneficiaria todos os trabalhadores, principalmente em relação às condições de trabalho, como a jornada de oito

²⁵ **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 mai. 1932, p. 6

²⁶ **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 mai. 1932, p. 4.

²⁷ **O Estado de São Paulo**. Idem.

²⁸ Movimentos grevistas em São Paulo: um comunicado da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. **Folha da Manhã**, São Paulo, 7 mai. 1932, p. 5.

²⁹ **Folha da Manhã**, Idem.

horas, as férias e os intervalos recreativos de descanso³⁰. Em última instância, o jornal dialogava com os operários procurando convencê-los de que o poder público agia em seu favorecimento, não necessitando da luta de classes para buscar seus objetivos.

Mesmo sendo um jornal opositor ao regime de Vargas, *O Estado de S. Paulo* interferia diretamente no embate entre patrões e trabalhadores defendendo os decretos do Governo Provisório, alegando que as medidas eram justas e mostravam a preocupação dos governantes com os operários, classe, que segundo o jornal, precisava ser amparada e protegida contra a “ganância de alguns patrões”. Nesse sentido, o jornal apelava para que os operários confiassem no Ministério do Trabalho, e que se o movimento continuasse “intransigente” em seus objetivos seria impossível a “colaboração dos homens e a harmonia dos interesses”³¹. Aliás, o *Estado de S. Paulo* defendia a imediata cessação das greves, pois elas estariam causando um “prejuízo indiscutível para os patrões”, e que dessa maneira os próprios trabalhadores seriam os próximos a serem os prejudicados pela paralisação da produção. Além de atribuir um sentido de prejuízo em relação às greves, o jornal aproveitava para criminalizar as direções do movimento operário, alegando que eles eram “agitadores profissionais” que buscavam na “anarquização das indústrias” o ponto principal de suas atividades políticas³². Dessa forma, o jornal fazia coro com as forças policiais e com o empresariado na alegação da “minoría agitadora” causando a paralisação do trabalho. Na visão liberal-conservadora do *O Estado de S. Paulo*, na busca pelos seus interesses particulares de crescimento os patrões retribuía à sociedade a prosperidade, e que para participar dela, era necessária a cooperação leal e sincera entre os trabalhadores e “seus superiores”³³, isto é, buscar pela vitória de suas reivindicações sem fazer greve ou qualquer mobilização que comprometesse os lucros da indústria. No final das contas, o jornal, assim como toda a classe dominante brasileira, apelava para que o operário atuasse da forma cordial e subordinada que ela exigia. Para *O Estado de S. Paulo*, mesmo pressionado pelo apoio popular que os grevistas estavam obtendo, essa atitude “cordial” seria uma atitude de “bom senso”:

Do bom senso dos operários em greve espera, por isso, a população de São Paulo, que sempre acompanhou com simpatia as suas reivindicações justas e que lhes faltará com essa simpatia e com o seu apoio enquanto elas se mantiverem no terreno da justiça, um movimento no sentido da cordialidade e da paz. A guerra entre operários e patrões é a ruína de todos. Somente da cooperação, leal e sincera, entre

³⁰ **O Globo**. Rio de Janeiro, 7 mai. 1932, p. 2.

³¹ Notas e Informações. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 mai. 1932, p. 3.

³² **O Estado de São Paulo**, Idem.

³³ Notas e Informações. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 mai. 1932, p. 3.

uns e outros é que nasce a prosperidade geral. Não se esqueçam os grevistas de que, para melhorarem as condições de vida dos seus operários, precisam os patrões, antes de tudo, fortalecer as de sua própria vida³⁴.

Portanto, chegando praticamente a uma semana de greve e ainda sem ter nenhuma resposta positiva do lado da patronal, muito pelo contrário, a intransigência dos industriais e da companhia inglesa só recrudesceu, assim como a repressão policial, os trabalhadores passavam a ficar mais radicalizados e tomavam a iniciativa cada vez mais constante em ocupar as ruas e praças públicas da capital para pressionar o governo e a patronal para uma solução ao impasse. Cenário que se distanciava do ambiente de cordialidade e paz que o jornal *Estado de S. Paulo* tanto pregava para defender os interesses do empresariado e conter a ampliação da luta dos trabalhadores.

A Polícia, através do major Cordeiro de Farias³⁵, proibia terminantemente a realização de qualquer tipo de manifestação política, principalmente de grevista em via pública, alegando que “elementos extremistas” estavam infiltrados no seio da classe operária para causar perturbações na estabilidade da ordem social. No entanto, os ferroviários e os operários atropelaram as ordens do major e eram constantemente reprimidos pelas forças da Cavalaria de Polícia e da Força Pública³⁶.

Por outro lado, aparecia finalmente o rosto da associação político-sindical que estava dirigindo a maioria dos grevistas: os comunistas e anarquistas reunidos na CGTB, especialmente através da atuação das maiores federações sindicais de São Paulo, a Federação Operária de São Paulo (FOSP) e a Federação Sindical Regional de São Paulo (FSRSP). A CGTB³⁷ e a FOSP³⁸ declaravam em comunicados divulgados na imprensa conservadora que estavam dirigindo a maioria das greves do operariado e dos ferroviários, desmentindo constantemente as declarações tendenciosas do chefe da Polícia Política, enquanto os industriais e a companhia inglesa se mantinham intransigentes em negociar diretamente com

³⁴ **O Estado de São Paulo**. *Op. cit.*

³⁵ Osvaldo Cordeiro de Farias (1901-1981) foi tenente-coronel na década de 1920, major e coronel na década de 1930, sendo finalmente promovido a general na década de 1940, durante a vigência do regime ditatorial do Estado Novo. Participou de inúmeras revoltas tenentistas contra o regime da Primeira República, integrou o Governo Provisório de Getúlio Vargas na década de 1930 e teve um papel importante na repressão do levante aliancista de 1935 e na condução do golpe de Estado de novembro de 1937. Na ditadura do Estado Novo foi interventor do Rio Grande do Sul. Durante a crise do governo de João Goulart (1961-64), Cordeiro de Farias voltou a conspirar e contribuiu na preparação de mais um golpe de Estado na História do Brasil republicano, voltando também a ser um importante quadro de mais um regime ditatorial. Ver em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/cordeiro_de_farias. Acessado em: 12 dez. 2018.

³⁶ **Folha da Manhã**, São Paulo, 8 mai. 1932, p não identificada.

³⁷ **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 mai. 1932, p. 7.

³⁸ **Folha da Manhã**, São Paulo, 10 mai. 1932, p. 14.

os representantes das federações operárias³⁹. A companhia ferroviária inglesa declarava que só reconheceria a entidade majoritária dos seus trabalhadores se ela se normalizasse de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Sindical de 1931⁴⁰. Aliás, a empresa ameaçava os ferroviários em luta, alegando em base a uma declaração da Polícia Política, que o entendimento entre o sindicato e a diretoria da empresa fora firmado, intimando os trabalhadores a retornarem imediatamente ao serviço senão multas, penas e demissões por não ir ao trabalho aconteceriam em breve. Entretanto, os ferroviários provavam em público que o suposto acordo firmado entre a *São Paulo Railway* e o major Cordeiro de Farias era falso, pois em assembleia geral os grevistas rejeitaram unanimemente a proposta feita pela companhia inglesa⁴¹. Contudo, a greve prosseguia radicalizada em todo o estado de São Paulo e causando a oposição ferrenha da lavoura e da burguesia comercial exportadora, pois os setores de distribuição de importação e exportação de mercadorias continuavam paralisados⁴².

Para esquentar ainda mais o cenário, no dia dez de maio entravam também em cena os tecelões, a maior categoria operária do país. Segundo Ângela de Maria Carneiro Araújo, cerca de quarenta mil operários cruzavam os braços (2001, p.46-48), enquanto os círculos sindicais da época afirmavam estar paralisados cerca de sessenta e cinco mil, sem contar os operários dos outros ramos que já se encontravam em greve⁴³. As exigências dos tecelões era a mesma dos seus companheiros em parede (aumento salarial e o cumprimento da legislação trabalhista recentemente decretada pelo governo), porém se fortalecia a reivindicação política que a maioria dos trabalhadores defendia desde a vitória da “Revolução de 30”: a abolição da caderneta de profissão do Ministério do Trabalho e das comissões mistas nas fábricas. A FOSP, a intersindical que estava por trás da direção política dos tecelões, exigia o reconhecimento oficial dos seus sindicatos e das comissões de fábrica autônomas em comunicados divulgados na imprensa⁴⁴. No dia seguinte à declaração de greve dos tecelões, radicalizava-se ainda mais o movimento dos sapateiros, vidreiros e ferroviários e as ruas do centro de São Paulo passaram a ser tomadas por manifestações e passeatas massivas de operários grevistas e não grevistas. No Largo da Concórdia, uma grande manifestação foi brutalmente reprimida, em que os manifestantes reagiram tacando pedras e se enfrentando na medida do possível contra as forças policiais, terminando com um saldo exponencial de

³⁹ **Folha da Manhã**, São Paulo, 8 mai. 1932, p não identificada

⁴⁰ **Folha da Manhã**, São Paulo, 10 mai. 1932, p. 14.

⁴¹ **Folha da Manhã**, Idem.

⁴² **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 mai. 1932, p. 3.

⁴³ **Folha da Manhã**, São Paulo, 11 mai. 1932, p. 14.

⁴⁴ **Folha da Manhã**, São Paulo, 11 mai. 1932, p. 14.

operários e populares detidos e levados para os cárceres da Polícia Política⁴⁵. Complementando as passeatas e manifestações nas ruas centrais de São Paulo, nos bairros operários, onde também se situava o cinturão industrial da capital, os grevistas organizados em piquetes espalhavam manifestos ao conjunto da classe para aderirem ao movimento paredista e ameaçavam os fura-greve caso viessem a sabotar o movimento⁴⁶. A resposta da burguesia industrial foi realizar o fechamento sistemático de suas fábricas e solicitar às forças policiais que os auxiliassem na proteção preventiva dos estabelecimentos fabris e das suas imediações⁴⁷. Ou seja, os industriais reclamavam na prática a ocupação policial dos bairros operários.

Aos mandos do empresariado, o major Cordeiro de Farias despachou ordens para que praticamente todas as forças policiais, principalmente os destacamentos da Força Pública, fossem enviadas aos bairros operários⁴⁸. O que se seguiu foi uma espécie de estado de exceção aplicado aos grevistas no seu próprio território de habitação. Por sua vez, o Governo Provisório, através das comunicações do interventor federal de São Paulo, senhor Pedro de Toledo, em relação à parede dos tecelões, afirmava que seu governo estava agindo em conjunto com a Polícia para “proteger” a integridade dos fura-greve que queriam trabalhar (código tradicional para reprimir os trabalhadores nas imediações das fábricas) e por outro lado, declarava que as reivindicações dos grevistas só seriam examinadas se eles abdicassem da sua exigência de autonomia de seus órgãos sindicais e documentassem as comissões de fábrica no Departamento Estadual do Ministério do Trabalho⁴⁹.

Ao contrário dos jornais paulistas, *O Globo* depositava a sua confiança no Governo Provisório para conduzir os problemas do país naquele momento⁵⁰. Mesmo com o acirramento da luta de classes, o jornal reforçava sua confiança nas “energias” da ação de Getúlio Vargas para solucionar o “caso paulista” e as greves operárias⁵¹. Nas colunas de notícias, o jornal vendia uma narrativa em que a causa da extensão das greves era provocada pela atuação de “elementos extremistas” que estariam “explorando a situação política”⁵²,

⁴⁵ **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 mai. 1932, p. 5

⁴⁶ **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 mai. 1932, p não identificada.

⁴⁷ **Folha da Manhã**, São Paulo, 13 mai. 1932, p. 14.

⁴⁸ **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 mai. 1932, p. 5

⁴⁹ **Folha da Manhã**, São Paulo, 11 mai. 1932, p. 14.

⁵⁰ Para quando o manifesto do chefe do Governo Provisório ao país? **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1932, capa da edição.

⁵¹ Entre o veludo das promessas e as asperezas da realidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 mai. 1932, capa da edição vespertina.

⁵² **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 mai. 1932, capa da edição das 18h.

afirmando que o problema no estado fora influenciado por “intrigas vaidosas” que, ao paralisar o governo, afetaram negativamente a economia e determinaram dessa maneira a deflagração do movimento grevista, ou, como nas palavras do jornal: “depois duma série intermínua de intrigas, despeitos irritados, vaidades em alarido, vieram as lutas de classes”⁵³.

A *Folha da Manhã*, mesmo fazendo uma ampla cobertura desde o início das greves, até a segunda semana de conflito não tinha escrito um editorial sobre os acontecimentos. Porém, depois dos primeiros choques de rua entre os operários e as forças policiais, o jornal apenas declarava de forma implícita que o movimento grevista contribuía para desestabilizar ainda mais a precária situação política no país e difundia a ideia de que a “política revolucionária” emergira para ensinar ao povo brasileiro que o governo não podia mais ser apenas a de um único grupo, como acontecia na Primeira República, apelando para que a “disciplina e o trabalho conjunto das classes”, isto é, a ideologia corporativista das relações de trabalho, finalmente se tornasse uma ideia prática que organizasse a nação e impedisse “riscos de desagregações”, tendo em vista a reação obstinada das oligarquias paulistas à situação política no estado⁵⁴.

Por sua vez, o *Estado de S. Paulo*, seguindo a linha dos demais jornais, apelava novamente para que os trabalhadores confiassem nos novos órgãos estatais de regulação do trabalho, reforçando a intimação que o Governo Provisório, em conjunto com o empresariado, impunha aos grevistas para que acontecesse apenas o início das negociações entre eles e a patronal, isto é, a aceitação impositiva do controle burocrático do Ministério do Trabalho sobre suas entidades sindicais. Lamentando o que havia ocorrido nas ruas de São Paulo e pelo fato de não haver até aquele momento uma projeção de término para as greves, o jornal culpava os dois lados do conflito pelo resultado que havia chegado aos últimos dias. Nesse sentido, em editorial, o *Estado de S. Paulo* apelava para que tanto patrões quanto operários passassem a adotar um “novo método de vida”, método este que consistia aos industriais se adequarem imediatamente à nova lógica trabalhista, enquanto, em relação aos trabalhadores, o recurso à greve era uma atitude “odiosa” sem antes apresentar as reclamações ao patrão⁵⁵. No entanto, o jornal não agia com honestidade ao não informar o que os operários cansavam de denunciar em comunicados na imprensa, inclusive nas colunas do próprio jornal, de que as reivindicações eram movidas em campanhas há meses e que os industriais só protelavam,

⁵³ Entre o veludo das promessas e as asperezas da realidade. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 mai. 1932, capa da edição vespertina.

⁵⁴ Cultura política. *Folha da Manhã*, São Paulo, 12 mai. 1932, p. 6.

⁵⁵ Notas e Informações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12 mai. 1932, p. 3.

negavam em conceder o aumento e em respeitar as leis. Ainda no mesmo editorial, o *Estado de S. Paulo* voltava a propagar sua linha ideológica corporativista, ao afirmar que os trabalhadores e os patrões não eram inimigos e sim colaboradores para a prosperidade de todos, e a única maneira para essa colaboração funcionar era a paz prometida pelos patrões e a cordialidade do operário para com seu superior⁵⁶. Entretanto, não parava por aí. Para o jornal, assim como para os industriais e os “revolucionários de 30”, a colaboração leal entre patrão e operário era necessária para afastar das fábricas “a ronda sinistra dos agitadores profissionais que vivem das discórdias alheias”, tendo o operário que aceitar o aumento ou benefício concedido pelo patrão que não ameaçasse seriamente seus lucros, pois, segundo o que afirmava o editorial, “com a ruína do patrão não é que se faz a prosperidade do operário”⁵⁷, buscando convencer um operariado que vinha rejeitando até aquele momento as propostas irrisórias de suas patronais. Em última instância, o *Estado de S. Paulo* estava preocupado com a regulação e com o funcionamento das novas leis trabalhistas, mesmo alegando que estas leis se convertiam em mais custos para a patronal. No entanto, era um custo necessário a se pagar para evitar o crescimento do movimento operário, ainda mais quando na hegemonia de sua direção estavam os comunistas e os anarquistas atuando com bastante força, pois:

Convém, numa palavra, que se eliminem todos os pretextos para lutas perigosas. O operariado é ingênuo e em torno dele cresce, todos os dias, importado do estrangeiro, um bando de exploradores dos seus sofrimentos e da sua credulidade, cujo único objetivo é anarquizar tudo, pouco se lhe dando que, com a ruína das indústrias, se verifique, também, a dos trabalhadores que nelas colaboram⁵⁸.

Depois da ocupação policial dos bairros operários e da repressão generalizada do Estado contra as passeatas e manifestações públicas dos grevistas e de parte significativa da população, o movimento paredista demonstrava mais força e um sinal disso tinha sido a presença de dirigentes dos tecelões nos espaços de organização do movimento dos ferroviários⁵⁹. Nesse contexto, iniciou-se uma articulação da polícia para deter os dirigentes das greves e o primeiro alvo foram os ferroviários.

À revelia da maioria dos trabalhadores, sindicalistas pelegos, intitulados “anticomunistas”, declaravam à imprensa que haviam se desligado do comitê de greve e que tinham firmado acordo com o major Cordeiro de Faria em relação ao aumento dos salários, na prática aceitando a proposta que fora concedida pela companhia inglesa e que havia sido

⁵⁶ **O Estado de São Paulo**, Idem.

⁵⁷ **O Estado de São Paulo**, Idem.

⁵⁸ Notas e Informações. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 mai. 1932, p. 3.

⁵⁹ **Folha da Manhã**, São Paulo, 12 mai. 1932, p. 14.

rejeitada pela maioria dos grevistas. Por sua vez, a empresa ameaçava os trabalhadores declarando na imprensa que se eles não voltassem ao serviço passaria a demiti-los, alegando que o acordo para a cessação da greve havia sido firmado⁶⁰. Diante da pressão da empresa, os ferroviários resolveram se reunir no Teatro Carlos Gomes em uma assembleia geral da categoria para decidir os rumos do conflito, já que tinham sido proibidos pela Polícia de realizar a sua reunião em praça pública. Porém, a intenção da Polícia era abafar por completo o conjunto das paredes, e usando como subterfúgios a alegação de que um acordo para cessar a greve já estava firmado e que na reunião dos trabalhadores se encontravam “elementos estrangeiros extremistas” empunhando a bandeira da Juventude Comunista, as forças policiais invadiram o teatro, deram voz de prisão para os dirigentes que ainda se mantinham no comitê de greve, nesse caso os comunistas, e dispararam suas armas de fogo no recinto, fazendo todos os presentes saírem apavorados do lugar. Numa ação coordenada, as forças policiais também invadiram a sede da FOSP e prenderam seus dirigentes⁶¹. A greve dos ferroviários já estava perdendo forças depois da atuação dos pelegos, porém depois da ação brutal da Polícia, o movimento paredista começava a ficar circunscrito aos núcleos do centro da capital paulistana. No interior, muitos voltariam a retomar o serviço.

A partir deste evento que impactou profundamente a dinâmica do movimento grevista, o jornal *O Globo*, desde a capital federal, se limitava a reportar que o que estava ocorrendo em São Paulo era “grave” e causado pela “agitação política” de uma minoria, legitimando a ação da Polícia, porém sem se aprofundar no relato dos acontecimentos⁶². Por sua vez, a *Folha da Manhã* também legitimava o assalto violento da Polícia contra a assembleia dos ferroviários, alegando que o motivo de terem sido proibidas as manifestações de rua, devido a uma suposta infiltração de “extremistas” inflamadores da desordem no seio da classe trabalhadora, era o mesmo para o caso ocorrido no Teatro Carlos Gomes:

Os grevistas, que nos primeiros dias de greve vinham realizando comícios públicos para manifestação de suas ideias, tiveram a sua ação embargada pela polícia, devido à intromissão nas massas operárias de elementos extremistas, que se aproveitavam da ocasião para estabelecer um regime de desordem. Passaram então os paredistas a realizar reuniões fechadas, mas ainda assim foram obstados ontem pela ação policial, sob o fundamento de prevalecerem as mesmas razões que motivaram a proibição das demonstrações públicas⁶³.

⁶⁰ **Folha da Manhã**. Idem.

⁶¹ **Folha da Manhã**, São Paulo, 13 mai. 1932, p. 14

⁶² **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 mai. 1932, p não identificada.

⁶³ **Folha da Manhã**, São Paulo, 13 mai. 1932, p. 14.

No dia seguinte à prisão dos dirigentes da FOSP e do comitê de greve dos ferroviários, a *Folha da Manhã* ainda escreveria, reproduzindo o discurso oficial da Polícia Política, que os comunistas presos eram “extremistas agentes da desordem”, e que com a prisão deles finalmente sairia algum tipo de acordo que colocasse um fim às greves que estavam ocorrendo⁶⁴, pois, na narrativa falaciosa da imprensa, a “minoría agitadora” havia sido neutralizada.

Enquanto os jornais *O Globo* e a *Folha da Manhã* estavam preocupados com a ação dos “extremistas” e felicitando a prisão dos dirigentes operários pela Polícia, para o *Estado de S. Paulo* as greves em curso, mais do que um conflito entre classes, passavam a partir daquele momento a representar uma ameaça real à ordem vigente, pois, segundo o jornal, o movimento grevista tinha um caráter político implícito em enfraquecer a autoridade pública e pedia a atenção da lavoura cafeeira, da indústria e do comércio para agirem no sentido de prevenir a dissolução completa da autoridade política no estado⁶⁵. Nas reportagens sobre a detenção dos líderes operários, o *Estado de S. Paulo* também não ficou de fora da campanha de criminalização das greves que estava sendo promovida pelo Estado, pelo empresariado e pelo restante da imprensa conservadora. Nas notícias, o jornal alegava baseado unilateralmente nas informações da Polícia Política, que os comunistas se infiltraram nos ferroviários a partir de ajuda vinda da URSS para provocar premeditadamente a greve, já que a corrente vermelha hegemonizava a intersindical responsável pela direção do movimento grevista, a FSRSP, e que por outro lado, um dos detidos em especial, um senhor que poderia se chamar Mario Grazzini ou Mario Gubinelli, era confessadamente comunista e havia afirmado à Polícia que estivera na Rússia durante dez meses por conta do PCB⁶⁶. Em editorial, o *Estado de S. Paulo* reforçaria a narrativa de que a minoría agitadora dos operários em greves ameaçava diretamente a ordem social e que o país correria graves riscos de um surto chamado bolchevismo. O jornal conclamava a todas às opiniões públicas que evitassem se simpatizar com os grevistas, pois, o movimento se degenerava em “atos violentos”, como depredações e “ataques diretos ao direito de propriedade”. Em última instância, o que o editorial do *Estado de São Paulo* exigia era a reedição do ataque policial que ocorrera contra os ferroviários sobre o conjunto do movimento grevista. Ao atribuir às greves o sentido da transgressão da ordem, o jornal afirmava que os apelos à violência estavam sendo feitos e praticados desde a direção dos operários, indivíduos que “corrompiam espiritualmente” os

⁶⁴ *Folha da Manhã*, São Paulo, 14 mai. 1932, p. 10.

⁶⁵ Notas e Informações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 mai. 1932, p. 3.

⁶⁶ *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 mai. 1932, p. 7.

trabalhadores com suas ideias “bolchevistas”, já que o brasileiro, por essência, segundo a crença ideológica do jornal, era um indivíduo “cristão, sensato e humanitário”⁶⁷.

Mesmo com a greve dos ferroviários chegando ao seu fim devido à intensa repressão policial, os tecelões, sapateiros e vidreiros continuavam firmes na luta e não se deixaram intimidar pelas demonstrações de força do Estado contra o movimento paredista. Os operários continuavam a realizar manifestações públicas e em uma delas, nas imediações da Praça da Sé, se reuniram para denunciar a provocação da Polícia e exigir a liberdade dos companheiros detidos pelas batidas nos sindicatos⁶⁸. Naquela altura, o movimento grevista começava a ter o apoio de outros setores operários da indústria paulistana. Os madeireiros e os metalúrgicos, também dirigidos pela FOSP, divulgavam comunicados que estavam se preparando para entrar em greve, enquanto os choques policiais com piquetes operários nas imediações das fábricas só se intensificavam. Inclusive, um setor minoritário dos industriais começava a negociar com os sapateiros as concessões de aumento e benefícios trabalhistas⁶⁹.

Reagindo ao recrudescimento das greves e mantendo a linha dura de intransigência visando à cessação delas nem que fosse a ferro e fogo, a Federação das Indústrias de São Paulo divulgava comunicado na imprensa, se baseando em inquéritos policiais, assim como tinha agido a companhia ferroviária inglesa, afirmando que “elementos agitadores” estavam “coagindo”, através dos piquetes, o conjunto dos trabalhadores a abandonarem o trabalho como parte de um plano preestabelecido pelos comunistas para paralisar toda a produção do estado e causar a desordem⁷⁰. Diante desse cenário mais radicalizado entre a classe operária, os jornais paulistas reagiram prontamente e com todas as energias dignas de um partido político do empresariado e das instâncias de repressão do Estado para conter o movimento grevista.

Mais uma vez, o *Estado de S. Paulo* mobilizava a opinião pública para que a anistia geral fosse concedida imediatamente aos antigos membros do regime derrubado, para que estes retornassem ao poder e conformassem uma coalizão com o Governo Provisório, pois só dessa maneira, segundo o jornal, seria possível contornar a situação de tensão no estado e conter as greves operárias que estavam ocorrendo e as que poderiam porventura a ocorrer. No entanto, em editorial, o jornal alegava que a continuidade da inércia do Governo Provisório

⁶⁷ Notas e Informações. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 mai. 1932, p. 3.

⁶⁸ **Folha da Manhã**, São Paulo, 14 mai. 1932, p. 10.

⁶⁹ **Folha da Manhã**, São Paulo, 15 mai. 1932, p. 12.

⁷⁰ **Folha da Manhã**, Idem.

ofereceria o Brasil “as algemas do bolchevismo”⁷¹. Em outro editorial, a poucos dias de acabar o movimento grevista, o *Estado de São Paulo* voltou a defender e convocar a mobilização de uma “frente única conservadora” que lutasse pela autonomia do estado, pela constitucionalização do país e reprimisse a “ameaça da anarquia e do bolchevismo internacionais”, que segundo o jornal, representavam um “perigo” que tendia a crescer. Por fim, o editorial argumentava que os comunistas e anarquistas eram todos agentes de Moscou visando à destruição da cultura do povo brasileiro e trocá-la a uma suposta “subserviência ao materialismo ateu de um povo estrangeiro e estranho às nossas raízes”. Numa linha mais agressiva, o jornal convocava a população para o combate aos comunistas, usando este elemento como subterfúgio para legitimar qualquer tipo de violência aberta que visasse cessar de vez as greves:

Não deixemos para amanhã a organização do nosso plano de combate. O bolchevismo insinua-se por todos os meios e em toda a parte dispõem de agentes preciosos, ostensivos, uns mascarados. Temos que enfrentá-lo de vários modos e com a maior decisão. Não confiemos à polícia somente a tarefa de lhe tolher os movimentos. Muitas coisas, nesses movimentos, escapam à solércia da polícia e a polícia nem sempre estará em condições de lutar sozinha, com a ação, ora sinuosa, ora direta, ora macia, ora violenta, ora brutal, ora corruptora, das hostes bolchevistas. Por trás da polícia e ao lado dela, ajudando-a e animando-a, é indispensável que se coloquem todas as forças sociais que ainda não perderam os sentidos de suas necessidades vitais nem sentiram desmaiar, dentro em si, o instinto de conservação...⁷².

Em um tom menos alarmista do que o *Estado de S. Paulo*, a *Folha da Manhã*, em editorial intitulado “O momento reclama ação pronta”, culpava os dois lados do conflito, nesse caso autoridades do poder público e os operários, por realizarem e protagonizarem cenas de violências. Preocupando-se com a ameaça dos madeireiros e dos metalúrgicos a aderirem ao movimento paredista já em curso e bastante radicalizado, o jornal defendia o direito de greve, conquanto esse instrumento de luta fosse o último recurso usado para manifestar-se politicamente e para reclamar as demandas trabalhistas. Entretanto, a concepção de greve para a *Folha da Manhã* não permitia em hipótese alguma a ação de piquetes operários, justamente o instrumento mais dinâmico e fator em inúmeros momentos pela ampliação das greves. Segundo o mesmo editorial, uma greve só poderia ter legitimidade enquanto ela se mantivesse pacífica e isso significava que a parede não poderia causar “prejuízos àqueles que não tomam parte do conflito”, ou seja, os fura-greve que eram ameaçados pelos grevistas por não dar motivo para as forças policiais reprimirem os trabalhadores em luta. Para o jornal, se algo do tipo viesse a acontecer, a Polícia teria todo o

⁷¹ Notas e Informações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 mai. 1932, p. 4.

⁷² Notas e Informações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 mai. 1932, p. 3.

direito de reprimir, pois sua função, para além de garantir a integridade das máquinas e dos estabelecimentos fabris, também era defender a “liberdade plena” dos fura-greve que não desejavam aderir ao movimento:

As greves, para serem coroadas de êxito, devem ser pacíficas, serenas e estribadas em motivos sérios. Os que não acompanharem o movimento desta ou aquela classe, não podem, não devem sofrer o ataque violento dos que abandonaram o trabalho. Isso equivaleria a coação, que as autoridades, da maneira alguma podem consentir, pois sua missão é respeitar o direito dos grevistas, mas também garantir a liberdade plena dos que desejam não se afastar voluntariamente das suas ocupações⁷³.

Por fim, sem ficar alarmando seus leitores sobre uma necessidade imperiosa em conformar uma frente única conservadora para deter um suposto bolchevismo transgressor da ordem vigente, a *Folha da Manhã* criticava a política econômica protecionista levada a cabo pelo Governo Provisório para proteger e favorecer setores específicos da indústria em detrimento de outros setores da economia. Para o jornal, essa era a causa do aumento exponencial do custo de vida que forçava os operários a recorrerem à greve para obter aumentos salariais. Recorrendo a um velho argumento do liberalismo clássico, a *Folha da Manhã* defendia como saída para a crise e para a prevenção de greves a proposta anti-industrialista e entreguista das associações comerciais e da lavoura exportadora: a abertura da economia e o abandono da política protecionista de Getúlio Vargas. Dessa maneira, segundo o jornal, os produtos que não se produziam no país entrariam com mais facilidade e contribuiriam para que setores da indústria e do comércio diminuíssem os custos de produção e barateassem assim o custo de vida⁷⁴.

Depois dos maiores jornais paulistas chancelarem em editoriais e colunas de notícias a ação repressiva da Polícia contra o movimento operário, cada um na sua medida e de acordo com a sua própria construção da narrativa, os industriais e as forças policiais enveredaram abertamente para o caminho da repressão pura e aberta, enquanto o Ministério do Trabalho, depois de ter passado mais de duas semanas de conflito, finalmente agia para negociar e dirimir juridicamente os impasses em torno dos aumentos salariais e no cumprimento da legislação trabalhista. A maioria dos estabelecimentos fabris continuava totalmente paralisada, em grande parte devido à ação eficiente dos piquetes operários, e mais uma vez os grevistas atropelavam as ordens da Polícia e voltavam a se manifestar em vias públicas, mesmo sendo reprimidos pela Cavalaria da Polícia novamente. Na imprensa conservadora, os membros do Comitê Pró-Presos da FOSP divulgavam comunicados denunciando o

⁷³ O momento reclama ação pronta. **Folha da Manhã**, São Paulo, 15 mai. 1932, p.6.

⁷⁴ **Folha da Manhã**, Idem.

cerceamento da liberdade de locomoção dos trabalhadores em greve por parte dos agentes de repressão. Por sua vez, a Polícia Política reagia ao recrudescimento das greves divulgando comunicados na imprensa para convencer os trabalhadores a entregarem e denunciarem seus dirigentes comunistas, fazendo coro com o editorial extremamente reacionário do *O Estado de S. Paulo*, enquanto em relação aos operários detidos nas batidas nos sindicatos dias atrás, alegava que as associações operárias não poderiam continuar a ser um “foco de ideias e propaganda extremistas”⁷⁵. Contudo, apesar da repressão violenta que os operários vinham sofrendo, estes continuavam a declarar que a luta continuaria até que suas reivindicações fossem plenamente atendidas. Na prisão, os líderes detidos iniciavam uma greve de fome⁷⁶.

A burguesia industrial, que já vinha atuando de forma bastante dura e intransigente com os operários, resolvera intensificar a linha de atuação repressiva, solicitando às forças policiais auxílio na repressão ao movimento paredista, exigindo que os destacamentos da Polícia vigiassem e controlassem diretamente a atividade produtiva nas fábricas. Prontamente, o major Cordeiro de Faria obedeceu às ordens dos industriais enviando destacamentos da Força Pública, do DOPS e da Cavalaria para reprimir abertamente os piquetes nas portas das fábricas, intensificar a ocupação militar nos principais bairros operários da cidade e intimidar os trabalhadores que passavam a ser ameaçados dentro do seu próprio local de trabalho pelos fuzis dos agentes de repressão⁷⁷. Depois dessas ações, o Governo Provisório declararia que finalmente o movimento paredista declinaria, enquanto o major e o chefe da Polícia Política de São Paulo, senhores Cordeiro de Farias e Bráulio de Mendonça Filho, divulgavam comunicados em conjunto afirmando que os proprietários e os industriais poderiam contar com todas as forças policiais do estado contra a ação da "minoridade agitadora" que supostamente estaria impedindo a continuidade normal da produção fabril. Em relação à intersindical FSRSP, o major Cordeiro de Faria alegava que a mera existência da associação operária era uma forte ameaça à ordem social e que ela agia ilegalmente por não estar atrelada ao Ministério do Trabalho e por propagandear o “credo vermelho” no seio da classe operária⁷⁸. Porém, a intersindical dirigida pelos comunistas ainda não se calava e ameaçava concitar os operários a uma greve geral, em especial, organizando manifestações públicas para os madeireiros e metalúrgicos pressionarem o governo de Pedro de Toledo e os

⁷⁵ *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 mai. 1932, p. 5.

⁷⁶ *Folha da Manhã*, São Paulo, 18 mai. 1932, p. 14.

⁷⁷ *Folha da Manhã*, Idem.

⁷⁸ *Folha da Manhã*. São Paulo, 19 mai. 1932, p. 14.

industriais a concederem algumas das demandas pleiteadas⁷⁹. O interventor federal voltava a afirmar que o movimento declinava sem ter a resposta oficial dos próprios grevistas, porém, pelo menos, o Departamento Estadual do Ministério do Trabalho começava a agir mais eficientemente, abrindo novos dissídios coletivos na Justiça do Trabalho para resolver os impasses trabalhistas sem maiores protelações que viessem a enfurecer os operários que ainda não estavam em greve.

Em relação a mal acabada greve dos ferroviários, o Ministério da Justiça se baseava em inquérito da Polícia Política para expulsar do país os estrangeiros detidos no movimento paredista, alegando que eles haviam sido treinados na Rússia para instaurar uma “frente única proletária” que teria como objetivo se lançar contra o poder vigente através de uma greve geral no estado⁸⁰. Em última instância, o Ministério da Justiça criminalizava os dirigentes comunistas e os que tinham vínculos mínimos com eles se baseando no mesmo inquérito que servira de subterfúgio para a *São Paulo Railway* e o conjunto da burguesia industrial criminalizarem e reprimirem brutalmente a luta dos trabalhadores por condições dignas de vida e trabalho.

Ao longo dos últimos dias de greve, o *Estado de S. Paulo* e a *Folha da Manhã*, depois de terem impactado o empresariado e as forças de repressão do Estado com sua atuação político-ideológica editorial para criminalizar e construir uma justificativa para que a repressão se tornasse mais aberta e violenta, se limitavam a noticiar os eventos da greve fazendo coro com as declarações do Ministério do Trabalho em relação às negociações. O movimento paredista só terminaria oficialmente no dia 19 de maio, porém os jornais paulistas afirmavam antecipadamente de forma tendenciosa que as greves declinavam e acordos harmoniosos emergiam das conversações entre patrões e operários, sem ter nada confirmado pela parte dos trabalhadores. Em relação à greve bastante radicalizada dos vidreiros, em que piquetes agindo era uma constante, a *Folha da Manhã*, apenas com a informação dada pelo Ministério do Trabalho, admitia que a greve estava terminada antes mesmo dos próprios grevistas declararem tal afirmativa⁸¹. Em relação à atuação das forças policiais nas imediações das fábricas, tanto a *Folha da Manhã* quanto o *Estado de S. Paulo* afirmavam que muitas fábricas voltavam a reabrir as portas com o auxílio das forças policiais. Diante desse cenário, o *Estado de S. Paulo* escrevia em suas colunas de notícias que com as ações policiais os

⁷⁹ **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 mai. 1932, p. 5.

⁸⁰ **O Estado de São Paulo**, Idem.

⁸¹ **Folha da Manhã**, São Paulo, 18 mai. 1932, p. 14.

"agitadores" estariam distantes dos operários e assim não influenciariam a maioria deles⁸², enquanto a *Folha da Manhã* publicava nas suas reportagens mensagens apelando para que o operário retomasse o trabalho, já que as forças policiais estariam presentes para "protegê-lo":

Intensificando o policiamento, o chefe de polícia a ordenou que fosse aumentado o número de inspetores destacados, bem como os de soldados de cavalaria e infantaria da Força Pública. Por isso, os operários que quiserem voltar ao trabalho podem fazê-lo sossegadamente, pois a polícia lhes oferece todas as garantias⁸³.

Enquanto isso, o jornal *O Globo*, em editorial intitulado “A questão social, um problema pouco claro”, publicado dois dias antes das greves paulistas oficialmente terminarem, buscava uma análise mais profunda das causas do movimento paredista em São Paulo, já que no Rio de Janeiro algumas greves operárias também começavam a emergir. Segundo o editorial do jornal carioca, as reivindicações dos operários eram “aparentemente dignas” de serem atendidas pelos patrões e pelo Estado, contudo, em hipótese alguma se justificava o recurso da greve antes de todas as negociações “pacíficas” na Justiça do Trabalho terem sido concluídas. O jornal seguia uma linha em que atribuía às greves ocorridas em São Paulo o sentido de que provocara muitos prejuízos, porém que poderiam ser evitados através dos mecanismos e garantias que o novo órgão “revolucionário” oferecia ao trabalhador, não tendo motivos para fazer greves com uma legislação trabalhista do porte que estava sendo montada no Brasil:

Justo seria mesmo que as fizessem por este intermédio, pois afinal o Ministério do Trabalho é o órgão oficial expressamente criado pelo poder revolucionário para organizar, regular, melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras, influir beneficentemente nas relações entre o operariado e as empresas, dirimir todos os litígios e queixas⁸⁴.

No mesmo editorial, depois do movimento paredista dar sinais de que iria acabar em breve, o jornal carioca emergia de seu silêncio durante os dias mais tensos das greves e seguia uma linha diferente dos jornais paulistas, afirmando que em São Paulo o grande culpado pelos conflitos não eram os tais agitadores extremistas e estrangeiros que a Polícia Política declarava. Segundo *O Globo*, as leis de regulação do trabalho eram os maiores culpados pela eclosão do movimento grevista. Na opinião do editorial, a montagem da legislação trabalhista deveria ser feita bem gradualmente e a partir de uma compreensão detalhada sobre a realidade prática do ambiente de trabalho no Brasil, pois dessa maneira evitar-se-iam “erros repetidos”, que segundo o jornal, poderiam ter efeitos “deploráveis sobre a própria disciplina do

⁸² **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 mai. 1932, p. 4.

⁸³ **Folha da Manhã**, São Paulo, 18 mai. 1932, p. 14.

⁸⁴ A questão social, um problema pouco claro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 mai. 1932, p. 2.

trabalho”. Concluindo, o editorial admitia que se houvesse uma questão social a ser resolvida, ela deveria ser solucionada na medida do possível para a patronal, porque a legislação protetora do trabalho não poderia conter dispositivos que exigissem dos patrões reivindicações “impossíveis” de se obter:

Que supor, então? O problema aqui está oferecido à argúcia dos técnicos do Ministério do Trabalho e do seu Conselho Nacional. Não há dizer que a matéria deva ser tratada com negligência. Ao contrário, muito conviria esmiuçá-la, penetrá-la, compreendê-la de modo completo. Talvez assim se evitassem repetições que teriam deplorável efeito sobre a própria disciplina do trabalho; e bem podia ser que se compreendesse a necessidade de muita reflexão e estudos antes de legislar qualquer medida nova. Não estamos longe de acreditar que os nossos legisladores sociais necessitam ser também bons psicólogos, para bem poderem perceber certas atitudes do espírito coletivo e responder com precisão aos seus legítimos desejos. Mas a questão está nisso: responder a esses desejos, sem desvia-los para objetivos impossíveis⁸⁵.

No dia 19 de maio os tecelões, sapateiros e vidreiros declaravam o fim da greve, pois muitas empresas começavam a conceder alguns aumentos e porque a repressão policial fora bastante intensa. No mês seguinte, com o prosseguimento da instabilidade em torno do governo do estado de São Paulo, iria se desenvolver um conflito armado entre as facções restauradoras da antiga ordem derrubada pela “Revolução de 30” contra os defensores do Governo Provisório de Getúlio Vargas.

No entanto, em decorrência da derrota das oligarquias paulistas na “Revolução Constitucionalista”, o Governo Provisório se fortalecia e isso forçou os sindicalistas mais resistentes ao corporativismo autoritário a aderir ao novo regime (ARAÚJO, 2001, p.46-48). A combinação entre legislação trabalhista, controle burocrático do Ministério do Trabalho e repressão da Polícia Política foi bem sucedida em recuar a capacidade de resistência e ofensiva das organizações operárias e de seus instrumentos de luta (COSTA E FREITAS, 2004, pág.159). Gradualmente, os dirigentes mais combativos, inclusive os comunistas, foram se adaptando à nova realidade sindical de interferência na elaboração dos estatutos, na proibição de atividades políticas específicas, principalmente as manifestações abertamente apologéticas à esquerda, e sem contar as tradicionais batidas policiais para intimidar os sindicalistas vermelhos e/ou os mais combativos para fortalecer a oposição sindical pelega e assistencialista (STOTZ, 2001, p.146-147). Entretanto, a partir de 1935, devido ao fracasso da insurreição militar dos aliancistas sob a direção do Partido Comunista, a Lei de Segurança Nacional – que já tratava a greve como um delito no funcionalismo público devido à greve geral nacional dos carteiros e telegrafistas entre dezembro de 1934 e janeiro de 1935 – passou

⁸⁵ **O Globo**, *Op. cit.*

a dificultar o direito de greve na iniciativa privada até ser considerado integralmente como um delito em 1940, já durante o regime ditatorial do Estado Novo (MATTOS, 2004, p.256-258).

4 GUERRA FRIA, TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA, LUTA DE CLASSES E SOLUÇÕES DE FORÇA (1945-1947)

4.1 PÓS-GUERRA E A IMPRENSA COMO PARTIDO POLÍTICO DO EXPANSIONISMO NORTE-AMERICANO NO BRASIL

No início da década de 1940, o *Council on Foreign Relations* (CFR), grupo privado composto por mega empresários, intelectuais, militares e políticos, atingia seu mais alto grau de influência nas políticas governamentais dos EUA. O símbolo desse ápice foi o lançamento do documento intitulado “*War and Peace Studies*”, que iria dar sentido estratégico ao imperialismo norte-americano no pós-guerra. Nesses estudos tinham sido elaborados os objetivos a serem traçados para a construção de uma nova ordem político-econômica mundial de acordo com os interesses privados dos grupos empresariais e civis vinculados ao CFR, exigindo do Estado norte-americano que cumprisse a função de uma potência hegemônica central na rearticulação do sistema capitalista internacional que emergiria depois da Segunda Guerra, o que iria resultar em ganhos lucrativos exponenciais para os setores industriais automobilístico, armamentista, agrícola e o de consumo de bens duráveis sediados nos EUA (DREIFUS, 1986, p.45).

Nesse sentido, o Brasil se tornou um dos principais laboratórios do “Grande Irmão do Norte” em sua nova fase expansionista e a Política da Boa Vizinhança⁸⁶ de Roosevelt era o instrumento para a execução do plano. Entretanto, apesar do pesado investimento em propaganda fomentando a cultura norte-americana, a preocupação real dos EUA em relação à América Latina era a possível ameaça de uma invasão das forças do Eixo, pois naquele momento do conflito, a Alemanha nazista ocupava o norte da Europa Continental e da França. Ou seja, o risco do Ocidente ficar fora do controle imperialista *yankee* era bem concreto. Portanto, para impedir de vez o crescimento da influência dos países do Eixo em áreas estratégicas do continente americano, os EUA estimularam o comércio e investimentos financeiros em países considerados estratégicos, sendo o Brasil um deles. Para tal objetivo, foi criada a Comissão Interamericana de Desenvolvimento em 1940 (TOTA, 2000, p. 47), órgão de Estado dirigido pelo senhor Nelson Rockefeller, indivíduo profundamente anticomunista, associado ao CFR e dono de uma vasta rede de negócios na América Latina, em especial dos negócios que envolviam sua maior empresa, a *Standard Oil*. No entanto, em política exterior,

⁸⁶ Implementada por Franklin Delano Roosevelt (1882-1945) durante as décadas de 1930 e 1940, a Política da Boa Vizinhança tornou-se uma importante arma estratégica dos EUA em sua intenção de estreitar os laços com a América Latina no período. Uma de suas principais características foi a adoção da negociação diplomática, ao invés das tradicionais intervenções militares que marcaram o século XIX no Caribe e na América Central, buscando dessa maneira a colaboração econômica e militar com o objetivo de impedir a influência europeia na região, manter a estabilidade política no continente e assegurar a liderança norte-americana no hemisfério ocidental. Ver TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 28-39.

o proprietário da multinacional do petróleo considerava as ideias revolucionárias uma doença social que precisava ser combatida com auxílios financeiros para a industrialização dos países mais pobres, propaganda e medidas assistencialistas (2000, p.19-47), ideias que se tornariam consenso entre muitas personalidades políticas, intelectuais e na imprensa empresarial, para evitar o crescimento das organizações operárias e de esquerda no continente latino-americano, principalmente os partidos comunistas na região.

Contudo, antes do final oficial da guerra, a América Latina deixava de representar uma região ameaçada pela ofensiva do Eixo e era progressivamente abandonada pelas forças militares norte-americanas. No entanto, aquela movimentação não significava um abandono completo, pois, o senhor Rockefeller continuaria em seu cargo como dirigente principal dos assuntos de política externa para os países latino-americanos. O empresário ainda protagonizaria a Conferência de Chapultepec no México em 1945, evento profundamente marcado pelo anticomunismo e por planos futuros das relações entre os EUA e o continente latino-americano. Nesta conferência, o dono da *Standard Oil* declarou que a única forma de combater o comunismo na região era investindo na modernização do atraso tecnológico, evitando assim um ambiente propício às ideias nacionalistas ou socialistas (*Op. cit.*, 2000, p.185-186). Os industriais norte-americanos defendiam que a liberdade de produzir deveria ser estendida a todos os cantos do planeta através da subordinação aos seus produtos e finanças privadas, entretanto, o esboço da ordem internacional que eles desejavam teve na reconstrução europeia o seu objetivo mais urgente face à expansão da URSS no Leste Europeu, enquanto a América Latina representava um interesse secundário (NEGRO, 2001, p.32). Entretanto, apesar do Brasil ainda não ser visto pelo império norte-americano como uma prioridade estratégica no pós-guerra, mesmo assim, as elites brasileiras continuavam a clamar por investimentos e créditos dos EUA para poder otimizar seus lucros (substituição de máquinas obsoletas) e aumentar as exportações (venda do café e demais matérias-primas). Portanto, como Florestan Fernandes apontou em sua obra, “A Revolução Burguesa”, o desenvolvimento da modernização capitalista brasileira no século XX, devido ao seu caráter dependente e subordinado ao imperialismo, em uma conjuntura histórica de expansão concreta de regimes não-capitalistas, convertia as burguesias nativas em fronteiras internas e em vanguardas político-ideológicas do capital imperialista ocidental (1976, p.294).

Em relação ao expansionismo norte-americano, e em especial às resoluções que eram discutidas na Conferência de Chapultepec, o jornal *O Globo*, em editorial intitulado “As

decisões de Chapultepec”⁸⁷, felicitava a orientação empresarial norte-americana em financiar o desenvolvimento industrial dos países da América Latina, o que, na visão do jornal, elevaria os níveis de vida das populações do continente. O artigo marcadamente entreguista afirmava em alto e bom tom que a dependência e a subordinação aos capitais e bens de produção norte-americanos, em troca do livre acesso *yankee* às matérias-primas da região, se constituíam como uma “vitória para as nações latino-americanas em fase de industrialização”. Em relação à linha político-econômica que os EUA exigiam das nações aliadas, o jornal criticava o governo de Getúlio Vargas por não apresentar uma ação mais enérgica e alinhada aos princípios exigidos pelo imperialismo norte-americano (o que o governo Dutra realizaria dois anos mais tarde) para que o Brasil pudesse reorganizar sua economia com as máquinas e a tecnologia que eram providas pelos EUA. Para *O Globo*, era imperiosa a necessidade do governo em operar com “diligência e segurança maiores no sentido de defender, na prática, os postulados de Chapultepec suscetíveis de favorecerem o surto progressista do país”.

Em editorial chamado “Washington, inevitável capital do mundo de amanhã”⁸⁸, a *Folha da Manhã*, sem menosprezar a importância geopolítica da União Soviética, argumentava que naquela conjuntura eram incontornáveis as circunstâncias que levavam os EUA a ser a principal nação industrializada e, conseqüentemente, a maior fonte financeira que todo o sistema capitalista internacional necessitava. E o motivo era bem claro para o artigo, como também para o resto do mundo, pois, os EUA forneceram as finanças necessárias para o suporte da máquina de guerra de todos os países que lutaram e ainda estavam lutando contra as forças do Eixo. Além disso, o jornal pontuava corretamente que tanto os países derrotados, como a Alemanha, Itália e o Japão, quanto aliados considerados vitoriosos, como a URSS, a França e a Inglaterra, se veriam obrigados a depender do crédito norte-americano para poderem reconstruir suas economias. Nesse sentido, a *Folha da Manhã* apontava que pelo seu poderio financeiro e industrial, os EUA teriam as maiores vantagens para a “obra de formação do mundo de amanhã”, o que conseqüentemente levaria o mundo a ser configurado de acordo com os interesses dos norte-americanos ou “até certo ponto, na forma que os Estados Unidos estiverem dispostos a aceitar”. Portanto, se referenciando nos acontecimentos que haviam ocorrido dois meses antes deste editorial, isto é, as reuniões empresariais e diplomáticas discutidas na Conferência de Chapultepec, a *Folha da Manhã* se entusiasmava com as orientações dadas pelos industriais norte-americanos liderados pelo senhor Nelson

⁸⁷ As decisões de Chapultepec. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1945, p. 3.

⁸⁸ Washington, inevitável capital do mundo de amanhã. *Folha da Manhã*, São Paulo, 24 mai. 1945, p. 6.

Rockefeller, alegando que eles eram as “tendências políticas e sociais mais adiantadas que já existiam e que a guerra deu "vigor novo”. Contudo, o jornal concluía sua opinião afirmando que era preciso se alinhar com as orientações dadas pelos industriais norte-americanos e buscar com eles o maior nível de cooperação e lealdade, pois, por serem os EUA o novo império, era preciso nesse sentido ser bastante simpático aos interesses da “potência absolutista”. Por fim e com vistas na oposição nacionalista, o jornal argumentava que era preciso parar com as “antipatias contra um povo poderoso” e sim buscar o alinhamento com os seus princípios. Dessa maneira, o Brasil poderia lucrar com a “ação benéfica” dos EUA e de seu governo.

4.2 ANISTIA POLÍTICA, MOVIMENTO QUEREMISTA E QUEDA DO ESTADO NOVO

No Brasil, ao final da Segunda Guerra Mundial, com a derrota cada vez mais iminente das forças nazifascistas, grupos organizados da sociedade civil passavam a exigir o estabelecimento de um regime democrático. O caminho ao fim da censura e ao restabelecimento das liberdades individuais, políticas e associativas se fortaleciam a cada dia do ano de 1945, forçando os dirigentes da ditadura a se adaptarem aos novos tempos, comandando gradualmente a abertura política do regime. Apesar da crise de hegemonia do regime do Estado Novo, não obstante a oposição virulenta dos setores liberais, Vargas ainda era uma liderança expressiva da política nacional, pois sua imagem estava ligada diretamente ao signo da defesa e conquista dos direitos dos trabalhadores. Nesse sentido, o ditador passava a se vender de democrata, contribuindo para formar dois partidos de grande relevância: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD). No entanto, a agremiação que teria vínculos mais profundos com os interesses dos trabalhadores era o PTB, organização que em seu início cumpria o papel em veicular às classes trabalhadoras as propostas de Vargas em termos partidários, reforçando o legado burocrático-corporativista do regime ditatorial em suas bases sindicais (D'ARAÚJO; GOMES, 1987, p.8-11). O PTB concorria com diversas organizações trabalhistas que foram criadas no período, porém, a sua maior preocupação era os comunistas e a sua crescente influência nas bases operárias dos principais centros urbanos do país.

Entretanto, o campo de oposição mais adiantado ao Estado Novo se encontrava no grupo dos liberais e conservadores, setor composto por elites empresariais, classes médias urbanas, a maioria da imprensa, parlamentares udenistas e por frações das Forças Armadas

(D'ARAÚJO; GOMES, 1987, p.9). O campo liberal-conservador defendia as “virtudes” das leis de mercado, negavam a intervenção estatal nas relações sociais de trabalho (ou seja, eram a favor do fim dos benefícios trabalhistas), espelhavam-se no desenvolvimento econômico norte-americano e eram hostis aos movimentos sociais e populares. Reuniam-se neles as representações mais profundas do anticomunismo, do antigetulismo e do elitismo moralista (FERREIRA, 2011, p.303-304).

Por outro lado, o Partido Comunista do Brasil (PCB) emergia dos cárceres da ditadura de Vargas, voltando a entrar em cena na política nacional. Devido ao prestígio mundial da União Soviética pela sua vitória na Segunda Guerra, pela memória histórica da figura de um Prestes combativo (e não do colaboracionista) e pela atuação enraizada do partido nas mobilizações e greves operárias, o PCB crescia exponencialmente e conquistando popularidade de massas. No entanto, o passado de confrontos não tinha sido esquecido pelos donos do poder, em especial o levante armado fracassado de novembro de 1935, e para agravar a situação, esses mesmos setores se assustavam com a força organizacional do partido (COSTA, 1995. p.60-70). Entretanto, mesmo com eclosão de greves isoladas em 1945 e com a intensificação do anticomunismo internacional, a tarefa do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), intersindical que se tornaria uma das mais importantes do país e estreitamente vinculada ao PCB, era reorganizar o operariado através da sindicalização oficial em massa, visando aproximar a base dos trabalhadores do sindicalismo corporativista, para dessa maneira negociar os interesses mais imediatos da classe sem apelar às greves e sem comprometer os lucros do empresariado. Em outras palavras, os comunistas estavam colocando em prática a orientação partidária da política de “união nacional” com a “burguesia democrática” para combater o fascismo, com vistas a obter a legalidade do partido e avançar na abertura mínima dos direitos democráticos mais elementares, ao se mostrar como uma organização política que não seguiria em hipótese alguma os métodos revolucionários de tomada violenta do poder. Em última instância, a militância do PCB estava fazendo aquilo que se esperava dos agentes da burocracia do Ministério do Trabalho, pois os órgãos oficiais eram geralmente ineficazes quando se tratava de queixas trabalhistas, porém ágeis e eficientes quando se tratava dos interesses do empresariado (Ibdem, 1995).

Em relação ao retorno do PCB ao cenário político nacional, especialmente com o simbolismo em torno da libertação de Luís Carlos Prestes, no dia em que este fizera um discurso a milhares de trabalhadores no estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, num editorial intitulado “O discurso do chefe comunista”, *O Globo* reconhecia o prestígio do

dirigente comunista frente àquela massa de pessoas que o aplaudiam constantemente. No entanto, o jornal afirmava que não era um prestígio assentado sobre uma “adesão consciente às esquerdas” e sim sobre a realidade concreta das dificuldades materiais que a maioria das classes populares sofria na pele. Nesse sentido, o artigo pontuava que o discurso dos comunistas não estava distante das palavras de ordem do Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato udenista, liberal e profundamente anticomunista que grande parte da imprensa apoiava. Segundo *O Globo*, se o senhor Luís Carlos Prestes falasse “do sacrifício das liberdades, dos atentados à propriedade, das compressões fiscais e de tudo o que profana e magoam os ideais da democracia banida”, a população talvez não o aplaudisse tão intensamente. Mesmo reconhecendo a postura colaboracionista do PCB, declarando que o partido não mais possuía uma “mentalidade extremista” para apresentar suas reivindicações e que havia participado no combate ao nazifascismo, o jornal apoiava a anistia política concedida, porém, não deixando de colocar em suspeita permanente uma suposta postura antidemocrática do partido, pois apenas pelo fato da organização ter vínculos com a URSS stalinista, pairava sobre os comunistas a pecha generalizada de serem agentes de uma nação estrangeira hostil aos interesses do Brasil e do Ocidente democrático-cristão:

Feitas essas reflexões, não queremos apreciar na oração do Sr. Luís Carlos Prestes a posição intermediária que assim toma o comunismo, acomodando-se de momento, em nome das aspirações eleitorais da República, entre todas as forças políticas do país. Une-se à democracia através do sentimento comum da crise material que nos assoberba e do combate ao caos econômico. (...) Mas, o que nos importa, e devemos serenamente afirmar sem veleidade de devassar os propósitos íntimos dessa atitude política, é reconhecer o poder contagioso das verdades proferidas pelo senhor Luís Carlos Prestes, e as razões que temos para não duvidar da sua sinceridade e patriotismo, quando prega a união nacional e se manifesta, contra qualquer perturbação da ordem, em benefício das eleições livres⁸⁹.

Por sua vez, a *Folha da Manhã*, em artigo de opinião assinado por um dos seus editores-chefe, senhor José Nabantino Ramos, intitulado “O discurso de Prestes”, o jornal defendia o ponto de vista que o PCB continuava a ser “fiel ao velho ideal que o levava ao cárcere”, acusando a organização de ser uma suposta ameaça revolucionária e instrumento dos interesses de uma nação estrangeira como a URSS, cobrando vigilância permanente do partido. Entretanto, o artigo pontuava que em matéria econômica, o discurso de Prestes naquele momento era tranquilizador, pois, não reivindicava para o Brasil o modelo soviético da propriedade estatizada dos meios de produção. Pelo contrário, José Nabantino Ramos, assim como o editorial do *O Globo*, reconhecia a postura colaboracionista do PCB e por esse motivo apoiava a legalidade dos vermelhos, pois, segundo o autor, Luís Carlos Prestes, em

⁸⁹ O discurso do chefe comunista. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 mai. 1945, capa da edição vespertina.

seu discurso no estádio do Vasco da Gama, admitia a iniciativa privada e apenas exigia a valorização dos salários dos operários. No entanto, assim como o jornal carioca já alertava em sua lógica contrarrevolucionária preventiva, o editor da *Folha da Manhã* reforçava igualmente o alerta, ao afirmar que se o PCB abandonava na política a reivindicação da revolução socialista, seria no campo econômico, como a defesa da valorização salarial, que os comunistas voltariam a se expor como a ameaça que sempre representaram:

Compreende-se porque Prestes transigiu em economia e foi irredutível em política. Se quisesse modificar fundamentalmente o nosso regime econômico, a Nação desabaria sobre ele. Talvez nem houvesse saído da prisão. Stalin, forçado pela realidade russa, afastou-se em parte do marxismo teórico e Prestes, para atender à situação brasileira, afastou-se ainda mais do regime russo. Se, entretanto, criar o Partido Comunista, pela maneira que indicou, será essa a força que talvez queira usar no futuro para recuperar, no terreno econômico, o que agora abandonou⁹⁰.

Reagindo ao avanço elitista da oposição liberal-conservadora, eclodiam os comícios queremistas, movimento de profundos traços populares visando defender os direitos trabalhistas conquistados que estavam sob ataque da direita. A forte presença operária do quererismo exigia a candidatura de Getúlio Vargas para a Assembleia Nacional Constituinte, buscando conservar seus direitos mais elementares durante a transição democrática do regime político (ALMINO, 1981, p. 61). Na maré do quererismo, as forças políticas do ditador - o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) - e do PCB aumentavam entre os trabalhadores. Vargas buscava se posicionar na nova etapa histórica, enquanto os comunistas também participavam das manifestações queremistas, se aliando circunstancialmente com Vargas com o objetivo de conservar a recém-conquistada legalidade. Resultado dessa festa democrática foi a reação de um golpe militar encabeçado pela UDN em 29 de outubro de 1945. Os udenistas e os setores conservadores suspeitavam de um plano continuísta do ditador no poder, devido ao aumento de seu prestígio político provocado pela campanha queremista e à sua aliança tática com os comunistas. Tanto que o momento que precipitou o golpe foi quando Getúlio Vargas tentou mudar o chefe de Polícia do Distrito Federal para garantir um comício organizado pelo MUT (SANTANA, 2001, p. 43).

No dia em que o futuro presidente do país, Eurico Gaspar Dutra, e outras importantes figuras das Forças Armadas derrubaram o governo de Vargas, poucos dias depois do ex-ditador ter convocado os trabalhadores presentes nos comícios queremistas a aderirem ao PTB, o jornal *Folha da Manhã* se limitou a anunciar os comunicados de ordem do general e ministro da Guerra, senhor Góes Monteiro, e do comandante da 2^o Região Militar, senhor

⁹⁰ RAMOS, José Nabantino. O discurso de Prestes. **Folha da Manhã**, São Paulo, 26 mai. 1945, p. 6.

Amaro Soares Bittencourt⁹¹. Cabe destacar que pelas minhas pesquisas não consegui encontrar um editorial ou artigo de opinião da *Folha da Manhã* sobre seu posicionamento diante do movimento golpista durante o andamento dos acontecimentos, porém, em artigo publicado anos depois, intitulado “A atitude das Forças Armadas”, o jornal afirmava que senão fosse a ação dos militares para “depor as autoridades do Estado Novo, (...) não teria sido possível restaurar no país a democracia”⁹².

Por sua vez, o jornal *O Globo* era enfático ao afirmar que com um golpe militar em que a sede do Partido Comunista era “varejada”, a legalidade constitucional e democrática no país se “restituía”, proferindo um discurso em total consonância com o do Brigadeiro Eduardo Gomes nas rádios cariocas no mesmo dia. Inclusive, reproduzindo o que a Polícia tendenciosamente informava, o jornal afirmava em suas tiragens que na sede do PCB haveria documentos que provariam os seus planos de perturbação da ordem⁹³ e grande número de armas em depósito nas sedes⁹⁴. Em editorial intitulado “Restituição do Brasil ao domínio da lei”, *O Globo* vibrava com a ação das Forças Armadas em tirar Getúlio Vargas do poder, alegando que aquela era a responsabilidade institucional dos militares, garantindo daquela maneira a possibilidade de um governo civil. Inclusive, o artigo afirmava que aquele movimento não era um golpe militar, “mas um movimento instintivo das armas em favor do mando impessoal e jurídico”⁹⁵.

4.3 GREVES E CRISE DE HEGEMONIA DO PODER AUTORITÁRIO-CORPORATIVISTA: A IMPRENSA COMO PARTIDO POLÍTICO DOS LUCROS EMPRESARIAIS E DA AUTORIDADE DO ESTADO

No período imediato ao pós-guerra, o PIB brasileiro enfrentou uma conjuntura regressiva de crescimento industrial, em que praticamente todas as fábricas, principalmente as têxteis, alegavam em seus relatórios que era necessária a renovação de seu parque fabril e substituir suas máquinas obsoletas, depois de ter auferido exorbitantes lucros durante o conflito mundial de acordo com as diretrizes econômicas da Lei de Esforço de Guerra de Getúlio Vargas. Acompanhando o movimento recessivo da economia brasileira, eclodiam diversos movimentos paredistas. Cerca de cem mil operários cruzaram os braços somente no estado de SP em maio de 1946, e metade destes eram tecelões (LOUREIRO, 2006, p.232-

⁹¹ **Folha da Manhã**, São Paulo, 30 out. 1945, capa da edição.

⁹² A atitude das Forças Armadas. **Folha da Manhã**, São Paulo, 25 fev. 1954.

⁹³ **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 out. 1945, capa da edição extra.

⁹⁴ **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 out. 1945, capa da edição final.

⁹⁵ Restituição do Brasil ao domínio da lei. **O Globo**, RJ, 30 out. 1945, p da edição vespertina.

233). Estas greves iriam imprimir no movimento operário uma tendência que iria se aprofundar nas décadas seguintes: a capacidade da classe trabalhadora de se organizar de forma autônoma e à margem dos mecanismos estatais de controle. Segundo Hélio da Costa, as adesões ao Ministério do Trabalho não foram generalizadas e a classe trabalhadora não abdicou de lutar por seus direitos através de seus próprios métodos de ação. No entanto, o raio de atuação do Estado em restringir as formas de organização autônomas dos trabalhadores não era nada desprezível, e o controle corporativista continuava a servir como mediador de conflitos e fontes de legitimidade das classes dominantes (1995, p.6-16).

Reagindo contra o movimento nacional dos trabalhadores pela melhoria mais elementar de suas condições de vida, a burguesia alegava que os salários de fome pagos eram justos e afirmavam que não negociariam com grevistas, pois, na sua perspectiva e dentro do seu mundo fechado de valores, o que os trabalhadores paredistas faziam era uma quebra inaceitável do “necessário espírito de disciplina” que imperava nas fábricas (Ibdem, 2006, p. 233). Euvaldo Lodi, líder empresarial e por diversos momentos presidente da FIESP, costumava solicitar artigos favoráveis aos industriais na grande imprensa, e em troca a recompensava com “agrados, favores, anúncios e depósitos”. O industrial Francisco Matarazzo Júnior, por sua vez, aplicava parte de seus fundos em meios de comunicação que tivessem uma postura amiga aos industriais em relação às greves, pois temia “quebra-quebras” nas suas fábricas (NEGRO, 2001, p.12). Reforçando o cerco despótico, a burguesia industrial lançava uma campanha pela pontualidade no emprego e nos cumprimentos dos horários de trabalho para aumentar a produtividade, enquanto apresentava estudos suspeitos tentando comprovar cientificamente que os salários estavam sendo aumentados sem um correspondente aumento na produção. Em última instância, a gênese da maioria das greves do período da transição democrática foi resultado da insensibilidade patronal em relação às dificuldades econômico-sociais pela qual passavam seus operários (Ibdem, 1995. p.177-179), principalmente quando estes, ao tentarem normalmente se entenderem com os patrões no interior da própria fábrica, eram escorraçados com auxílio policial, sem nem mesmo suas reivindicações terem sido avaliadas pela diretoria da empresa.

Para completar o cerco reacionário e violento contra o operariado, os comunistas estavam sendo usados como bodes expiatórios para criminalizar e reprimir os movimentos grevistas. Hélio da Costa defende a tese de que havia dois PCB, um de cúpula e outro da base militante. A cúpula defendia uma orientação antigreve, enquanto as bases militantes conviviam nos bairros operários e nas fábricas, colocando-se, nesse sentido, muitas vezes à

frente de reivindicações e paredes que eram temidas pela maioria da direção partidária (*Op. cit.*, 1995, p.10). Contudo, pelo simples fato de que sindicalistas do MUT eram forçados por suas bases a assumirem a direção de greves, era motivo mais que suficiente para que a Polícia Política perseguisse e reprimisse a intersindical constantemente (*Op. cit.*, 1995, p.60-70). Entretanto, havia mais motivos para a perseguição sistemática aos comunistas. Naquela conjuntura histórica do pós-guerra, em que o período conhecido como “Guerra Fria” emergia gradualmente, a caça policial aos comunistas no Brasil se fortalecia como parte de um movimento internacional capitaneado pelos EUA de contenção ao comunismo. Inspirada na Comissão de Atividades Interamericanas, a Polícia Política se aperfeiçoaria em seus métodos de repressão e vigilância sobre o movimento operário, justificando as restrições das liberdades políticas e individuais em nome da “defesa da democracia ocidental” (PEREIRA, 2004, p.190). Qualquer militante sindical minimamente combativo era considerado “comunista”. Evidência disso é a maioria de presos fichados na Polícia Política como “comunistas”, sendo que em muitos casos o número efetivo e baseado em provas concretas de militantes ou simpatizantes do PCB era muito menor em relação ao número total de operários investigados e detidos (MATTOS, 2004, p.259-260). Participar de assembleias, assinar protestos ou manifestar apoio a greves poderia implicar em ter o nome fichado no DOPS, e naquela época, se tal coisa acontecesse, havia muitas probabilidades de um indivíduo ser impedido de concorrer a um cargo dirigente no sindicato, nunca conseguir um emprego no serviço público ou correr o risco quase eminente de demissão justificada na iniciativa privada. Já em relação às greves, elas eram tratadas pelos agentes de repressão do Estado como evidentes sintomas do “perigo vermelho” junto aos trabalhadores (Ibidem, 2004, p.162-179).

No final de dezembro, nas vésperas do Ano Novo de 1946, os funcionários da *Light* ensaiavam entrar em uma greve no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os trabalhadores lutavam há meses pelo aumento dos seus salários nas esferas da legalidade, através de um dissídio coletivo com a patronal, porém, o grande problema foi que o aumento prometido tinha sido revogado pelo governo na última hora, emergindo assim uma greve espontânea na capital de São Paulo, paralisando a companhia e os serviços públicos que ela prestava. Para variar, a Polícia fora atrás dos dirigentes do MUT e do PCB, acusando de antemão os comunistas pela eclosão da greve, provocando, inclusive, o envio de um telegrama escrito por Luís Carlos

Prestes ao presidente José Linhares e ao interventor do estado de São Paulo, senhor Macedo Soares, protestando contra a prisão arbitrária dos membros e dirigentes do partido⁹⁶.

Na reportagem sobre a greve dos funcionários da *Light*, a *Folha da Manhã* indicava que o governo errava gravemente ao revogar uma medida “elogiável” e de justa aspiração dos trabalhadores, que viram suas condições de vida piorar nos últimos anos. Nesse sentido, a reportagem apelava à *Light* para que majorasse os salários dos funcionários e lhes concedesse o abono de Natal, alegando que nos últimos anos a empresa “auferira lucros elevadíssimos” e que mesmo sendo “compreensíveis”, na opinião do jornal, as dificuldades pela quais as empresas da *Light* passavam naquele momento, concluía que mesmo assim a multinacional “não deveria hesitar em fazer esse pequeno sacrifício que quase nada representa diante dos milhões de cruzeiros ganhos”. Entretanto, para o jornal, mais condenável do que a atitude das grandes companhias, fora a atitude do presidente Linhares e de seus auxiliares, criando uma situação potencialmente ameaçadora por causa de uma medida “apressada e injustificável” que poderia culminar em paralisações mais graves, desencadeando transtornos e prejuízos que já seriam enormes em um dia de greve⁹⁷. Portanto, deveria ser mantido o que fora decidido em dissídio na Justiça do Trabalho.

Por sua vez, *O Estado de S. Paulo*, depois de ter ficado anos sob o controle direto da ditadura estado-novista, retomava suas atividades e quando a greve dos funcionários da *Light* eclodiu, o jornal, assim como a *Folha da Manhã*, publicava editorial acusando a revogação governamental como um “erro grave”, pois o erro estava nas “perturbações” que tinham potencial para causar um “estrage” maior do que um simples prejuízo no orçamento das contas públicas. Em relação ao direito de greve, direito este proibido e tratado como delito durante o regime ditatorial e que ainda se mantinha de pé juridicamente, porém com os trabalhadores começando a atropelar a legislação desmobilizadora, o editorial do *O Estado de S. Paulo* recuava e afirmava que defendia o direito de poder se manifestar paralisando o trabalho, conquanto que fosse usado com cautela. Segundo o jornal, a greve deveria ser o último recurso a ser utilizado nas negociações entre o capital e o trabalho, apelando para que os trabalhadores reivindicassem suas demandas nos tradicionais recursos de litígio público do aparelho burocrático-sindical do Estado, alegando que a paralisação do trabalho não poderia transgredir o direito de tantos outros indivíduos da população paulistana, ainda mais quando naquele período de transição democrática, o editorial pontuava que o país (e o empresariado)

⁹⁶ **Folha da Manhã**, São Paulo, 30 dez. 1945, p. 9.

⁹⁷ **Folha da Manhã**, São Paulo, 28 dez. 1945, p. 5.

precisava, mais do que nunca, da cooperação entre as classes sociais. Concluindo, *O Estado de S. Paulo* fazia mais um apelo e este direcionado aos dirigentes sindicais, para que não “agitassem greves” sem que não tivesse passado todas as fases de negociação na Justiça do Trabalho, pois, com luta de classes, os patrões estariam na razão em resistirem às reivindicações dos trabalhadores:

Para esse ponto de suma gravidade, chamamos a atenção dos que têm responsabilidade da chefia e orientação das massas trabalhadoras. Lembrem-se, sempre, do povo quando pensarem em greves. Não as desencadeiem jamais enquanto houver possibilidade de soluções amistosas, ou melhor, enquanto não tiverem sido esgotados todos os meios de negociações diretas com os patrões ou com o governo. Greves a torto e a direito, greves sem razões fortíssimas, que as justifiquem, só se compreendem entre agitadores profissionais, entre demagogos que, por meio desses movimentos coletivos, visem vantagens pessoais ou de ordem política, ou de ordem social. No delicado período de transição, em que nos encontramos, necessário é que se procurem, para os conflitos de interesses entre patrões e empregados, soluções amigáveis. (...) Da greve, que é a mais terrível das suas armas, não se socorra em atenção ao povo, enquanto não tiver a prova de que com outras não conseguirá vencer a obstinação egoística do patrão. As greves intempestivas, com trazerem perturbações profundas à vida coletiva só servirão, no mais das vezes, de estímulo para a resistência dos empregadores. Não é só a justiça das causas que importa. É, também, a escolha do método para fazê-las triunfarem⁹⁸.

No entanto, por mais que os editoriais apelassem para que os trabalhadores deixassem a greve como método de luta, o próprio Estado e as patronais não contribuía para harmonizar os interesses. Devido à atitude intransigente em não conceder e nem em negociar diretamente com os trabalhadores, eclodiam importantes greves operárias no Rio de Janeiro e em São Paulo nos ramos industriais têxteis e fumageiros.

Desde os primeiros dias do mês de janeiro, operários e motoristas das fábricas de cigarros Sudan⁹⁹ e Souza Cruz¹⁰⁰ cruzavam os braços, tanto nas filiais do Rio quanto nas de São Paulo, assim como os tecelões das principais indústrias no Rio¹⁰¹. Todos os trabalhadores destas categorias reivindicavam aumentos salariais e exigiam a imediata majoração para retomarem o serviço, sendo que em todos esses casos, os operários esperaram meses por uma solução satisfatória nas fases de negociação na Justiça do Trabalho, e por haver constantes protelações por parte da patronal, perdiam a paciência e declaravam-se em greve. No decorrer da luta, como era de tradição, formavam comitês de base que formulavam as pautas e votavam os delegados a serem enviados à comissão central dos grevistas, para que as exigências da base dos operários fossem negociadas diretamente com as diretorias das

⁹⁸ Notas e Informações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 29 dez. 1945, p. 3.

⁹⁹ *Folha da Manhã*, São Paulo, 11 jan. 1946, p não identificada.

¹⁰⁰ *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 jan. 1946, p. 2.

¹⁰¹ *O Globo*. Idem.

empresas, atropelando a legislação vigente e assegurando o direito de greve na marra. Por outro lado, os sindicalistas pelegos que tanto os editoriais prezavam, davam declarações muito similares afirmando que haviam perdido o controle da base dos trabalhadores¹⁰². Além disso, na capital paulistana, dias depois dos operários do fumo entrar em greve, metalúrgicos de diversas fábricas começavam a seguir pelo mesmo caminho, se utilizando dos métodos de luta semelhantes aos operários dos outros ramos já em parede. Também no caso dos metalúrgicos, os sindicalistas pelegos tentavam convencer a classe a abrir dissídio coletivo na Justiça do Trabalho e retomar o serviço, porém não eram ouvidos pela falta de paciência e disposição de luta do conjunto dos trabalhadores¹⁰³.

Por sua vez, a resposta da patronal era recrudescer a intransigência, protelando ainda mais a concessão do aumento salarial e dos benefícios burlados. Só depois de semanas a FIESP¹⁰⁴ decidia em reunião com seus associados, face aos desafios em torno do alto do custo de vida e dos movimentos grevistas, que seria possível uma majoração salarial aos operários, porém, um aumento que não “prejudicasse” os lucros da patronal. Ou seja, velha cantilena para a concessão de um aumento pífio e muito abaixo do pleiteado pelos trabalhadores. Em relação ao aumento do custo de vida, os industriais se eximiam da culpa por encarecer os produtos e acusavam a burguesia comercial por especular os preços das mercadorias. No caso dos industriais do ramo tabagista (Sudan e Souza Cruz), as diretorias das empresas declaravam que reconheciam as comissões de greve dos operários e que poderia conceder o aumento na medida do possível¹⁰⁵.

Enquanto o empresariado e os trabalhadores se enfrentavam, o governo de José Linhares se encontrava ainda fraco para reorganizar um consenso. No entanto, a transição para o governo Dutra estava sendo operada e naquele momento muitos queriam saber qual seria concretamente a linha de ação governamental do novo presidente, em especial nas áreas econômica e trabalhista, já que a crise envolvia alto custo de vida, salários desvalorizados e classe trabalhadora radicalizada.

Diante deste cenário, o jornal *O Estado de S. Paulo*, de perfil antigetulista exacerbado, rechaçava frontalmente a escolha dos trabalhistas para a pasta ministerial do Trabalho,

¹⁰² **Folha da Manhã**, São Paulo, 11 jan. 1946, p. 5.

¹⁰³ **Folha da Manhã**, São Paulo, 16 jan. 1946, p. 7.

¹⁰⁴ **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 jan. 1946, p. 10.

¹⁰⁵ **Folha da Manhã**, São Paulo, 12 jan. 1946, p. 4.

alegando que por eles tomarem como atividade política principal o recrutamento de sua base nos sindicatos, “manipulando” o operariado e o transformando numa “legião de adeptos do ditador”, acabariam conformando um governo em que a questão social “assumiria, dentro em pouco, no Brasil, proporções gravíssimas”, pois, legislariam de acordo com os interesses “exagerados” dos trabalhadores e isso seria corrosivo para os patrões. Nesse sentido, o jornal defendia que na pasta do Trabalho não poderia assumir um homem de partido, e principalmente de um partido com base de trabalhadores, pois, apesar de considerar “justas” as muitas reivindicações dos operários, muitas outras não eram. Para melhor resolver esta equação, *O Estado de S. Paulo*, e seus valores elitistas, defendia para o comando do ministério um tipo ideal do homem de negócios, uma “pessoa que conheça bem a situação das nossas indústrias”¹⁰⁶. Em outro editorial, o jornal felicitava a deliberação de um manifesto elaborado por diversas organizações sindicais reunidas num congresso realizado em São Paulo, em que condenavam as greves consideradas “prematuras”, recomendando aos trabalhadores a negociação com a patronal através dos “meios pacíficos para a defesa dos seus interesses em face do aumento do custo de vida”. Mesmo declarando no editorial que era a favor do direito de greve, *O Estado de S. Paulo* tomava como exemplar a consideração dos sindicalistas, afirmando que a atitude deles ia ao encontro da opinião do jornal. Cabe destacar aqui que neste congresso participava ativamente o MUT, o que indica uma postura menos agressiva do *O Estado de S. Paulo* em relação aos comunistas, confiando na orientação ministerialista da organização e até lhes confiando a liberdade sindical se mantivessem a linha de apertar os cintos e não dirigir greves:

Ficamos satisfeitos com a manifestação dos sindicatos. Além de reforçar o nosso modo de ver, o que sempre é agradável para quem procura honestamente orientar a opinião pública, ela vem pôr em relevo uma circunstância da maior importância, que é a seguinte: os sindicatos de trabalhadores estão constituídos de homens que sabem raciocinar, que sabem ver as coisas sem paixão e que estão dispostos a proceder com prudência nas controvérsias entre empregados e empregadores. Dessa maneira, com homens desse feitio à frente das organizações trabalhistas, o problema social perde muito da sua gravidade e os trabalhadores ficam protegidos contra os excessos de demagogos, que outra coisa não visam senão a perturbação da ordem e a desorganização da vida industrial do país. Mais uma razão temos, também, para reforçar a nossa convicção de que deve ser assegurada aos operários a maior liberdade na organização dos sindicatos¹⁰⁷.

Ao governo Dutra, *O Estado de S. Paulo* recomendava que assegurasse a autonomia, liberdade e pluralidade sindicais, visto que no importante congresso sindical realizado na capital paulistana, a maioria dos sindicalistas brasileiros, assim como os comunistas,

¹⁰⁶ Notas e Informações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 jan. 1946, p. 3.

¹⁰⁷ Notas e Informações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12 jan. 1946, p. 3.

deliberavam resoluções que fortaleciam o corporativismo antigrevista do Estado. Para o jornal, a iniciativa do governo Dutra e das demais forças políticas, em especial a UDN, em favorecer a autonomia sindical e de organização seria a maneira mais eficiente e a mais pacífica de combater o comunismo e o populismo getulista, visto que não estariam em oposição a uma questão política cara aos trabalhadores:

Se assim acontecer, terá o governo atual dado um grande passo à frente na reconstrução democrática do país e terá concorrido, de modo decisivo, para reduzir, nas massas operárias, a proporções ínfimas, a impressão de que o ditador foi o maior amigo que elas tiveram e a ditadura o único regime que delas cuidou seriamente. Terá ele, também, tirado ao Partido Comunista um dos seus melhores recursos de propaganda. (...) O que, porém, de mais importante representará a deliberação do governo será o aniquilamento prévio de futuras explorações demagógicas e revelação, clara e precisa, de que estamos dispostos, no Brasil, a enfrentar a questão social sem violências, dentro das normas da justiça, com presteza e coragem¹⁰⁸.

Por sua vez, *O Globo*, em editorial intitulado “Paz social”, apelava para a “necessidade imperiosa” de negociações amistosas entre trabalhadores e patrões. Por outro lado, o jornal apontava que o problema que estava causando as greves eram as péssimas condições materiais de vida da grande maioria da população, agravadas pelas crises de abastecimento ocasionadas pela política de esforço de guerra¹⁰⁹ e pela falta de capacidade da agricultura nacional em suprir os mercados urbanos internos. No entanto, as greves não eram o caminho responsável para superar a crise. Sob o manto da narrativa da “união nacional”, o editorial defendia os lucros do empresariado, argumentando que com o aumento da produção, ou seja, trabalhando ao invés de fazer paralisação, é que se poderia elevar a renda nacional e desta maneira suprir os mercados internos e abaixar o preço das mercadorias. Em relação ao impasse para sair da crise econômica, o editorial do *O Globo* terminava por defender as associações comerciais, ao defender as diretrizes do senhor Daudt D’Oliveira, presidente da Confederação Nacional do Comércio, tendo em vista a eliminação da orientação protecionista do Estado Novo, alegando que com o livre cambismo entrariam no país os produtos necessários para suprir o mercado interno e “fortalecer” a indústria¹¹⁰.

¹⁰⁸ Notas e Informações. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 jan. 1946, p. 3.

¹⁰⁹ A partir de 1942, com o progressivo alinhamento do governo Vargas com os EUA e às forças dos Aliados, o Brasil passava a entrar na Segunda Guerra Mundial. Diante disso, o ditador promulgou diversas diretrizes políticas de interesse do empresariado, buscando mobilizar a economia nacional para o esforço de guerra. Os decretos de Vargas aumentaram a jornada de trabalho para dez horas e proibiram as greves, o abandono do serviço e a mobilidade de emprego. A violação de tais decretos era considerada deserção pelo regime e poderia acarretar em dois a seis anos de prisão. Ver NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia. (org.). **O Brasil Republicano 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, 4^o edição, p. 47-96.

¹¹⁰ Paz social. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jan. 1946, p da edição vespertina.

Pela metade de janeiro, as greves dos operários das filiais cariocas e paulistas da Sudan e da Souza Cruz chegavam ao seu fim com a realização de um acordo supervisionado pelo Ministério do Trabalho. Entretanto, por outro lado, diversas e isoladas greves de metalúrgicos eclodiam com o formato que já estava ficando comum: negociar diretamente com os patrões paralisando o serviço e se lixando para a autoridade de dissídios coletivos e de juntas de conciliação do Estado. Esses eram os casos das greves dos operários das fábricas Aço Paulista S/A, Fábrica Master, Rochedo e Souza Noschese¹¹¹, importantes indústrias de São Paulo, em que os grevistas reclamavam o habitual aumento de salários e o cumprimento da CLT. No entanto, a diretoria das empresas concediam aumentos pífios ou simplesmente se negavam a negociar com as comissões de base diretamente¹¹².

Contudo, o ápice do movimento grevista nacional ocorreu praticamente um mês depois, no dia 23 de janeiro, em que, inicialmente, mais de quarenta mil bancários cruzavam os braços no país inteiro pelo aumento salarial que fora acertado em comissão paritária na Justiça do Trabalho, mas que nem o governo e nem a patronal estavam respeitando. Há meses que o sindicato dos bancários vinha numa campanha de aumento salarial no Brasil inteiro, e quando um aumento foi elaborado em conjunto com a própria patronal e supervisionado pelo Ministério do Trabalho, os banqueiros decidiam não acatar a decisão judicial que eles mesmos haviam proposto. Inconformados com a atitude dos bancos e do ministro do Trabalho, major Carneiro de Mendonça, os bancários do Rio de Janeiro se declaravam em greve, levando o resto da categoria por todo o país ao mesmo movimento no dia seguinte¹¹³. Depois da impressionante falta de sensibilidade, os banqueiros, através do presidente de seu sindicato patronal, senhor Raul Pinto, declaravam à imprensa que a classe faria de tudo para resistir a uma greve que eles consideravam ilegal, concorrendo para restabelecer imediatamente a normalidade das atividades financeiras do país. Para isso, solicitaram às forças policiais o guarnecimento armado das suas agências bancárias para intimidar e reprimir seus funcionários. De prontidão, a Polícia Política enviava seus destacamentos armados e reprimiam os trabalhadores, e à imprensa, o chefe do DOPS, senhor Joaquim Antunes,

¹¹¹ Antônio de Souza Noschese (1882-1962) foi um importante industrial e político. Em 1930 ingressou no Partido Democrático, e em 1932 assumiu o posto de major durante a Revolução Constitucionalista em São Paulo. Para auxiliar os insurgentes, adaptou sua indústria aos fins de guerra, passando a produzir granadas e bombas. No fim do regime do Estado Novo, foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN). Ver em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-de-sousa-noschese>. Acessado em 12 dez. 2018.

¹¹² **Folha da Manhã**, São Paulo, 16 jan. 1946, p. 7.

¹¹³ **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 jan. 1946, p. 6.

garantia que se a greve “desvirtuasse” de sua orientação “pacífica”, as forças policiais enveredariam para a repressão aberta e direta¹¹⁴. Porém, cabe destacar que nesta greve uma das principais forças políticas envolvidas eram justamente os comunistas...

Em editorial publicado uma semana antes de a greve eclodir, intitulado “Urgência necessária”, o jornal *O Globo*, percebendo a dureza das negociações entre os bancários e banqueiros, se posicionava a favor da conciliação e do aumento que fora concedido. O jornal argumentava que o projeto de majoração salarial entregue para a assinatura do presidente Dutra tinha profunda legitimidade institucional, pois, fora consubstanciada entre os interesses do Estado, do capital e do trabalho, isto é, a cena ideal para os valores corporativistas do jornal. Segundo o editorial, o aumento favoreceria um trabalho mais eficiente e desejado para a patronal, enquanto os bancários teriam com muita justeza sua vida material melhorada, com todos “ganhando”. Portanto, em relação ao governo, o texto terminava fortalecendo a importância das instituições de mediação antigreve do Estado, porém fazendo um comentário para além de elogioso a certas autoridades públicas que na prática não queriam diálogo com trabalhador grevista:

Quanto ao Ministério do Trabalho, não há necessidade de destacar o seu interesse na efetivação de uma política conciliatória ajustada com a participação de um seu representante. Ponderando todas estas razões o senhor Carneiro de Mendonça não tardará em levar ao chefe do Governo o projeto em seu poder, de sorte a que o mesmo se transforme em lei, com a máxima brevidade¹¹⁵.

No entanto, apesar de toda a apologia ao governo Dutra e ao seu ministro, os mesmos iriam entrar em profundo descrédito diante dos milhares de trabalhadores e da opinião pública, que em geral estava apoiando a luta dos bancários. O ministro Carneiro de Mendonça, ao invés de ter feito o que o editorial do *O Globo* recomendou, resolveu provocar os grevistas ao arquivar o processo, determinar que esperassem mais tempo para um reexame do aumento e que o direito de greve não poderia ser usado como um instrumento de afronta ao Estado, pois a Carta de 1937 ainda estava vigente, isto é, a Constituição do regime ditatorial do Estado Novo¹¹⁶.

Em vistas da atitude do ministro no primeiro dia de greve, o jornal carioca se limitou a publicar um editorial intitulado “Justiça do Trabalho”, em que criticava a falta de atitude dos

¹¹⁴ **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 jan. 1946, p. 6.

¹¹⁵ Urgência necessária. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jan. 1946, p. 3.

¹¹⁶ **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 jan. 1946, p. 6.

governantes em reformar o aparato de conciliação do órgão em questão. Preocupado com a debilidade da hegemonia dos órgãos do Estado de contenção da luta de classes, *O Globo* argumentava que o sistema judiciário não obtinha sucesso entre os trabalhadores pelo fato de ser lento no julgamento e por possuir processos e recursos que levavam a uma “protelação excessiva”:

O resultado será o descrédito prático da justiça, na qual as classes trabalhadoras não verão o instrumento hábil para resolver prontamente seus problemas, anulando-se, com essas desconfianças, uma das mais notáveis conquistas da evolução do direito social no mundo moderno¹¹⁷.

Em referência ao fortalecimento da greve dos bancários, que já chegava a uma semana sem ter num prazo próximo alguma saída para o impasse, o jornal *O Estado de S. Paulo* lamentava novamente a falta de “cooperação e sentimentos de cordialidade” entre patrões e trabalhadores, ausência esta que o jornal declarava ser preocupante, pois isso representava uma grave crise nas relações entre capital e trabalho que o país necessitava superar. Entretanto, o jornal apontava de forma desonesta que a causa das greves “inquietadoras” era a “falsa impressão” de que os trabalhadores tinham da prosperidade financeira adquirida dos tempos de guerra de toda a classe patronal brasileira. Segundo o jornal, os trabalhadores exageravam em suas reivindicações sem tomar em consideração as condições econômicas de seus patrões. Ao colocar as greves no terreno dos prejuízos aos lucros empresariais, *O Estado de S. Paulo* voltava a defender a intransigência das patronais em conceder os aumentos pleiteados pelos trabalhadores, alegando desta vez, que o próprio trabalhador, em uma situação totalmente adversa e subalterna ao poder econômico dos capitalistas, era também um dos principais “culpados” pela intransigência de que tomava os dois lados no conflito. Inclusive, na visão do jornal, as demandas consideradas exageradas dos trabalhadores se constituíam em uma “crueldade” para a patronal e um caminho injusto para conquistar a justiça social, pois as empresas poderiam quebrar ao conceder um aumento que elas não tinham capacidade de oferecer, fazendo coro com os aumentos pífios que a FIESP recomendava aos industriais realizarem:

Conviria que em bem desta e dos próprios empregados, estes, ao formularem as suas reivindicações, estudassem minuciosamente as condições de vida dos empregadores a fim de que não venham a cair no erro, que é uma crueldade, de impor a todos exigências que só podem ser suportadas por alguns. Não pode haver justiça social onde se estabeleçam, para todos os casos soluções uniformes sem atenção às peculiaridades de cada um deles. Esse erro pode trazer – e traz de ordinário – consequências calamitosas¹¹⁸.

¹¹⁷ Justiça do Trabalho. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1946, p. 3.

¹¹⁸ Notas e Informações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 31 jan. 1946, p. 3.

Ao final do editorial, o jornal apelava novamente aos dirigentes sindicais que se esforçassem por convencer suas bases para que não enveredassem para o caminho do conflito aberto com seus patrões, procurando nas esferas da legalidade corporativista a manutenção do “debate amistoso”. Segundo *O Estado de S. Paulo*, e tomando o lado dos lucros empresariais, as greves que estavam ocorrendo era um grave perigo para a restauração econômica do Brasil no pós-guerra¹¹⁹.

Passando mais de duas semanas de greve, os bancários tentavam elaborar propostas que pudessem ser aceitas pela patronal, contando com a ajuda de deputados de diversas forças políticas, inclusive de udenistas ligados aos banqueiros. No entanto, à medida que mais uma proposta era negada pelos banqueiros, a parede se tornava mais radicalizada. A patronal ainda não tinha se sentado com os trabalhadores para negociar nada e apelavam para o artigo 723 da CLT¹²⁰ para exigir a cessação imediata das greves, alegando, em conjunto com as associações comerciais, que elas continuavam sem solução devido à agitação de uma minoria de comunistas que estavam provocando os “serenos e pacíficos” bancários a continuarem paralisados, e assim instaurar a desordem. Contudo, a maioria da população estava apoiando a luta dos bancários, instaurando na sociedade, e principalmente nas páginas da imprensa, o debate sobre o direito de greve. Inclusive, nas páginas de vários periódicos e matutinos diários, os dirigentes sindicais, muitos deles ligados ao PCB, divulgavam notas alegando que o Brasil assinara tratado internacional reconhecendo o direito de greve na Conferência de Chapultepec, não podendo se materializar o artigo 723 da CLT¹²¹.

O governo Dutra, por sua vez, teve sua base política abalada, pois, a linha dura que executou desde o início do movimento grevista começava a recuar, fazendo o presidente despachar ordens ao novo dirigente do Ministério do Trabalho, o trabalhista Otacílio Negrão de Lima, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), para desarquivar o projeto de majoração e formar uma nova comissão paritária para reexaminar os salários dos bancários¹²². Aliás, deputados das forças políticas mais variadas, dos trabalhistas aos udenistas, faziam discursos hipotecando sua solidariedade integral aos grevistas. Inclusive, deputados do PTB pediam

¹¹⁹ **O Estado de São Paulo**. Idem.

¹²⁰ O artigo 723 da CLT foi decretado em maio de 1943 e sua principal característica era a proibição de greves em serviços considerados de “interesse público”, fazendo parte do arranjo constitucional autoritário da Carta de 1937 que visava à repressão de qualquer modalidade de luta de classes no Brasil.

¹²¹ **Folha da Manhã**, São Paulo, 8 fev. 1946, p não identificada.

¹²² **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 fev. 1946, p. 2 da edição vespertina.

autorização à comissão de greve para que eles fossem os interlocutores oficiais dos bancários junto ao Ministério do Trabalho¹²³.

Por sua vez, a patronal fazia um jogo ambíguo. Por um lado, acatou a decisão da formação de uma nova comissão paritária, porém, continuavam a investir em anúncios na imprensa veiculando a informação falsa de que os dirigentes sindicais ligados ao Partido Comunista buscavam forçar o governo e o Ministério do Trabalho em intervir na questão apenas a favor dos bancários, impondo à classe “exigências descabidas”. Inclusive, o senhor Raul Pinto, presidente nacional do Sindicato dos Bancos, continuava declarando à imprensa que o caso só começaria a ser reexaminado se o serviço fosse retomado imediatamente¹²⁴.

Diante da inflexão do governo diante dos trabalhadores, causada pela mudança de equilíbrio na correlação de forças, o jornal *O Estado de S. Paulo* defendia publicamente a posição da UDN em intervir na greve dos bancários, alegando em editorial que se os udenistas não se apressassem a tratar dos problemas que afligiam a maioria da população, as massas seriam tomadas facilmente pela propaganda dos comunistas. Com vistas no MUT e na força partidária do PCB, que aumentava a cada greve dirigida pelo partido, o jornal reforçava um ponto de vista destoante da opinião da maioria do empresariado, da Polícia Política e de setores do governo, em que para se enfrentar o comunismo seria equivocado apelar para a repressão aberta ao partido e aos seus militantes. Segundo o editorial, naquele momento os trabalhadores estavam bastante politizados e se organizando em massa, sendo mais coerente a UDN assumir a tarefa que os trabalhistas e os comunistas já estavam fazendo em relação à assistência social, mostrando aos trabalhadores brasileiros que o PCB e os getulistas não eram os únicos que poderiam proporcionar a eles um programa que defendesse seus interesses de classe:

A hora exige uma renovação radical de programas e de métodos em todos os partidos políticos, de modo que a sua órbita de ação se alargue no sentido social. (...) A tarefa é árdua, mas não pode ser esquivada. Ou os partidos tomam-na a peito ou estarão perdidos. Não há outro meio de combate ao comunismo senão o de tornar inúteis os seus propósitos pela execução da parte do seu programa que se confunde com o programa de todos os partidos modernos de feição social. É preciso que se mostre aos trabalhadores que não é só aquele partido que está habilitado a lhes proporcionar o que desejam. Quaisquer outros poderão dar-lhes tudo quanto reclamam, e isto sem recursos a ditaduras em nome do proletariado, sem convulsões sanguinolentas, sem golpes de qualquer natureza, sem guerra civil, sem destruição de vidas humanas¹²⁵.

¹²³ **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 fev. 1946, p. 2.

¹²⁴ **Folha da Manhã**, São Paulo, 10 fev. 1946, p. 7.

¹²⁵ Notas e Informações. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 fev. 1946, p. 3.

Já em relação ao debate instaurado pela revogação da Carta de 1937, *O Estado de S. Paulo* voltava a exigir imediatamente a invalidez do texto constitucional da ditadura varguista, inclusive defendendo a posição dos comunistas nessa matéria e felicitando a atitude da bancada udenista em lutar na Assembleia Constituinte, também ao lado dos vermelhos, por um texto provisório revogando a arquitetura jurídica do Estado Novo¹²⁶.

Por sua vez, em editorial intitulado “A greve dos bancários”, *O Globo* exigia que na reunião supervisionada pelo ministro Negrão de Lima, fosse firmado um acordo que pudesse por termo a uma greve de caráter nacional e que mantinha os círculos financeiros e de comércio totalmente paralisados por mais de duas semanas. Para o jornal carioca, porta-voz dos interesses políticos das associações comerciais fluminenses, o conflito que se prolongava estava criando “para o organismo econômico e comercial da Nação” uma situação aflitiva e de alta gravidade para a prosperidade financeira nacional, pois as instituições que provinham os créditos necessários para estimular as atividades produtivas se encontravam paralisadas. Nesse sentido, o jornal não compreendia o porquê dos órgãos de conciliação do Estado ainda não terem se movido eficientemente para harmonizar os interesses entre empregadores e empregados. Portanto, sem favorecer a posição dos grevistas e atribuindo ao movimento dos bancários um caráter de prejuízo, *O Globo* criticava a inação das autoridades oficiais para solucionar o impasse salarial, alertando que se a greve se prolongasse, do prejuízo se caminharia para a transgressão da ordem, pois, poderia se abrir um ambiente favorável para que elementos agitadores e comunistas se fortalecessem, alimentando supostas hostilidades políticas contra os patrões em detrimento dos interesses favoráveis à “paz social” no país:

Fazemos essas reflexões porque parece já ser chegado o tempo de evitar, por todos os meios e modos, que essa greve dos bancários se prolongue por mais um dia que seja, dando margem a que elementos atentos e desejosos de maiores perturbações na vida brasileira, se afervorem no empenho de criar incompatibilidades entre empregadores e empregados, alimentando uma luta de classe e não promovendo a defesa dos interesses que a justiça sempre estaria pronta em reconhecer e as decisões do governo a consagrar¹²⁷.

Enquanto os jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* atribuíam ao movimento grevista um caráter de prejuízo à economia (porém, sem deixar de se alarmar com a atuação dos comunistas), a *Folha da Manhã* se adiantava aos seus congêneres e publicava um artigo de opinião assinado por ninguém, porém com demasiado destaque, intitulado “Coincidências que devem servir de advertência”, em que alertava sobre a possibilidade de um golpe de força dos

¹²⁶ Notas e Informações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12 fev. 1946, p. 3.

¹²⁷ A greve dos bancários. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 fev. 1946, p. 3 da edição vespertina.

comunistas para desestabilizar o cenário político nacional. Diante da correlação de forças favorável aos bancários naquele momento, o artigo de opinião afirmava que as greves eram incitadas por uma minoria agitadora, transformando o que era para ser uma greve pacífica em uma “manobra sutil de elementos comunistas, infiltrados entre os componentes da laboriosa classe” com a finalidade de perturbar a vida econômica do Brasil “no instante exato em que esse regressa à prática do regime democrático”. A partir desta acusação sem fundamentos materiais que a provasse, a *Folha da Manhã*, além de fazer coro com a patronal e com os argumentos repressivos da Polícia Política, afirmava que ao dirigir a greve, os comunistas estariam agindo de acordo com os interesses do partido e não com os dos trabalhadores. Conclusão da análise: a data da deflagração da greve dos bancários, no mesmo dia da abertura das sessões parlamentares da Assembleia Constituinte, foi estrategicamente pensada para desmoralizar a transição democrática e seus representantes eleitos, para que o PCB recebesse a tarefa de elaborar a nova carta constitucional sozinho:

Há, aí, aliás, duas coincidências iniciais. A primeira é a própria greve dos bancários, preparada cuidadosamente para explodir nas vésperas da instalação da Constituinte, como processo de desmoralização do regime. A segunda é a própria ação da bancada comunista na Constituinte, caracterizada pelo evidente propósito de, também aí, desmoralizar a Assembleia que recebeu do povo a tarefa de elaborar a nova Constituição¹²⁸.

Ainda segundo o jornal, uma das provas da suposta estratégia golpista dos comunistas seria as recusas feitas pelos trabalhadores quando lhes foram apresentadas propostas de aumento salarial. Para a *Folha da Manhã*, essa atuação do PCB na greve, combinado com o discurso feito por Luís Carlos Prestes em relação ao aumento de 100% do salário mínimo, eram provas mais que cabais para classificar os comunistas de “demagógicos” que não buscavam as saídas harmoniosas entre os interesses do capital e do trabalho. Muito pelo contrário, o editorial reforçava uma narrativa que já tinha sido explorada pelo *O Globo* e citado anteriormente aqui nesta parte do trabalho, em que as lutas econômicas travadas pelo PCB seriam a sua forma velada de provocar a transgressão da ordem, e nesse caso, para a *Folha da Manhã*, era o “ônus insuportável às empresas, obrigando-as a fechar suas portas, dispensando seus empregados”¹²⁹.

Depois de vinte dias de greve, os bancários conseguiriam negociar com a patronal a concessão de um aumento. Em São Paulo, a resolução do impasse foi comemorada com passeata massiva pelas ruas do centro da capital, enquanto no Rio de Janeiro, a festa foi

¹²⁸ Coincidências que devem servir de advertência. **Folha da Manhã**, São Paulo, 8 fev. 1946, p não identificada.

¹²⁹ **Folha da Manhã**, Idem.

celebrada no sindicato com a presença de diversos políticos com direito a brinde entre eles e os sindicalistas¹³⁰. No entanto, as apreensões do Estado e do empresariado continuariam, porque mesmo com o término de um movimento grevista que havia impactado profundamente os cenários político e econômicos nacionais, em São Paulo se ensaiava uma espécie de greve geral. Além disso, no Rio de Janeiro, ocorria desde o início do mês, a greve dos portuários do Cais do Porto, paralisando a maioria dos serviços de cabotagem envolvendo troca de mercadorias importadas e para exportação¹³¹.

Logo no início de fevereiro de 1946, a FIESP se preparava para reagir às greves que porventura viessem a eclodir, orientando os industriais a se defenderem das “intransigências” dos operários e em defesa de seus interesses de classe. Nesse sentido, apelavam para medidas como o tradicional locaute, criar lista de operários indesejáveis e suspeitos de serem agitadores de greves, e por fim, aumentar a atenção da parte de todos os industriais em relação às movimentações das organizações dirigidas pelo PCB, criticando inclusive, a si próprios, de terem ausente na organização de sua classe a mesma união e disciplina que os comunistas possuíam. No meio político, o presidente da FIESP exigia em tom irritado do presidente Dutra uma ação enérgica para tranquilizar os industriais, adiantando que o empresariado desejava a repressão e cerceamento oficial do MUT (NEGRO, 2001, p.106-107).

Por outro lado, a FIESP orientava seus associados que em face dos movimentos grevistas que eclodiam no país inteiro, os industriais deveriam impor aos trabalhadores que se fizesse respeitar a autoridade dos dispositivos jurídicos de conciliação do Estado. Ou seja, a burguesia industrial exigia a manutenção da ordem legitimando a tão debatida e odiada Carta de 1937. Inclusive, em declaração à *Folha da Manhã*, o senhor Armando Arruda Pereira, industrial e membro da comissão brasileira de delegados na Conferência de Chapultepec, dizia sem vergonha nenhuma que continuava contra o direito de greve e que defendera isso na reunião internacional, mesmo depois dos representantes brasileiros assinarem o acordo se comprometendo com o respeito aos direitos trabalhistas, incluindo o de poder fazer greve¹³². No entanto, a partir da metade de fevereiro, diversas categorias passavam a cruzar os braços em São Paulo, como os metalúrgicos, os rodoviários da capital e cerca de cinquenta mil tecelões das principais fábricas do ramo.

¹³⁰ **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 fev. 1946, p. 4.

¹³¹ **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 fev. 1946, p. 2.

¹³² **Folha da Manhã**. São Paulo, 8 fev. 1946, p não identificada.

Em Santo André, influenciados pela vitória dos companheiros da Firestone, os operários da Pirelli demandavam o que a empresa não tinha prometido até aquele momento: a majoração dos salários. Radicalizados, os metalúrgicos da multinacional paralisavam a produção até a diretoria conceder o aumento. Entretanto, a empresa, ao tomar conhecimento da greve, fez o que era de praxe: solicitar às forças policiais que guarnecessem armados as imediações e o interior da fábrica, enquanto insistia em não conceder o aumento¹³³. Na capital paulista, os rodoviários, tecelões e metalúrgicos também entravam em greve. Em todos esses casos, repetia-se o drama vivido pelos trabalhadores desde o fim do Estado Novo, isto é, meses esperando por uma resposta definitiva da patronal em relação ao aumento de seus salários. No caso dos rodoviários, seus sindicalistas pelegos tentavam convencer os trabalhadores a não entrarem em greve e aceitar a abertura de dissídio coletivo proposto pelo prefeito, pelo DOPS e pelos diretores da patronal. No entanto, muitas estações de ônibus já se encontravam paralisadas em uma greve que se iniciou espontaneamente. Praticamente todas as estações de ônibus e bondes dos principais bairros do centro da capital estavam inoperantes¹³⁴. Por sua vez, os tecelões das principais indústrias paulistas, em especial às pertencentes dos maiores burgueses da época, senhores Rodolfo Crespi e Conde Francisco Matarazzo, realizavam paralisações dentro das fábricas, também exigindo do governo o controle dos preços das mercadorias e do câmbio negro¹³⁵. Metalúrgicos de importantes indústrias da capital, como a Fábrica Paulista S/A e a Fábrica Santa Maria, assim como os tecelões, também exigiam aumentos salariais e o controle governamental dos preços especulados pelos comerciantes e industriais¹³⁶.

Reagindo às greves no setor, os industriais seguiam a orientação da FIESP e se negavam a negociar com os grevistas e conceder as majorações. A diretoria da Fábrica Paulista S/A alegava à *Folha da Manhã* que o salário pago pela empresa estava entre os maiores da região e que concedendo o aumento pleiteado, ficariam em desvantagem com seus concorrentes¹³⁷. A patronal rodoviária alegava que também não tinha condições financeiras de realizar as majorações, ao menos que houvesse um aumento nas tarifas dos transportes, o que era frontalmente rejeitado pelos motoristas e cobradores de ônibus. Além disso, a patronal

¹³³ **Folha da Manhã**. São Paulo, 14 fev. 1946, p. 7.

¹³⁴ **Folha da Manhã**. São Paulo, 16 fev. 1946, p não identificada.

¹³⁵ **Folha da Manhã**. São Paulo, 15 fev. 1946, p não identificada.

¹³⁶ **Folha da Manhã**. São Paulo, 16 fev. 1946, p não identificada.

¹³⁷ **Folha da Manhã**. Idem.

exigia que os trabalhadores voltassem imediatamente ao serviço, porque sem lucros e dinheiro entrando, ficaria mais difícil ceder aos aumentos pleiteados¹³⁸.

Por sua vez, as forças de repressão do Estado, em especial o DOPS, enviavam seus destacamentos armados com fuzis para intimidar os grevistas nas próprias estações de ônibus, alegando a proteção preventiva da integridade daqueles que desejassem trabalhar. Velha cantilena¹³⁹. Enquanto a polícia agia, o governo atuava para prevenir a eclosão de mais greves e colocava as Juntas de Conciliação da Justiça do Trabalho para funcionar, abrindo imediatamente o livro de contas da empresa e um dissídio coletivo para os rodoviários. Em relação aos tecelões e metalúrgicos, o Ministério do Trabalho passava a atuar de forma semelhante¹⁴⁰. No entanto, na greve específica dos rodoviários, além dos sindicalistas pelegos tentarem convencer a todo custo os trabalhadores de não entrarem em greve, ainda criavam obstáculos diretos aos que já se encontravam em luta. Assim como havia acontecido na greve dos bancários, em que um grupo de pelegos pedia na redação do *O Globo* a intervenção do governo no sindicato da classe¹⁴¹, sindicalistas desmoralizados se dirigiram à redação da *Folha da Manhã* para acusar os dirigentes do MUT de interferir no sindicato dos rodoviários e agitar a classe de forma subversiva. Alegavam o teor dessa suposta denúncia afirmando que nas dependências do sindicato havia por todos os cantos fichas convidando os trabalhadores a entrar na intersindical hegemônica pelo PCB¹⁴².

Diante deste cenário de inúmeras greves eclodindo em São Paulo, porém de forma isolada e descoordenada, em editorial publicado no dia 19 de fevereiro, *O Estado de S. Paulo* se preocupava profundamente com o crescimento exponencial de greves desde a vitória dos bancários em todo o país. Nesse sentido, o jornal felicitava a reunião dos industriais da FIESP, que apesar de ter sido conturbada, resolveu enviar ao Palácio do Catete um grupo de vinte delegados para pressionar o presidente Dutra a tomar alguma iniciativa contra os grevistas. No entanto, fazia parte dos planos dos industriais o locaute sistemático de suas fábricas caso nenhuma definição fosse posta em prática pelo governo, e o editorial acabava por não se opor à atitude ameaçadora da burguesia industrial paulistana¹⁴³.

¹³⁸ **Folha da Manhã**. São Paulo, 6 fev. 1946, p não identificada.

¹³⁹ **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 fev. 1946, p. 7.

¹⁴⁰ **Folha da Manhã**. São Paulo, 15 fev. 1946, p não identificada.

¹⁴¹ **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 fev. 1946, p.2 da edição vespertina.

¹⁴² **Folha da Manhã**, São Paulo, 17 fev. 1946, p. 6.

¹⁴³ Notas e Informações. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 fev. 1946, p. 3.

Por sua vez, a *Folha da Manhã*, além de publicar seu próprio editorial, foi o jornal que mais investiu em artigos de opinião de terceiros (porém todos compartilhando a linha político-editorial da redação) para criminalizar e atribuir às greves os sentidos intercalados de prejuízo aos lucros empresariais e de transgressão à ordem vigente. Em artigo publicado no dia 17 de fevereiro, intitulado “Quem ganha com as greves?”, assinado pelo jurista e consultor-geral do governo Dutra, senhor Odilon da Costa Manso, acusava a deflagração de greves uma após a outra como um plano preestabelecido para manter agitações que visassem a uma espécie de guerra civil na sociedade, reforçando o discurso alarmista dos banqueiros quando afirmavam sem nenhum tipo de prova que os comunistas estavam preparando um plano para derrubar o governo e o processo constituinte. Ainda segundo o senhor Costa Manso, a cada greve que eclodia, o poder de Estado saía mais enfraquecido e sem prestígio, atingindo em especial e de forma negativa a instituição da Justiça do Trabalho. Portanto, para o autor, o órgão judicial de conciliação entre capital e trabalho, apesar de seus diversos problemas de execução, teria que ser aperfeiçoado, fortalecido e prestigiado, ao invés de ser deixado de lado como um “trambolho” pelos grevistas e seus dirigentes. Aliás, em relação aos sindicalistas, o autor é mais duro e mira de forma implícita os comunistas e o MUT. Segundo o senhor Costa Manso, o sindicato, ao invés de cumprir um papel harmonizador, estaria entregue a “agitadores materialistas grosseiros exploradores do ódio”, que ao instaurarem a paralisação da produção e obtendo os aumentos salariais, acabavam por criar mais prejuízos à maioria da população, pois com os custos elevados da majoração feita pelo patrão, quem pagava a conta final era o povo com o valor mais encarecido das mercadorias. Concluindo, o autor defendia que quem ganhava com as greves eram os que ele considerava serem os piores elementos da sociedade: comunistas, agitadores e todos aqueles que buscavam pela luta a melhoria de suas condições de vida miseráveis¹⁴⁴.

Em outro artigo de opinião, este escrito pelo jornalista de economia da *Folha da Manhã*, senhor Olímpio Guilherme, e intitulado “Empreiteiros de greves”, o autor criticava a opinião de alguns economistas norte-americanos que viam nas causas das greves brasileiras o encarecimento do custo de vida decorrente do esforço de guerra. Pelo contrário, o jornalista alegava que no Brasil a causa das deflagrações de greves era de fundo político e econômico, diferente das medidas puramente econômicas que segundo ele ocorriam nos EUA. Seguindo essa linha de raciocínio, o artigo afirmava que quem conduzia as greves brasileiras eram “exploradores das massas proletárias”, que se aproveitavam da real situação de penúria do

¹⁴⁴ MANSO, Odilon da Costa. Quem ganha com as greves? **Folha da Manhã**, São Paulo, 17 fev. 1946, p. 8.

operário sob a indiferença do patrão, para promoverem suas figuras públicas e aproveitarem as comissões retiradas das porcentagens ganhas nos dissídios coletivos:

Em verdade, muitas greves foram e estão sendo declaradas porque o proletariado se levanta contra o encarecimento desesperador da vida, e, sem outra arma para sua legítima defesa, apela para o direito de a greve impor condições de trabalho ao patrão indiferente ao seu destino. Em muitos casos é esta, realmente, a causa do descontentamento. Mas, há também o lado político das greves brasileiras, fomentadas por agitadores profissionais, advogadinhos de sindicatos e organizações trabalhistas, com ordenado e porcentagens nos dissídios coletivos¹⁴⁵.

Realocando as greves no terreno da transgressão da ordem, ao mesmo tempo em que acentuava os prejuízos causados aos industriais pela paralisação do trabalho, o senhor Olimpio Guilherme fazia coro com a narrativa dos banqueiros e de grande parte do empresariado brasileiro, em que os comunistas e trabalhistas se utilizavam da manipulação de operários ingênuos e socialmente carentes para promoverem suas próprias organizações. Um sinal claro e envolvido em um caldo de cultura elitista de criminalização das greves e de perseguição aos partidos da classe trabalhadora. Por fim, o jornalista criticava a “inatividade do Ministério do Trabalho no Governo Provisório durante a fase inicial desses movimentos”, fazendo com que se generalizassem pelo país inteiro as lutas de classes de forma hostil e aberta. Portanto, concluía o artigo, o direito de greve passou a ser usado como “um instrumento de uma indústria criminosa que tomou conta do nosso operariado e desvirtuou o verdadeiro conceito de sua personalidade econômica e social”¹⁴⁶.

Contudo, no fim de fevereiro, quando ainda a cidade de São Paulo estava impactada pela parede de cerca de milhares de trabalhadores, a *Folha da Manhã*, em editorial intitulado “Interesses entrelaçados”, afirmava e compreendia a luta dos trabalhadores pelo reajustamento de seus salários, devido ao acúmulo de dificuldades materiais que a maioria da população brasileira sofreu durante o conflito mundial. No entanto, o jornal apontava que a onda de greves já assumia um caráter intercalado de prejuízo a toda a economia da cidade e de transgressão muito possível da ordem vigente, alegando, neste último caso, que os dirigentes que ousavam entrar em greve “envenenavam” o movimento paredista, forçando a intransigência da parte dos trabalhadores em exigir pretensões salariais “exageradas”. Ou seja, o jornal defendia os lucros exagerados do empresariado e legitimava a resistência de muitos industriais em não negociarem diretamente com os grevistas. Além de apelar para a velha cantilena da minoria agitadora. Entretanto, como saída ao impasse, o editorial apelava, como

¹⁴⁵ GUILHERME, Olimpio. Empreiteiros de greves. **Folha da Manhã**, São Paulo, 19 fev. 1946, p. 12.

¹⁴⁶ **Folha da Manhã**. Idem.

normalmente fazia a maioria da imprensa, para o aumento da produção como única alternativa viável para o equilíbrio entre o valor dos salários e os preços das mercadorias. Em outras palavras, nada de fazer greve e retomar imediatamente o serviço para que com o lucro do patrão possa o trabalhador obter um aumento real de seu salário. Se não fosse dessa maneira, as majorações feitas acabariam por serem repassadas aos preços das mercadorias para suprir o aumento nos custos de produção¹⁴⁷. O interessante nesse argumento é que a *Folha da Manhã* não via problemas na atitude criminosa dos industriais em encarecer os preços de mercadorias consumidas pela maioria da população. Portanto, dentro dos valores corporativistas do jornal, a cooperação entre as classes sociais era uma condição elementar para que o aumento da produção se concretizasse e assim o Brasil sair da crise. Ou seja, na prática o trabalhador teria que aceitar os salários de fome em nome de uma recuperação nacional e coletiva que só interessava aos interesses mesquinhos do empresariado brasileiro, força social e política que acumulara muito com a guerra mundial e que obteve enormes lucros em base a uma relação de trabalho autocrática:

A paralisação prolongada do trabalho só pode conduzir à queda da produção e, pois, ao maior encarecimento das utilidades produzidas. As suas consequências não serão, pois, desastrosas apenas para os próprios grevistas e para os respectivos empregadores. A maior vítima será a coletividade. Ou, numa palavra, será o País, que neste momento tem o dever de trabalhar intensamente para sobrepor-se às dificuldades oriundas da guerra e que estará seriamente ameaçado no seu futuro se continuar a assistir à queda da sua produção¹⁴⁸.

4.4 PROIBIÇÃO DE GREVES, INTERVENÇÕES SINDICAIS E CRIMINALIZAÇÃO DOS COMUNISTAS: A IMPRENSA COMO PARTIDO POLÍTICO DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA CONTRARREVOLUCIONÁRIA E PREVENTIVA

Foi durante esse cenário intenso de ampliação da luta de classes pelo país inteiro, caracterizado por fortes traços anticorporativistas, que se deu o início do processo constituinte no início de 1946. Dentro desse contexto, o movimento operário teve que encarar as forças da repressão policial, do despotismo patronal e do profundo conservadorismo político dominante nas esferas do poder. Nesse sentido, a expectativa democrática do início de 1945 se dissipava no primeiro governo eleito pelo povo depois do regime de exceção do Estado Novo. O presidente Eurico Gaspar Dutra, acatando as exigências do empresariado e dos setores mais conservadores da sociedade, iria tomar medidas profundamente reacionárias como a proibição de passeatas e de greves, além das intervenções sindicais, de pôr o MUT na ilegalidade e por

¹⁴⁷ Interesses entrelaçados. *Folha da Manhã*, São Paulo, 21 fev. 1946, p. 6.

¹⁴⁸ *Folha da Manhã*. Idem.

fim cassar o registro do PCB (COSTA, 1995, p.90-91), partido que na transição democrática se tornava cada vez mais uma organização política de massas, chegando a atrair cerca de cento e oitenta mil filiados em todo o país (SANTANA, 2001, p.48).

Em relação à polêmica envolvendo o direito de greve livre e irrestrito, com a exceção da bancada comunista, poucos na Assembleia Constituinte foram favoráveis de forma plena, tendendo a pontuar restrições ao direito. Alguns parlamentares exigiam que o Brasil se comprometesse com os compromissos firmados no exterior, no entanto, udenistas e petebistas acompanhavam a maioria pessedista, votando pelo adiamento do regulamento do direito de greve após a elaboração final da Constituinte (ALMINO, 1981, p.111-125). O governo Dutra reagiu e pôs em vigência o decreto-lei 9.070, dirigindo a política trabalhista para as estruturas contestadas da ordem corporativista. O decreto determinava obrigatoriamente a notificação prévia e a abertura de dissídio ao Departamento Nacional do Trabalho e às Delegacias Regionais da Polícia Política antes da declaração de greve, além de alegar que em setores específicos da economia considerados “fundamentais à defesa nacional”, as tentativas de greve estavam proibidas de qualquer maneira. Entretanto, na lista feita pelo governo, praticamente todas as áreas da economia foram consideradas “fundamentais”¹⁴⁹. Com a assinatura do decreto, a imprensa toda ficava aliviada com a proibição das greves. Os primeiros a felicitarem as medidas do governo foram os jornais paulistas, justamente eles que até semanas atrás se enfrentavam com cerca de cem mil trabalhadores de diversas categorias em greve.

Em editorial publicado dois dias depois da promulgação do decreto-lei, *O Estado de S. Paulo* afirmava, em base às suas suposições elitistas, de que as últimas greves ocorridas em todo o país se deram mais por motivos políticos do que puramente econômicos. Segundo o jornal, as greves estavam se tornando corriqueiramente “manobras de politicagem”, pois eclodiam quando muitas vezes os patrões já concediam um aumento, agitando os trabalhadores a tomarem a iniciativa para pleitear reivindicações exageradas. Nesse sentido, os grevistas estariam prejudicando a própria nação ao paralisarem a produção, provocando dessa maneira o aumento da inflação, pois os industriais repassariam para o preço das mercadorias o equivalente do que “perdera” ao conceder as majorações salariais e o pagamento pelos dias em que a produção ficou parada¹⁵⁰. Portanto, como já citamos aqui e não custa destacar, o que o editorial do *O Estado de S. Paulo* afirmava não se comprova nos

¹⁴⁹ **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 mar. 1946, p não identificada.

¹⁵⁰ Notas e Informações. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 mar.1946, p.3.

dados empíricos de diversos trabalhos historiográficos, inclusive muitos deles usados nesta pesquisa. A realidade de muitos operários era o despotismo e a insensibilidade patronais em relação à valorização de seus salários e às suas condições de trabalho (COSTA, 1995; LOUREIRO, 2006; MATTOS, 2009; NEGRO, 2001; SANTANA, 2001). Entretanto, ainda segundo o jornal, se prevalecesse o ambiente reinante de “hostilidades recíprocas”, com “subversões totais da hierarquia” e de “convulsões catastróficas no ambiente de trabalho”, dessa maneira os trabalhadores poderiam estar mais suscetíveis ao “envenenamento” de “ideologias absurdas tendentes a criar no Brasil uma estúpida luta de classes que nada justifica e que está em franca contradição com a nossa índole e com as nossas tradições”. Portanto, o decreto-lei 9.070 era compreendido pelo jornal como uma medida necessária e louvável para impedir o que ele considerava ser um abuso de “greves precipitadas”, tomando o partido dos lucros empresariais e da autoridade corporativista do Estado. Inclusive, o editorial cobrava das autoridades públicas que fiscalizariam as questões trabalhistas, isto é, Ministério do Trabalho e Polícia Política, todo o rigor da aplicação da nova lei para que ela não ficasse só no papel:

Felizmente, embora um pouco tarde, a vigilância do governo mostrou que existe. Nesse decreto, ontem divulgado em todos os jornais, o governo procurou regular a suspensão coletiva do trabalho. As greves precipitadas sujeitarão doravante os grevistas a penalidades que devem ser eficazes, quais sejam a perda de salários durante os dias de cessação do trabalho e a dispensa pela revisão do contrato. A direção dos sindicatos também sofrerá punição quando eles concorrerem para os movimentos intempestivos de greve. (...) Reconhecemos o direito de greve, mas não podemos admitir que o operariado abuse desse direito¹⁵¹.

Por sua vez, a *Folha da Manhã*, em editorial intitulado “Contra as greves”, afirmava que a atitude do governo Dutra merecia aplausos. Em relação à manobra do texto do decreto, ao proibir greves em setores considerados fundamentais da economia, a *Folha da Manhã* vinha em defesa da medida alegando que os resultados dessa restrição democrática seriam positivos, pois não estariam prejudicando os lucros empresariais e conseqüentemente os empregos dos trabalhadores. Por fim, o jornal, assim como *O Estado de S. Paulo*, retomava o argumento da greve abusiva para apoiar a medida do governo, mesmo afirmando cinicamente que a greve, em regimes democráticos, poderia ter sua utilização restringida e tratada como crime pelo Estado:

O decreto-lei, ao lado de outras providências, dispõe ainda que nos crimes contra a organização do trabalho haverá lugar para prisão preventiva, e não se concederá fiança ou suspensão de execução da pena. Essa iniciativa do governo importa em limitar o direito de greve, que nos regimes democráticos encontra brilhante

¹⁵¹ **O Estado de São Paulo.** Idem.

justificativa. Mas entre nós, e nos últimos tempos, ele chegou a se transformar em abuso e a ferir profundamente o interesse público, como tivemos ocasião de observar quando se deu a paralisação dos transportes, usinas, etc.¹⁵².

Enquanto os jornais paulistas eram mais incisivos em sua opinião sobre a restrição das greves, o jornal *O Globo* se limitava a apoiar a medida do governo Dutra focando, sobretudo, nas iniciativas econômicas para ajudar o crescimento dos ramos da produção nacional que eram considerados fundamentais e em que as greves estavam proibidas de serem feitas. Em editorial intitulado “Trabalho, produção e transporte!”, o jornal carioca defendia que a elevação dos salários que foram realizadas nas últimas greves era uma medida artificial, pois, ao majorar o valor da força de trabalho, aumentavam-se concomitantemente os custos da produção, encarecendo dessa maneira as mercadorias produzidas e retomando mais ferozmente o ciclo da inflação¹⁵³. Nesse sentido, *O Globo* afirmava que umas das melhores saídas para o impasse em torno do alto custo de vida não poderia ser o aumento dos salários e sim medidas governamentais para retomar a construção de obras públicas e estimular a facilitação de crédito para o empresariado¹⁵⁴.

A partir da restrição do direito de greve decretado, se desencadearia os movimentos de conservação dos mecanismos de controle social do Estado durante toda a duração da Assembleia Constituinte. Sobre o direito de manifestação em locais públicos, petebistas, udenistas e pessedistas se conformavam em frente única para proibi-lo, argumentando que tal direito significava uma ameaça direta ao poder constituído (ALMINO, 1981, p.100-101). Em relação ao direito de se associar livremente, os pessedistas formulavam emenda constitucional restaurando o artigo 138 da Carta de 1937 do Estado Novo, afirmando que os sindicatos eram “livres” se possuíssem representação legal no Ministério do Trabalho. O Partido Comunista e a UDN foram contra a manobra, porém, como os pessedistas e os petebistas conformavam maioria, o texto original do PSD acabou passando (Ibdem, p. 132-135).

Complementando o cerco antioperário, intensificava-se a campanha anticomunista desencadeada no país. Já em março de 1946, parlamentares do PTB denunciaram os comunistas de participarem de uma organização internacional orientada pelo marxismo e para fortalecer uma nação estrangeira em detrimento da soberania nacional. No entanto, a acusação dos petebistas carecia de provas para a cassação, pois no ano de 1945, o TSE aprovara o registro do partido, alegando que os comunistas haviam abandonado o marxismo-leninismo e

¹⁵² Contra as greves. **Folha da Manhã**, São Paulo, 17 mar. 1946, p. 8.

¹⁵³ Trabalho, produção e transporte! **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 mar. 1946, capa da edição.

¹⁵⁴ Trabalho, produção e transporte! **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 mar. 1946, p. 2.

o método da luta de classes. Entretanto, o governo Dutra deu uma ajuda aos petebistas e promulgou decreto-lei permitindo a cassação de partidos que recebessem auxílio financeiro e orientação política do exterior. Também nesse mês o governo punha o MUT definitivamente na ilegalidade (*Op. cit.*, p.88-91).

A alegação para a cassação foi a deturpação de uma declaração de Luís Carlos Prestes num debate na Associação dos Funcionários Públicos do Rio de Janeiro, em que o dirigente comunista, ao ser perguntado sobre qual lado tomaria em uma possível guerra entre o Brasil e a URSS, respondeu que nesse caso os comunistas fariam de tudo para derrubar o governo bélico e assim acabar com uma guerra que favoreceria o imperialismo. Imediatamente, os setores envolvidos na campanha anticomunista enervaram os ânimos e insinuavam correntemente que o PCB era um partido revolucionário e uma mera sucursal de Moscou. No entanto, a escalada repressiva se daria a partir do mês de maio, especialmente quando as forças policiais reprimiram brutalmente as manifestações públicas do Dia do Trabalhador no Rio de Janeiro. Contudo, quando as greves começaram a eclodir novamente, mesmo depois da promulgação do decreto-lei 9.070, no parlamento, muitos responsabilizavam os comunistas de provocar agitações no seio da classe trabalhadora. A campanha anticomunista que já vinha acontecendo na imprensa recrudescera, associando diretamente os comunistas com o signo da desordem subversiva. As elites brasileiras, desejosas de se verem livres de um partido popular e operário no cenário político nacional, tentavam imputar aos comunistas a acusação fantasiosa de estarem conspirando contra o regime democrático incessantemente (SANTANA, 2001, p.54-56).

No final do mês de abril, eclodia no porto de Santos, um dos principais do Brasil, a greve dos estivadores, o que levaria no mês seguinte as demais categorias de portuários a paralisarem o trabalho também. Em assembleia, os estivadores decidiram não retirar as mercadorias que eram trazidas dos navios espanhóis, por não concordarem com a política que o regime fascista de Francisco Franco impunha à Espanha¹⁵⁵. Impulso político que também levou à luta pelo aumento salarial. Imediatamente, as forças policiais agiram e reprimiram brutalmente os trabalhadores, porém a greve não terminaria e se arrastaria, com seus fluxos e refluxos, por todo o mês seguinte. No entanto, na imprensa a paralisação já estava sendo

¹⁵⁵ Desde abril de 1946, motivada por denúncias de opositores exilados, a Polônia abriu inquérito no Conselho de Segurança das Nações Unidas acusando os crimes humanitários do regime fascista de Francisco Franco na Espanha, tendo apoio das delegações brasileira, britânica e russa. Naqueles tempos de derrota do nazifascismo e de fortes expectativas democráticas em todo o mundo, o regime espanhol era cada vez mais mal visto pelos atores internacionais. Ver em *As acusações da Polônia à Espanha de Franco. O Estado de São Paulo*, São Paulo, 16 abr. 1946, capa da edição.

criminalizada, sendo taxada de um movimento meramente político capitaneado por dirigentes do MUT, porém com motivos de perturbação da ordem e da segurança nacional, reforçando o caráter autoritário da legislação vigente antigreve¹⁵⁶. À medida que avançava a cassação oficial do PCB, que eclodia uma greve no Porto de Santos dirigida pelos comunistas e quando o MUT já estava na ilegalidade, os jornais faziam coro com as declarações do Ministério do Trabalho e da Polícia Política, ao acusar os sindicalistas do MUT de estarem fora da lei e de pertencerem a um “ajuntamento subversivo”¹⁵⁷. Em reportagem sobre as medidas de repressão do governo aos comunistas, a *Folha da Manhã* alertava para o problema que significava o PCB ter em muitos lugares do país “núcleos conspiratórios” em empresas, fazendas e no Parlamento, imputando um sentido de verdade numa suposta existência de documentos forjados pelo governo que “provavam” como as atividades dos comunistas eram nocivas à ordem e às instituições. Reforçando o argumento do “perigo vermelho”, a reportagem afirmava que em tempo, as autoridades policiais da República agiriam para prevenir a nação da “ameaça comunista”. Porém, cabe destacar que a posição da *Folha da Manhã* era contraditória, porque ao passo que apoiava as ações policiais para restringir a liberdade de associação dos trabalhadores, o jornal defendia a legalidade eleitoral do PCB, alegando que a repressão era necessária para as “intentonas” visando derrubar o regime, mas não para restringir as “ideias legítimas” do comunismo¹⁵⁸. Em editorial intitulado “A propaganda partidária e a solução aos problemas econômicos nacionais”, a *Folha da Manhã* reforçaria sua opinião em oposição ao fechamento do PCB. Para o jornal, manter os comunistas na esfera da legalidade permitiria ao Estado um controle mais eficiente do que colocar a organização na clandestinidade, onde sua propaganda não seria censurada e influiria massivamente o operariado. Segundo o editorial, apenas pelo fato da greve dos portuários e dos estivadores de Santos ter sido motivada por uma recusa dos trabalhadores em descarregar navios espanhóis com mercadorias destinadas ao Brasil, num sinal claro de que não colaborariam com o regime fascista de Franco, era um sinal do risco potencial da orientação supostamente subversiva e crescente dos comunistas. Já em relação às medidas de repressão no Porto de Santos, o jornal legitimava a ação da Polícia argumentando que o caso da greve era grave e se constituía num movimento puramente político e que pela sua “repercussão indisciplinária”, teria que ser tratado, nesse caso específico, não como questão social, mas sim

¹⁵⁶ **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 abr. 1946, p. 8.

¹⁵⁷ **Folha da Manhã**, São Paulo, 1 mai. 1946, p. 4.

¹⁵⁸ **Folha da Manhã**, São Paulo, 4 mai. 1946, última página da edição.

como caso de polícia, pois o movimento paredista já se configurava, de acordo com a opinião do editorial, em um ato de abuso transgressor da ordem:

Fatos como os que têm ocorrido no porto de Santos são muito graves pela sua repercussão indisciplinária. Se a questão social, em linhas gerais, não é um simples caso de polícia, como já foi alhures classificada, há casos particulares em que positivamente o é, cumprindo ao governo, no legítimo exercício de sua soberania, uma repressão adequada ao abuso. Desde que o estivador – operário regiamente pago – tem um contrato de trabalho, com a obrigação definida de o cumprir, nenhum direito lhe assiste de uma recusa por princípios ideológicos estranhos ao exercício de sua profissão¹⁵⁹.

Em outras palavras, a *Folha da Manhã* legitimava as arbitrariedades policiais e a sua repressão aberta contra os trabalhadores, resguardando os argumentos encontrados no texto do decreto-lei 9.070 para implicar a greve como um delito ferindo a segurança nacional.

Por sua vez, *O Globo* fazia uma campanha anticomunista ambígua. Por um lado, em inúmeros destaques em capas e em colunas principais, o jornal desferia todo o seu arsenal reacionário articulando a narrativa da criminalização do PCB¹⁶⁰, enquanto, por outro lado, defendia em editoriais que o fechamento do partido deveria ser tomado com cautela. Num editorial intitulado “Verdades democráticas e mistificações comunistas”, em resposta a um questionamento feito por Luís Carlos Prestes sobre a posição do jornal em relação ao fechamento do PCB, pois grande parte da imprensa empresarial se mostrava contrária a esta atitude do governo, *O Globo*, acusando os comunistas de ser parte de uma “doença” no organismo nacional, alegava que os vermelhos também “mistificavam” a sua posição. Nesse sentido, o editorial retomava textos mais antigos em que se defendia a legitimidade do PCB em participar do jogo democrático, apesar da recorrente afirmação paranoica de que Luís Carlos Prestes estaria à serviço de Moscou para trair a dignidade e a soberania do país. O jornal concluía sua posição, de forma semelhante à opinião da *Folha da Manhã*, que mantendo os comunistas na legalidade institucional, facilitar-se-ia o trabalho de vigilância permanente do Estado, considerado necessário, no sentido de “prevenir” o Brasil dos interesses e das práticas “criminosas” que, segundo *O Globo*, estavam intimamente associadas ao “programa dos amigos e defensores incondicionais da Rússia”¹⁶¹.

No entanto, no decorrer da greve dos portuários de Santos, o ministro do Trabalho, o petebista Negrão de Lima, começava a fazer declarações sobre o conflito, afirmando que

¹⁵⁹.A propaganda partidária e a solução dos problemas econômicos nacionais. **Folha da Manhã**, São Paulo, 5 mai. 1946, p. 12.

¹⁶⁰ **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 mai. 1946, capa da edição.

¹⁶¹ Verdades democráticas e mistificações comunistas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 mai. 1946, p. 3.

estivera pessoalmente no Sindicato dos Estivadores para explicar os fundamentos do decreto-lei 9.070 com vistas na desmobilização dos grevistas, no entanto, buscando alguma forma de negociação ao invés de continuar na linha dura que já vinha ocorrendo. Porém, a tentativa de provocação do ministro saiu pela culatra, sendo hostilizado pelos trabalhadores no sindicato. Portanto, ao declarar absurdamente que aquela atitude dos grevistas se constituía como um desacato à sua autoridade, o ministro despacharia ordens no sentido de impor aos portuários e estivadores a descarga das mercadorias contidas nos navios espanhóis¹⁶². Ou seja, fazer respeitar nem que fossem a ferro e a fogo as ordens de retomada do trabalho impostas pelo Estado. No entanto, a notícia bombástica foi a suposta informação que o ministro supostamente recebera à madrugada por três estivadores, que teriam lhe revelado os motivos para que os comunistas predominassem no sindicato. Segundo a fantasia contada pelo senhor Negrão de Lima, os comunistas estariam infiltrados nos serviços de contramestre, o que os fazia possuírem cargos acima dos demais no trabalho no porto, agindo dessa maneira e de forma coordenada com outros contramestres estrangeiros para intimidar o conjunto da categoria a seguir o “credo vermelho”, porque senão os contramestres comunistas tiravam os empregos dos portuários. Inclusive, segundo a narrativa dos pelegos anônimos, os trabalhadores eram obrigados a ficar em silêncio porque os comunistas “marcavam o denunciante” e chegavam mesmo a humilhar, torturar e assassinar quem ousasse se opuser a eles. Finalizando a absurda denúncia, o ministro finalizava que não se podia ficar neutro e indiferente ao que ele considerava uma crescente dominação dos comunistas estrangeiros em solo nacional¹⁶³. Ou seja, era a narrativa que tanto a campanha anticomunista precisava para legitimar a repressão aberta e direta contra os trabalhadores, argumentando, como era de praxe, a existência de uma minoria agitadora violenta que necessitava ser neutralizada. Como já foi citado neste trabalho, em uma arquitetura estrutural e cultural dominada pelos valores elitistas e conservadores, em que comunista era sinônimo de criminoso, a narrativa ganhava ainda mais força. Depois da declaração, o ministro Negrão de Lima ordenou o fechamento do Sindicato dos Estivadores por seis meses, despachando as forças policiais do DOPS e das Delegacias Regionais do Trabalho para ocupar militarmente o lugar. As Forças Armadas também estavam se preparando para uma ocupação militar e seria diretamente no porto. Numerosas prisões foram efetuadas devido à recusa de muitos trabalhadores a acatarem as ordens da Polícia para que os navios espanhóis fossem descarregados¹⁶⁴. Por outro lado,

¹⁶² **Folha da Manhã**, São Paulo, 10 mai. 1946, p não identificada.

¹⁶³ **Folha da Manhã**. Idem.

¹⁶⁴ **Folha da Manhã**, São Paulo, 12 mai. 1946, p. não identificada.

inúmeros estrangeiros estavam sendo detidos como bodes-expiatórios de uma suposta ação visando expulsar do país indivíduos considerados subversivos e uma ameaça à estabilidade social¹⁶⁵.

O jornal *O Globo*, por sua vez, tomava o carro-chefe da campanha anticomunista na imprensa, recrudescida depois das declarações e da atitude abertamente repressiva tomada pelo Ministério do Trabalho. O jornal publicava títulos provocativos como estes:

Comunistas estrangeiros agitando o Brasil!¹⁶⁶;

Insolência de maus imigrantes! Comunistas espanhóis e de outras nacionalidades querem ditar normas à política externa do Brasil!¹⁶⁷;

Dirigida pelo Partido Comunista a sabotagem em Santos! Confessam os próprios membros da organização vermelha sua ação direta nos graves acontecimentos do porto bandeirante – Ação de caráter internacional sincronizada com os extremistas de Buenos Aires – Grave ameaça às instituições o que ocorre na cidade paulista – Absoluto desprestígio das autoridades constituídas – Espantosas revelações do inquérito policial¹⁶⁸

Contudo, não é de se surpreender que em editorial, intitulado “Criminosas provocações”, o jornal *O Globo* fizesse coro com as declarações ofensivas do governo, ao afirmar que não era mais permitido nenhum tipo de hesitação sobre a suposta natureza violenta, antipatriótica e revolucionária das atividades do PCB. Segundo o editorial, as provas desta suposta natureza seria o fomento da própria greve no Porto de Santos, o que o jornal julgava ser um ato do “maior atrevimento e tentativa de desprestígio à soberania brasileira”, pois, através dos estivadores, comunistas estrangeiros e brasileiros estariam agindo de acordo com os interesses de Stalin em relação ao regime de Franco na Espanha, dessa maneira influenciando a política externa do Brasil. Portanto, alegando por conta própria que toda a “consciência brasileira” estava revoltada com as atitudes “impatrióticas” e “criminosas” dos comunistas, *O Globo* legitimava a ocupação militar das forças policiais no Sindicato dos Estivadores e no Porto de Santos para que a greve fosse finalizada imediatamente¹⁶⁹.

De uma maneira menos alarmista do que *O Globo*, porém mantendo seu perfil anticomunista, o jornal *O Estado de S. Paulo*, em seguidos editoriais, continuava em sua linha de oposição ao fechamento do PCB que já vinha tomando quando do início da perseguição política ao partido. Em relação à declaração do ministro do Trabalho, denunciando

¹⁶⁵ **Folha da Manhã**, São Paulo, 15 mai. 1946, p. 5.

¹⁶⁶ **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 mai. 1946, p. 2.

¹⁶⁷ **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1946, capa da edição vespertina.

¹⁶⁸ **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 mai. 1946, capa da edição matutina.

¹⁶⁹ .Criminosas provocações. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 mai. 1946, p.2 da edição vespertina.

comunistas estrangeiros por uma suposta ação subversiva no Porto de Santos, o jornal afirmava que as acusações eram gravíssimas, porém, não passavam de uma “balela” pela qual o ministro do Trabalho fora ludibriado por “gratuitos informantes”. Em editorial extenso, *O Estado de S. Paulo* informava, que apesar da existência de muitos estrangeiros trabalhando e inclusive fazendo greve no Porto de Santos, o que seus jornalistas tinham averiguado pessoalmente era o fato de que na frente do ato de “insubordinação se achavam patrícios nossos, na sua quase totalidade oriundos do Nordeste e portadores até de alcunhas sugestivas, que tanto denunciam suas origens ultranacionais, como a peculiar psicologia da gente da estiva”¹⁷⁰. Por fim, o jornal alertava o governo de não criar narrativas infantis e fantasiosas sobre assassinatos cometidos por comunistas contra opositores nos navios, pois a vigilância permanente ao comunismo, considerada correta pelo editorial, não comportava acusações fora da realidade, que em troca poderiam servir de argumento para uma medida de exceção que abrisse caminho a um regime de força. A maior suspeita para o jornal paulista, naquele momento, eram os petebistas, nesse sentido afirmavam que o que se passava em Santos era mais uma continuação das “perturbações queremistas” causadas pelo próprio Getúlio Vargas do que uma ameaça comunista:

Mas, então, dir-se-á, não houve coisa alguma em Santos? Houve, de fato, uma tentativa de greve que se pretendia propagar pelo estado todo. Houve ainda a intervenção de elementos comunistas, que tudo fizeram para transformar num caso aquilo que não passou de um simples incidente. Longe, porém, de ter as causas que lhe querem dar ela se filia ainda ao movimento de anarquização geral que o ex-ditador Vargas chefiou nos últimos meses de sua vergonhosa ditadura e que o senhor Marcondes Filho capitaneou, dos salões do Ministério do Trabalho¹⁷¹.

Em editorial publicado um dia depois da ocupação militar e policial do Sindicato dos Estivadores e do Porto de Santos, *O Estado de S. Paulo* insistia na necessidade da UDN em incorporar alguns dos métodos de ação e organização dos comunistas. Segundo o jornal, a forma mais eficiente de se combater o comunismo seria a UDN se aproximar da maioria da população, em especial dos trabalhadores mais empobrecidos, pois se não o fizesse, as ideias comunistas ganhariam terreno. O jornal argumentava que a cidade de Santos era exemplar do que os comunistas eram capazes de fazer para predominar em um local. Sem oposição forte, *O Estado de S. Paulo* afirmava que era compreensível a sensação de setores conservadores e empresariais da cidade com os repetidos comícios dos líderes do PCB, em que discursavam a favor da reforma agrária no estado, e com a vitória esmagadora que o candidato do partido,

¹⁷⁰ Notas e Informações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 mai. 1946, p. 3.

¹⁷¹ *O Estado de São Paulo*. Idem.

Yedo Fiúza, obteve em Santos¹⁷² No entanto, para o jornal, a greve contra os navios espanhóis se constituía na gota d'água que deveria alertar os membros da UDN em face da influência comunista. Em relação à ação dos agentes de repressão do estado para impor a cessação da greve, o editorial apoiava as medidas policiais no Sindicato dos Estivadores, e em especial a vigência da autoridade do decreto-lei 9.070, alegando que eram necessárias para prevenir uma crise de maiores proporções que poderiam afetar todo o estado, isto é, provocar outras greves. No entanto, em relação ao envio das Forças Armadas ao Porto de Santos, o jornal afirmava ser uma ação exagerada que não correspondia à realidade, se constituindo em uma resposta a um alarme injustificável e igualmente exagerado:

A recusa formal que a estiva santista opôs à ordem de descarga das mercadorias provenientes do Estado e cuja frente se acha o ditador Franco, agiu sobre aqueles espíritos timoratos como irrecusável demonstração de que efetivamente estávamos na iminência de alguma coisa extremamente grave e de que muito em breve a ordem jurídica e social brasileira se veria abalada por uma comoção de proporções imprevisíveis. (...) De resto, as proporções que assumiram as medidas preventivas que acompanharam a, aliás, acertada deliberação do governo da República mandando fechar, como determina a lei que regula a vida sindical do país, o Sindicato dos Estivadores, nada mais fizeram senão confirmar, ampliando-os ainda, os temores que se iam infiltrando na opinião pública¹⁷³.

Contudo, a escalada autoritária do Estado se potencializaria no fim de maio, quando, no marco da repressão ao movimento grevista em Santos, o Ministério do Trabalho autorizou a intervenção no sindicato dos bancários alegando a infiltração de elementos subversivos na associação, justamente quando as reuniões da Comissão Paritária entre banqueiros e bancários iniciariam. O presidente do sindicato, o comunista Luciano Bacelar Couto, foi detido e causando forte indignação na classe¹⁷⁴. Em resposta às ações repressivas do Estado, a militância do PCB organizou uma grande manifestação pública no Largo da Carioca para comemorar o primeiro ano de legalidade do partido e que inclusive fora proibida pela Polícia Política de acontecer. No entanto, uma militância mais ferrenha continuou no local mesmo

¹⁷² Tradicionalmente o PCB possuía um forte enraizamento no interior do estado de São Paulo. Como vimos neste trabalho, eles eram os principais dirigentes da Federação Regional Sindical, intersindical que congregava categorias profissionais das diversas cidades industriais interioranas, como Santo André, São Bernardo e Santos. No entanto, durante a preparação da Constituinte que restabeleceria a democracia no Brasil, o PCB fortalecia cada vez mais a sua imagem de “partido da classe operária”. A defesa dos interesses dos trabalhadores nas sessões da Assembleia Constituinte incomodava profundamente a maioria dos setores conservadores e mais reacionários da política nacional naquele momento. Nas eleições de 1947, os comunistas representavam a terceira maior bancada da Assembleia Legislativa de São Paulo, e em maio desse mesmo ano contava com cerca de cento e oitenta mil filiados em todo o país. Segundo Antonio Luigi Negro, essa força eleitoral não seria possível sem o enraizamento da organização em localidades com forte presença operária.

Ver NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In FERREIRA, Jorge (org.) e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano vol. 3. O tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, 4º edição, p. 58-60.

¹⁷³ Notas e Informações. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 mai. 1946, p. 3.

¹⁷⁴ **Folha da Manhã**, São Paulo, 21 mai. 1946, p. não identificada.

depois das advertências das autoridades, aglutinando em torno de si uma crescente massa de manifestantes. No final das contas, o que se verificou na manifestação foi a ação truculenta da Polícia, em que até munições letais foram usadas para dispersar a multidão que respondia com vaias e resistência física aos ataques das forças de repressão¹⁷⁵. A partir desse acontecimento, a situação não ficaria tranquila para o Partido Comunista do Brasil na dita experiência democrática.

O jornal *O Globo*, um dos mais alarmistas sobre o que ocorrera no Largo da Carioca, sentenciava de vez o PCB como uma organização política ameaçadora ao regime democrático, que voltava a se utilizar de métodos violentos para a tomada do poder. Uma opinião completamente distante de um ano atrás, quando os comunistas obtiveram a legalidade na onda democratizante do movimento pela anistia política contra a ditadura do Estado Novo. Mesmo com o partido de Prestes tendo uma postura colaboracionista, tentando evitar a todo o custo a eclosão de greves e confiando mais no Parlamento do que na luta de classes, o jornal carioca preparava em suas tiragens diárias o cenário para facilitar e buscar convencer a sociedade da necessidade da cassação do registro do PCB. No dia seguinte à repressão sobre os manifestantes no Largo da Carioca, o jornal publicava editorial intitulado “Do desafio à violência”, em que acusava integralmente os comunistas de serem os culpados pelos tiros que receberam das forças policiais (sic). Segundo *O Globo*, tudo poderia ter sido evitado se o senhor Luís Carlos Prestes acatasse as ordens das autoridades, no entanto, os comunistas teriam escolhido o caminho da “desmoralização” do poder do Estado, “deixando patente o desprestígio da lei”. Nesse sentido, o jornal legitimava a ação repressiva da Polícia, pois senão os comunistas poderiam se fortalecer e executar o seu suposto plano de insurreição e tomada violenta do poder:

Aqui no Rio não admitiu, porém, a autoridade, de acordo com as ordens recebidas do Governo, se firmasse semelhante precedente, tão destinado a fortalecer as práticas acintosas de desrespeito ao poder público das hostes comunistas, pelo que impediu de fato a realização do comício, que se teria iniciado como uma expressão de protesto e rebeldia vermelha dos promotores da reunião, conforme melhor confirma o discurso do constituinte comunista que tomou a palavra para significar que o mesmo protesto assim se efetivava. A opinião pública está, portanto, mais convencida do que nunca da tenacidade atrevida com que os partidários do senador Prestes promovem o desprestígio das instituições, empenhados em fomentar um ambiente de desmoralização e desordem propício aos seus planos de assalto ao poder e de traição à comunhão nacional¹⁷⁶.

¹⁷⁵ *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 mai. 1946, p. 3.

¹⁷⁶ Do desafio à violência. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 mai. 1946, capa da edição vespertina.

Em outro editorial mais incisivo, intitulado “Agentes das potências estrangeiras”, *O Globo* alegava em base a uma reportagem sobre um suposto envio de dinheiro de fascistas italianos para os integralistas de Plínio Salgado¹⁷⁷, que os comunistas também não fugiam à lógica de financiamento dos "camisas verdes". Segundo o editorial, assim como os integralistas, os comunistas eram subvencionados pelas potências estrangeiras, nesse caso pela URSS, o que conseqüentemente transformava o Brasil em uma zona de disputa geopolítica “pela influência moral, política e econômica” de algumas das potências que financiavam os dois tipos de “extremismos”. No entanto, sem se aprofundar no fato de que a Itália não era mais fascista, o jornal acusava os comunistas de serem corruptores de brasileiros em detrimento de “ascendências morais e de mando da Rússia, com as ordens de Stalin”, reforçando o caráter supostamente antipatriótico do PCB:

Mas, seja como for, posto de lado o fato de se acharem em mãos de Luiz Carlos Prestes, como propriedade sua, e transmissível aos seus herdeiros, alguns milhões de cruzeiros obtidos para o órgão de defesa do comunismo entre nós, ou de seu partido, a verdade é que tanto Plínio Salgado como o seu adversário da esquerda, velada ou ostensivamente, se acham a serviço de potências estrangeiras. É contra essa situação vergonhosa e antipatriótica que devemos de deixar sempre de sobreaviso à comunhão brasileira¹⁷⁸.

Entretanto, por outro lado, os jornais paulistas mantinham a posição cautelosa, ao invés da postura alarmista e abertamente antidemocrática do jornal *O Globo*. Cabe destacar que tanto a *Folha da Manhã* quanto *O Estado de S. Paulo* apoiavam as medidas perpetradas pelo Estado de restrição à liberdade de associação sindical e de manifestação contra os comunistas, porém não viam com bons olhos a repressão aberta que se intensificava com vistas a retirar definitivamente o PCB do cenário político nacional. Portanto, estes jornais apelavam para que o comunismo fosse combatido através de medidas político-econômicas com o objetivo de potencializar os lucros empresariais, para que desta maneira o Brasil se desenvolvesse e não necessitasse utilizar-se de soluções de força para impedir o crescimento da esquerda.

¹⁷⁷ Plínio Salgado (1895-1975) foi jornalista, escritor e político. Era um forte defensor das ideias antiliberais e agraristas na década de 1930. Suas inclinações reacionárias e autoritárias iriam se fortalecer depois de uma viagem que fizera para a Itália de Mussolini. Impactado pela experiência fascista italiana, Plínio se tornaria o principal dirigente da Ação Integralista Brasileira (AIB), partido de cunho fascista, que durante a década de 1930 se tornou uma das maiores organizações políticas do país, rivalizando principalmente com a Aliança Nacional Libertadora (ALN). Em 1939 foi exilado a Portugal por ter preparado levantes contra o governo de Vargas, em resposta ao fechamento da AIB no ano anterior pelo então ditador. Voltaria durante o período da redemocratização, porém sem a força política que tinha na década de 1930. Participou da Marcha com Deus pela Liberdade em 1964 contra o governo de João Goulart, apoiou o golpe militar e ingressou na Aliança Renovadora Nacional (Arena), frente partidária de sustentação do regime ditatorial. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/plinio_salgado. Acessado em 12 dez. 2018.

¹⁷⁸ Agentes das potências estrangeiras. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 mai. 1946, capa da edição.

Nesse sentido, a *Folha da Manhã*, em editorial intitulado “Contra o comunismo”, felicitava a ação da Polícia contra os manifestantes no Largo da Carioca, porém alertava os setores conspiracionistas das alas conservadoras da política que não era necessária, naquele momento, a supressão das liberdades democráticas para neutralizar uma suposta ameaça subversiva para instaurar o comunismo no país. Segundo o jornal, as eleições para a presidência foram feitas com tranquilidade, o presidente Dutra promovia uma base política sólida ao conformar uma coalizão conservadora no Executivo e as Forças Armadas se mantinham coesas na tarefa de garantir o governo civil, não havendo motivos para “desassossego”. A única preocupação governamental, isto é, o PCB, se constituía como uma minoria, que apesar de significativo peso popular, não tinha recursos e nem forças para subverter a ordem naquela conjuntura. Contudo, como saída para o impasse, a *Folha da Manhã* apelava ao governo para que tomasse medidas enérgicas em aumentar a produção industrial brasileira, evitando atitudes violentas que culminassem no fechamento de sindicatos e de sedes do PCB, no cerceamento à liberdade de opinião e reunião dos comunistas e nem na prisão arbitrária de militantes. O argumento principal do editorial era o senso comum conservador de que com pobreza e sofrimento, os comunistas cresciam e produziam suas figuras públicas, nesse sentido, o combate mais eficiente seria a vigilância policial apenas no objetivo de neutralizar possíveis rebeliões e em elevar na medida do possível as condições de vida da população através do aumento dos lucros capitalistas:

O mínimo de polícia na luta contra eles. Inteligência e habilidade na repressão de eventuais rebeldias e provocações, porque o comunismo, como toda ideologia necessita para progredir, exatamente do clima de compressão e sofrimento. Então é que surgem os mártires e os heróis populares. Foi assim que apareceu o “Cavaleiro da Esperança”. A batalha entre o Estado conservador e o Estado comunista trava-se e decide-se em outro setor: no terreno da produção, da melhoria e do barateamento dos níveis de vida. O marxismo, que nasceu diante da miséria dos trabalhadores ingleses, só não vingará naquelas sociedades humanas que puderem melhorar crescentemente a vida do povo¹⁷⁹.

Em relação aos acontecimentos sangrentos no Largo da Carioca, *O Estado de S. Paulo* defendia em editorial que erros foram cometidos tanto pelas autoridades policiais quanto pelos comunistas. O erro da Polícia foi ter permitido a realização da manifestação no local designado, para na última hora provocar os comunistas alegando que o comício deveria ser feito em Ipanema, enquanto o suposto erro do PCB não foi ter acatado, mesmo assim, as ordens policiais e procurar pacificamente junto ao Poder Judiciário a permissão que não obteve com as forças policiais para realizar em outro dia o comício comemorando um ano de

¹⁷⁹ Contra o comunismo. **Folha da Manhã**, São Paulo, 25 mai. 1946, p. 6.

legalidade do partido. Nesse sentido, o jornal felicitava a intervenção do udenista Octávio Mangabeira na Assembleia Constituinte, em que o parlamentar culpou os dois lados pelos distúrbios causados em praça pública, porém, ressaltando que se o governo continuasse sua linha aberta de repressão aos comunistas, por mais que as suspeitas sobre eles fossem legítimas, poder-se-ia renovar, durante a transição democrática, métodos ditatoriais e violentos de abafamento da ação subversiva, o que, na opinião do *O Estado de S. Paulo*, seria uma reedição do golpe do Estado Novo de 1937. Acompanhando o discurso da UDN e, portanto, culpando os comunistas por criarem um ambiente de instabilidade, o jornal apelava ao PCB para que retomasse a colaboração antigreve e desmobilizadora para que não surgissem motivos para aplicar ao país mais um regime de exceção:

O senhor Octavio Mangabeira deixou bem claro ainda, que a União Democrática Nacional é fundamentalmente contrária ao comunismo, mas que não pode ser favorável, de modo algum, às violências que se praticarem contra esse partido. Combate-o e acha que todos devem combatê-lo, mas somente no terreno legal. Permitir que contra ele se exerçam violências é pôr em perigo as liberdades públicas e favorecer o advento de novos regimes ditatoriais. Se o Partido Comunista tiver, como apregoa, o propósito de promover agitações contínuas, mais rapidamente escalará o poder; se deseja, com efeito, colaborar na restauração das instituições democráticas, deve, por amor a essas instituições e ao Brasil, cessar imediatamente as suas atividades de caráter subversivo, isto é, deve submeter-se às ordens emanadas das autoridades públicas e não concorrer, de modo algum, para que venha a preparar uma atmosfera favorável à implantação de novas ditaduras¹⁸⁰.

No ano de 1947, o problema se agravaria para o PCB quando o governo Dutra rompe relações diplomáticas com a URSS, aumentando em número cada vez maior as cenas arbitrárias, tais como prisões de militantes, violação de imunidades parlamentares, invasões de sedes, banimento de comunistas dos serviços públicos, proibição de comícios e suspensão da União da Juventude Comunista. Em maio do mesmo ano, em votação apertada, o TSE enfim cassava o registro legal do PCB (SANTANA, 2001, p.56-57). A partir daquele momento, policiais armados entrando e saindo livremente dos sindicatos que sofreram a intervenção do governo era uma constante, e se os dirigentes removidos aparecessem por lá eram imediatamente presos, remontando a uma cena não muito diferente do que viria a acontecer nos sindicatos de massa depois do golpe empresarial-militar em 1964. A alegação do governo para intervir na totalidade dos sindicatos era a velha acusação de neutralizar infiltrados comunistas no seio do proletariado, porém, na realidade, a situação era mais complexa. Por mais que se alegasse que todos os opositores ao governo eram “comunistas”, como eram taxados todos aqueles sindicalistas ou trabalhadores que ousavam lutar por seus direitos, no amálgama dos ditos “subversivos” se encontravam sob igual perseguição e

¹⁸⁰ Notas e Informações. *O Estado De São Paulo*, São Paulo, 25 mai. 1946, p. 3.

vigilância, diversos trabalhadores independentes ou de correntes trabalhistas e socialistas. (SANTANA, 2001b, p.169-171).

Sobre a cassação do registro eleitoral do PCB, a imprensa em geral se acomodava com o fato, que não se constituía como uma novidade, já que desde o ano anterior a campanha anticomunista se intensificava cada vez mais. No entanto, os jornais *Folha da Manhã*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* mantiveram suas posições iniciais sobre o processo, sinal de que a atitude profundamente antidemocrática do governo Dutra não era apoiada integralmente pelos setores conservadores da sociedade, carecendo de consenso.

No dia em que o TSE cassava o registro do PCB, o jornal *O Globo* foi uns dos primeiros a se adiantar e publicava editorial na capa, intitulado “Que Deus proteja o Brasil!”, afirmando o que acontecia não era apenas a cassação de um partido “totalitário”, mas sim a vitória da Constituição de 1946 e do regime “democrático”. Aliás, segundo o mesmo editorial, a ação da Justiça brasileira encontrava respaldo na arena internacional, pois estava se cumprindo um dos princípios de política externa anticomunista encabeçada pelos EUA¹⁸¹. Até mesmo em relação à oposição internacional do movimento comunista à decisão do Poder Judiciário brasileiro, em especial à carta enviada pelo Partido Comunista peruano aos juízes que proferiram a sentença, em editorial intitulado “Partido internacional da Rússia”, *O Globo* reforçava ainda mais que o PCB era uma organização com laços fora do país aos serviços da ditadura soviética em detrimento da soberania nacional, acusando de atrevimento a atitude dos comunistas peruanos, que segundo o jornal, também agiam em favor de Moscou para desmoralizar as instituições da democracia brasileira¹⁸². Acomodando-se àquela situação, a *Folha da Manhã* banalizava a arbitrariedade do governo destacando que o fechamento das células do PCB, da Juventude Comunista e das demais agremiações vinculadas aos vermelhos se processava na perfeita normalidade. No entanto, apesar de afirmar que politicamente a cassação do registro era uma vitória, do ponto de vista econômico a situação era bem diferente. Segundo a opinião do jornal, enquanto no Brasil persistissem os problemas em torno da “questão social”, isto é, da pobreza que afligia muitos brasileiros, muitos deles ainda seriam levados “a depositar esperanças nos partidos de esquerda, que tudo prometem para o dia em que forem governo”. Sem menosprezar a atração ideológica e política do comunismo naquela conjuntura, pois, não era só no Brasil que o Partido Comunista era um fenômeno de massas, a *Folha da Manhã* insistia na possibilidade de uma melhoria das vidas dos indivíduos

¹⁸¹ Que Deus proteja o Brasil! **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 mai. 1947, capa da edição.

¹⁸² Partido internacional da Rússia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 mai. 1947, capa da edição.

por um capitalismo eficiente e que produzisse bem-estar material em abundância, o que, no consenso conservador, era a única alternativa viável para evitar a todo custo no Brasil a eclosão ou até mesmo os primeiros sinais de métodos violentos de luta para conquistar objetivos envolvendo uma vida mais digna, como a revolução social, por exemplo. Mais uma vez, o jornal chamava a atenção para o risco que representava à estabilidade social sufocar as liberdades políticas dos comunistas e não agir com eficiência em um programa econômico que direcionasse o país e a sua população para a prosperidade:

Dir-se-ia que nem sempre é possível reformar os sistemas políticos a não ser pela violência. Sem dúvida que a revolução, que é a violência, tem sido um dos processos históricos do progresso. De outro lado, porém, é indubitável que, mais seguro que todos esses processos, é o da evolução, pela preparação e educação das massas e gerações no sentido de fazê-las lutar, com serenidade e com as armas da paz, para a realização de seus direitos e a criação de oportunidades que as elevem e dignifiquem. Essas considerações, que constituem, na atualidade, lugar comum dos pensadores políticos, vêm a calhar no momento em que se procura dar ênfase aos acontecimentos da semana, com a cassação do registro do Partido Comunista. Evidentemente que serão frustradas todas as perspectivas de paz e segurança social se as classes conservadoras não forem, com amplo espírito de compreensão, ao encontro do Governo para resolverem, com urgência, a grave situação de carestia que vivemos nestes dias de após-guerra. Se fracassarem os propósitos governamentais, que são os melhores, pela incúria e cegueira das classes conservadoras, então veremos, mais uma vez, a inutilidade que representa, na ordem social, suprimir os efeitos e cerrar os olhos à realidade sempre operante das causas¹⁸³.

Assim como a *Folha da Manhã*, *O Estado de S. Paulo* também se acomodou à situação do PCB, se limitando a declarar dois dias depois da cassação do partido pelo TSE que, certa ou errada, a decisão do órgão judicial deveria ser cumprida e respeitada. Além disso, o jornal alegava que o absurdo fechamento do PCB não passava de “um ato normal dentro do regime democrático”. Por fim, também acompanhando a opinião da *Folha da Manhã*, o jornal sentenciava aos donos do poder que se o povo não tiver garantido um comércio de alimentos e mercadorias em abundância e chances de estabilidade econômica, o comunismo continuaria a estar presente enquanto ideologia atrativa para a maioria da população empobrecida:

Da carência disto e daquilo é que o comunismo vem tirando o melhor de sua propaganda. A sua ideologia, essa não exerce fascinação sobre o povo. Este só se deixa seduzir de realidades concretas. Se, em boa parte, aceitou o comunismo, fê-lo na crença de que, mais hábil do que o governo, o comunismo lhe era capaz de arranjar pão a boca e veículos para as caminhadas. No dia em que se convencer de que o governo também lhe dará o que reclama, voltará as costas, definitivamente, ao comunismo. O governo o verá quando quiser¹⁸⁴.

¹⁸³ A semana política. **Folha da Manhã**, São Paulo, 11 mai. 1947, p não identificada.

¹⁸⁴ Notas e Informações. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 9 mai. 1947, p. 3.

Uma semana depois da cassação do registro do PCB, o jornal publicaria um editorial que caracterizava uma postura que repetidamente assumiria até a morte de Getúlio Vargas. Apenas pelo fato de que a força política getulista existia e era forte, *O Estado de S. Paulo* alertava para que o pretexto usado para cessar as atividades dos comunistas não se generalizasse, servindo também de pretextos para atingir qualquer tipo de oposição. Na opinião do jornal, as cenas de cassações de mandatos, a proibição da circulação de jornais e demais atitudes repressivas em relação aos comunistas, “lembravam de como, em 1937, se preparavam as coisas para o golpe de 10 de novembro”, embora, naquele momento, o editorial defendesse que uma solução de força vinda do presidente Dutra contra o regime democrático constitucional fosse improvável. O jornal se preocupava com essa questão depois de levantar suspeitas de que círculos palacianos (muitos deles governantes nos tempos do Estado Novo) conspiravam com o presidente a possibilidade de iniciar uma caça às bruxas à oposição, tendo como ponto de partida os comunistas como alvos. O editorial identificava os parlamentares do PTB como os correligionários do presidente que se inseriam em “perturbações da tranquilidade pública” para mostrar à nação como o chefe do Executivo era um “reacionário bravio”, alertando Dutra de possíveis traições vindas do PTB e de Vargas. É nesse contexto de suspeitas permanentes e inimizades com os trabalhistas de Getúlio Vargas, membros do governo Dutra e donos do comando do Ministério do Trabalho, que *O Estado de S. Paulo* termina por afirmar que:

Por causa desses amigos e correligionários é que nós, democratas, entramos a olhar o futuro com tristeza e inquietação. Devido à intemperança de linguagem dos que cercam o chefe da Nação é que pensamos que havia soado a hora final do regime da lei e que, para encher a medida às nossas desgraças, iríamos volver ao regime ditatorial. Vê o senhor Presidente da República como é necessário que sua excelência vigie não só os seus adversários como também, e principalmente, os seus amigos mais chegados. Os golpes que estes podem vibrar contra a sua pessoa e contra o seu governo são, talvez, mais perigosos que os que possam ser vibrados por aqueles¹⁸⁵.

No contexto político-econômico mais geral, o governo Dutra seguiu à risca a orientação da Conferência de Bretton Woods, iniciando um processo de liberalização econômica gradual, como inclusive os editoriais da *Folha da Manhã* e do *O Globo* exigiam, pois tal política favorecia a burguesia comercial revendedora, grande financiadora da quase totalidade da imprensa empresarial. Suas medidas foram a abolição das tarifas protecionistas para estimular o aumento na oferta de bens de consumo em falta no mercado interno e o ingresso de capitais estrangeiros para a produção industrial. No entanto, a entrada esperada de

¹⁸⁵ Notas e Informações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 mai. 1947, p. 3.

capitais estrangeiros não aconteceu, havendo, ao contrário, uma fuga maciça de capitais estrangeiros para suas matrizes, devido às políticas de controle de capitais feitas pelas potências europeias e norte-americana. Contudo, em meados de 1947, os industriais viviam os reflexos das greves e da crise de maquinário, decorrendo em queda da lucratividade das mercadorias produzidas. Nesse sentido, há uma mudança nas diretrizes econômicas do governo Dutra, restabelecendo os mecanismos de controle do câmbio e das importações. Os resultados da inflexão da política econômica, combinada à intervenção desmobilizadora nos meios organizativos da classe trabalhadora e ao congelamento dos salários, favoreceram os industriais, revertendo a situação de crise vivida pela indústria doméstica no biênio 1948-50 (LOUREIRO, 2006, p. 212-232). As empresas, em sua maioria, passariam a atestar em seus relatórios anuais aos acionistas, que os negócios voltavam a crescer e que o parque fabril passava por um processo de aperfeiçoamento técnico. Em 1950, último ano de mandato do presidente Eurico Gaspar Dutra, a balança comercial fechava com um tímido superávit.

5 CONCLUSÃO

Nas relações de força entre o poder, o empresariado e a classe trabalhadora durante os movimentos grevistas abordados na pesquisa, os jornais *Folha da Manhã*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* atuaram como partidos políticos dos interesses empresariais e da autoridade truculenta do Estado, assimilando a lógica contrarrevolucionária e preventiva das classes dominantes brasileiras, atribuindo às greves os sentidos do prejuízo e/ou da transgressão da ordem, dessa maneira reproduzindo as estratégias em torno da prevenção dos conflitos e da desmobilização violenta do movimento dos trabalhadores.

A partir da leitura do complexo gráfico-editorial, nos processos de reorganização e consolidação da hegemonia do Estado e da dominação burguesa no Brasil, isto é, durante a “Revolução de 30” e a conseqüente montagem do aparelho autoritário-corporativista, e durante a transição “democrática” com as permanências do corporativismo do Estado Novo, os jornais analisados nesta pesquisa tenderam, cada um à sua maneira, a apoiar as soluções de força dos agrupamentos econômicos e políticos dominantes, visando à supressão das lutas sociais e ao controle restritivo da influência das organizações proletárias, vistos como ameaças ao padrão autocrático-burguês de superexploração do trabalho e de dominação política no Brasil. Não à toa, todos os jornais reivindicavam a hegemonia das instâncias estatais de controle e contenção da luta de classes, como o Ministério e a Justiça do Trabalho, quando justamente a autoridade destes órgãos se esfacelava diante dos movimentos grevistas. Por outro lado, quando as greves passavam a ser tratadas como crime, os jornais reagiam, cada um à sua maneira, publicando editoriais e colunas de notícias legitimando as arbitrariedades das forças de repressão do Estado contra os trabalhadores e suas organizações políticas, reproduzindo, de forma articulada, os argumentos do empresariado, do governo e da Polícia Política, em que as violências cometidas eram necessárias para conservar a ordem vigente contra supostos extremistas ou “revolucionários” comunistas que corrompiam uma falsa cordialidade essencial do trabalhador brasileiro.

Portanto, a imprensa, como um meio de comunicação capitalista, em que sua mercadoria é a informação e análise dos fatos da realidade social, também atua à serviço de projetos e diretrizes políticas que, em alguma medida, são compartilhadas com outras frações do capital. E no caso dos jornais abordados na monografia, suas linhas editoriais de ação política tendiam a acompanhar os interesses de duas das maiores frações das classes

.

dominantes brasileiras: a burguesia comercial e os agroexportadores, além dos investimentos de grandes marcas industriais em anúncios comerciais. Nessa perspectiva, durante as fases abordadas na pesquisa de crises e reorganizações da hegemonia do Estado burguês em 1930, 1932, 1945, 1946 e 1947, a opinião de cada um desses jornais se constituía em tentativas de convencimento social, para que os interesses de sua classe, e de grupos dominantes associados, fossem considerados legítimos entre as opiniões públicas e exercidos nas esferas de poder do Estado.

Para finalizar, concluo com uma citação do revolucionário italiano Antonio Gramsci sobre o papel da imprensa na sociedade civil, ao atuar como um partido político na reprodução dos valores e estratégias dos capitalistas para exercer sua dominação de classe:

(...) o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético (...) e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (CC, v. 2, 2001, p. 24).

REFERÊNCIAS

ALMINO, João. **Os democratas autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ARAÚJO, Ângela. Estado e Trabalhadores, a Montagem da Estrutura Sindical Corporativista no Brasil. *In* ARAÚJO, Ângela (org.). **Do Corporativismo ao Neoliberalismo: Estado e Classe Trabalhadora no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 29-57.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. **O caso Última Hora e o cerco da imprensa ao Governo Vargas**. Rio de Janeiro: UFF, 2012.

COSTA, Hélio da. **Em Busca da Memória: Organização no Local de Trabalho, Partido e Sindicato em São Paulo**. São Paulo: Scritta, 1995.

COSTA, Branno Hoeherman; e FREITAS, Francisco Josué Medeiros de. Greves e Polícia Política nas Décadas de 1920 e 1930. *In* MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **Trabalhadores em greve, polícia em guarda. Greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004, p. 137-160.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na Oficina do Historiador: conversas Sobre História e imprensa**. *In* Projeto História, São Paulo. N° 35, 2007, p. 253-270.

DREIFUSS, Rene. **A internacional capitalista**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan; SCHUSTER, Patrícia Regina. **Do prejuízo à transgressão: o discurso sobre o movimento grevista na imprensa**. *In* REDES – Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 18, n° 2, 2013, p. 142-154.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2° ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. *In* FERREIRA, Jorge (org.) e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, 4° edição, p. 59-124.

_____. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. *In* FERREIRA, Jorge (org.) e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano vol. 3. O tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, 4° edição, p. 301-342.

GOMES, Ângela Maria de Castro; e D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Getulismo e trabalhismo, tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. V. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do cárcere. V. 2: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HALL, Michael M. Corporativismo e fascismo. *In* ARAÚJO, Ângela (org.). **Do Corporativismo ao Neoliberalismo: Estado e Classe Trabalhadora no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 13-28.

LEMOS, Renato. **Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964**. *In* Revista do NIEP-Marx. Rio de Janeiro, v.2, n° 2, 2014.

_____. Contrarrevolução, Ditadura e Democracia no Brasil. *In*. **Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)**, 2014, p.71-88.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **Nos fios de uma trama esquecida: a indústria têxtil paulista nas décadas pós-depressão (1929-1950)**. Dissertação de mestrado. USP, São Paulo, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964)**. *In* Revista Brasileira de História. São Paulo, v.24, n° 47, 2004, p. 241-70.

_____. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2009.

_____. Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo. *In* MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 11-31.

NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de montagem: o industrialismo automotivo e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)**. Tese de doutorado. Unicamp, São Paulo, 2001.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). *In* FERREIRA, Jorge (org.) e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano vol. 3. O tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, 4° edição, p. 47-96.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. Polícia Política e caça aos comunistas: repressões e pressões sobre o movimento operário no Rio de Janeiro. *In* MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **Trabalhadores em greve, polícia em guarda. Greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004, p. 161-199.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001.

_____. Trabalhadores e militância sindical. A relação partido/sindicato/classe no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947-1964). *In*: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (org.). **Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 165-212.

STOTZ, Eduardo Navarro. Sindicato dos Metalúrgicos e a construção da identidade coletiva do grupo operário (1917-1945). *In*: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (org.). **Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 133-164.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Unesp, 2011.